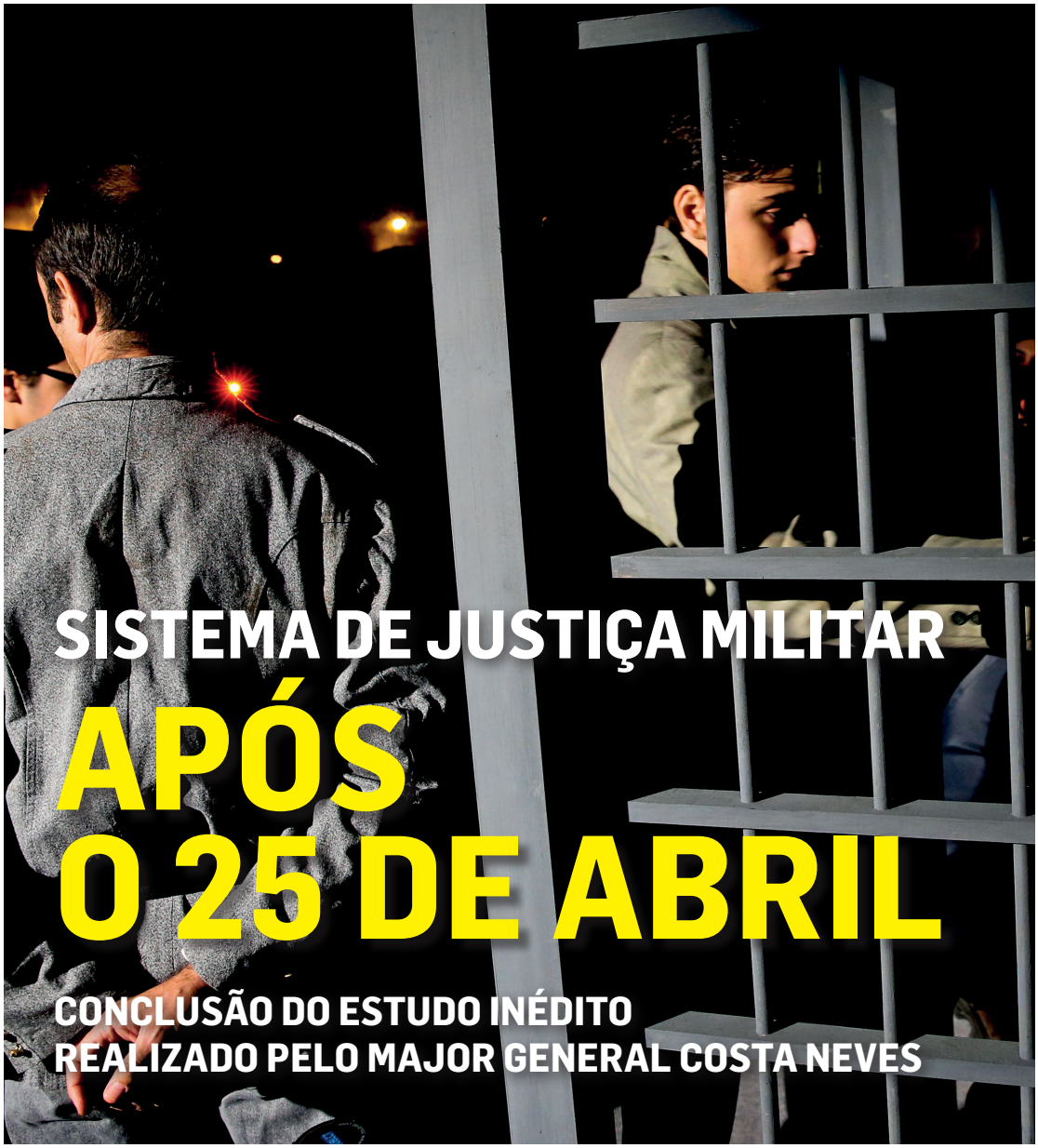
REGRESSO DOS MILITARES AOS QUARTÉIS EM 1982, VASCO LOURENÇO

O REFERENCIAL



SISTEMA DE JUSTIÇA MILITAR

APÓS O 25 DE ABRIL

CONCLUSÃO DO ESTUDO INÉDITO
REALIZADO PELO MAJOR GENERAL COSTA NEVES

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º 143 | OUTUBRO – DEZEMBRO 2021

PURA
EPAL

PURA COMO A NOSSA ÁGUA
PURA PARA A SUA ÁGUA

O JARRO PURA PODE SER ADQUIRIDO:

- Lojas EPAL
- Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos
- Reservatório Mãe d'Água das Amoreiras
- Aqueduto das Águas Livres
- Loja Online Casal Mistério

EPAL
Grupo Águas de Portugal

VISTA ALEGRE
1824

Direitos reservados

Julgamento do padre Max

4 EDITORIAL
O 25 de Abril e os seus valores, Aniceto Afonso | **4**
Passagem de testemunho, Vasco Lourenço | **8**
Uma experiência gratificante, Martins Guerreiro | **10**

16 TEMA DE CAPA
Sistema militar prisional após o 25 de Abril (conclusão), Costa Neves | **16**

76 MEMÓRIAS DE ABRIL
Regresso aos quartéis, Vasco Lourenço | **77**
O meu 25 de Abril, Edorindo Ferreira | **91**
Revolução de Abril com um olhar da Guiné, António Eduardo Mateus da Silva | **99**

108 ALMOÇOS-DEBATE
Revolução em ambiente de soberania limitada, Carlos de Matos Gomes | **108**

118 OPINIÃO
Comemorar o passado e o futuro, Manuel Pedroso Marques | **118**
Importância do Afeganistão para os EUA, Carlos Branco | **122**

136 LIVROS
Um abraço dos rijos | **136**
Ruas do Porto em Lisboa | **138**
Nacional-Salazarismo e Estado Novo | **139**
Testemunho de uma leitura, Hélder de Oliveira | **140**

143 ANIMADOS ALMOÇOS
Daniel Sampaio e o sentido da vida | **143**
Paulo de Carvalho e Agir | **144**
O exemplo do vice-almirante | **145**

146 BOLETIM
Carta dos Leitores | **146**
Ofertas á A25A | **147**

148 HOMENAGENS
Nasceu o parque da Liberdade, Aprígio Ramalho | **148**
António Eduardo Mateus da Silva, Jorge Golias | **151**
Vitorino Ramalho Baptista, José Baptista | **154**
Rui Santos Silva, Carlos Maia de Loureiro | **155**

O 25 DE ABRIL E OS SEUS VALORES SÓ PERDURAM SE NÃO PERDERMOS A SUA MEMÓRIA

Ao assumir as funções de diretor de *O Referencial*, desejo transmitir a todos o meu empenho e a minha disponibilidade para fazer o melhor que sei e para pôr à disposição da Associação 25 de Abril toda a boa vontade de que for capaz. Dirijo ao meu antecessor, contra-almirante Martins Guerreiro, palavras muito gratas pelo seu apoio e pelo trabalho que desenvolveu, consolidando o prestígio da revista e da Associação 25 de Abril. Estendo este apreço aos anteriores diretores, destacando em especial o major-general Pezarat Correia, que durante cerca de 24 anos assegurou essa função, elevando a revista ao nível que ela agora ocupa. Destaco toda a equipa redatorial que tem apoiado o planeamento e execução da revista e se tem empenhado em criar um estilo e em garantir a sua qualidade editorial. Dirijo finalmente uma palavra de muita amizade ao presidente da A25A, coronel Vasco Lourenço, pelo convite que me fez, pela paciência com que aguardou a minha longa hesitação, pelas palavras que me dirigiu e pela sua confiança. Estendo essa palavra a toda a direção da A25A. Quero formular um desejo que bem teria sido conveniente já se ter concretizado – espero que o meu sucessor venha a ser alguém que dê continuidade prolongada a este projeto, não só pela sua competência, mas especialmente pela sua idade, como membro da geração que nos sucede.

O Referencial é um mensageiro da A25A. Por isso, o seu papel insere-se nas atividades da Associação, como veículo de uma forma de estar no mundo e pensar a sociedade. Rege-se, nesse sentido, pelos estatutos que sustentam a nossa existência como Associação e pelo estatuto editorial aprovado e publicado nas suas páginas. A nossa ação orientar-se-á por esses princípios. Nós, os militares de Abril, não chegámos aqui por acaso. Construímos o nosso caminho, com coragem, determinação, empenho, lutas, êxitos e fracassos, mas sempre numa direção firme, a democracia e a consolidação das conquistas

ANICETO AFONSO*

de Abril. Esta geração vai chegando ao seu fim, mas deixamos a todos uma herança, de que muito nos orgulhamos. Se tivéssemos de resumir em duas palavras a dimensão dessa herança, diríamos: Liberdade e Democracia. E se tivéssemos de nos dirigir às gerações que nos sucedem, recomendaríamos: cuidem dessa herança com firmeza e diligência.

HOMENAGENS DE ABRIL

O 25 de Abril e os seus valores só perduram se não perdermos a sua memória. Só se mantêm e se consolidam se estivermos atentos ao passado e às lutas e aos sacrifícios que foram necessários para a sua conquista e a sua defesa. Por isso é tempo de salientar as homenagens que desejo fazer.

Homenagem a todos os que se destacaram e sofreram na luta contra a ditadura e o fascismo;

Homenagem a todos os que deram origem e consolidaram o movimento dos capitães, na certeza de conseguirem depor um regime ultrapassado e cego às mudanças do mundo e da sociedade portuguesa;

Homenagem a todos quantos planearam e participaram na grande operação militar *Viragem Histórica* que permitiu o derrube da ditadura em 25 de Abril de 1974;

Homenagem a todos quantos participaram e contribuíram para a elaboração de um programa democrático a apresentar ao povo português depois da vitória na operação militar, consubstanciado no Programa do MFA;

Homenagem a todos quantos se mantiveram fiéis aos compromissos assumidos pelos militares de Abril, em torno dos valores enunciados – Liberdade, Paz, Justiça e construção de uma sociedade democrática;

Homenagem a todos quantos souberam interpretar as aspirações do povo português a uma sociedade pacífica e aberta ao mundo, com a resolução dos conflitos coloniais que impulsionaram a intervenção dos militares na tomada do poder;

Homenagem a todos quantos defenderam e se empenharam na elaboração dos documentos fundamentais do regime democrático, em primeiro lugar a Constituição da República Portuguesa;
Homenagem a todos os que contribuíram para as conquistas sociais e para o avanço e consolidação do regime democrático que hoje nos rege;
Homenagem aos capitães de Abril que cumpriram exemplarmente a devolução do poder aos representantes eleitos pelo povo, nos termos exatos acordados ao longo do processo de transição;
Homenagem a todos os militares de Abril reunidos em torno da sua Associação 25 de Abril, empenhada na divulgação dos valores da Liberdade e da Democracia.
Estendo esta homenagem a todos os portugueses que defendem a Liberdade e o Estado de Direito, que aceitam o contraditório, que se batem pelo progresso, que participam na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna, que se rebelam contra a violência, as discriminações, as injustiças e a opressão.

50 ANOS DE LIBERDADE

Ao iniciar estas funções, gostaria de lembrar a todos os camaradas militares de Abril que estamos a caminho de comemorar 50 anos de Liberdade, que nos orgulhamos da nossa participação no derrube da ditadura e na Revolução dos Cravos, que o povo português se ergueu para construir e defender um regime democrático e livre e que o 25 de Abril se tornou o acontecimento simbólico desse regime.
Quem não desejaria que tivéssemos construído uma sociedade 100% instruída? Que todos os cidadãos tivessem a mesma dignidade social e todos fossem realmente iguais perante a lei? Que pudessem gozar de todos os direitos e garantias previstas na Constituição? Que em Portugal se tivessem construído condições mais justas de trabalho? Que todos os cidadãos usufruíssem do seu direito a uma habitação condigna? Que se fizessem verdadeiros esforços para diminuir a pegada humana, reverter a crise climática, melhorar as condições de vida no planeta?
Mas, ao mesmo tempo que colocamos estas questões, também devemos perguntar pelo nosso próprio empenhamento, pela nossa participação ativa, pelo nosso contributo consciente e refletido.
Tentaremos manter *O Referencial* no patamar que atingiu, continuando a construí-lo como um fórum de convívio saudável, de debate de ideias, de defesa de valores, de arauto da Liberdade.
Continua a ser necessário manter a abordagem de temas marcantes da sociedade portuguesa, como contributo para soluções favoráveis ao desenvolvimento e ao bem-estar social.
É também essencial trazer para o presente as memórias das lutas contra a ditadura e das conquistas da democracia, falar do passado como lição para o futuro. No fundo, alertar as consciências.

PROSSEGUIR O CAMINHO

Esta edição de *O Referencial* é um número de continuidade, que segue o modelo já consolidado e bem aceite pelos seus leitores.

Nele desejo destacar, em primeiro lugar, a última parte de um longo estudo levado a cabo pelo nosso sócio e capitão de Abril José da Costa Neves sobre um tema mal conhecido até agora e respeitante aos sistemas prisional e judiciário do pós 25 de Abril e às vicissitudes da justiça militar no período de 1974-1975 e suas consequências no período imediatamente posterior. Ao mergulharmos nesse universo complexo apercebemo-nos de como tudo esteve em causa e de como os militares de Abril conseguiram, com os seus diversos papéis, superar o que parecia intransponível, contribuindo de forma decisiva para a acalmia da sociedade e o prosseguimento da mudança necessária, sem roturas definitivas ou irresolúveis, e com o bom senso adequado aos difíceis tempos que então vivemos. É um estudo exemplar que *O Referencial* se orgulha de ter incluído nas suas páginas.

Destaco ainda os contributos de Vasco Lourenço, tanto na sua mensagem de passagem de testemunho, como na memória de um tempo de *Regresso aos quartéis*, em que os militares honraram os compromissos do 25 de Abril, afastando-se do poder de acordo com as regras definidas na Constituição da República. Ligando o 25 de Abril ao tempo presente, os textos de Martins Guerreiro, Carlos de Matos Gomes e Manuel Pedroso Marques (este acompanhado pelo comentário de Hélder de Oliveira sobre o seu livro *Diálogos Improváveis*), todos levantam questões que estimulam o debate e nos convocam para novas abordagens.

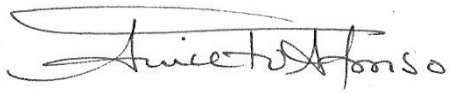
No mesmo sentido se apresenta a reflexão de Carlos Branco, sobre uma das questões fundamentais da atualidade, que *O Referencial* deseja manter e estimular. Também a memória de Edorindo Ferreira sobre o seu 25 de Abril nos desafia a trazer à luz novos testemunhos sobre este intenso período que nos foi dado viver e onde colhemos lições de vida e de futuro.

Finalmente desejo destacar as homenagens que neste número prestamos aos amigos e camaradas que nos deixaram, agradecendo aos autores dos respetivos textos as palavras com que os distinguem e nos transmitem a sua memória. Obrigado, pois, ao Aprígio Ramalho (sobre o Diamantino Gertrudes da Silva), ao Maia de Loureiro (sobre o Rui Santos Silva), a José Baptista (sobre o seu pai, Ramalho Baptista) e, por fim, ao Jorge Golias, não apenas pelo *In Memoriam* de Mateus da Silva, mas também pela informação que nos deu sobre os textos que ele nos deixou e que publicamos neste número de *O Referencial*, como parte da homenagem que prestamos a um grande capitão de Abril.

Por isso, não há melhor forma de terminar do que citando o poema de Mateus da Silva também nestas páginas publicado:

"Ser soldado hoje.
É acreditar no futuro, quando os outros duvidam do presente".

* Coronel do Exército na situação de reforma



PASSAGEM DE TESTEMUNHO

O presidente da Associação 25 de Abril assinala aqui a passagem de testemunho na direcção da revista *O Referencial* dirigida até agora pelo almirante Martins Guerreiro e que a partir deste número 143 passa a ser dirigida pelo coronel Aniceto Afonso

VASCO LOURENÇO*

NOS SEUS 39 ANOS já vividos, a Associação 25 de Abril tem-se servido de *O Referencial* como o principal instrumento da ligação entre os corpos sociais, os seus associados e a sociedade em geral.

Tudo começou com um Boletim, em 1985, da responsabilidade directa de um membro da direcção, o Antero Ribeiro da Silva.

Durante alguns anos dirigido por membros deste órgão social – 1985-1991 - *O Referencial* manteve a sua natureza de boletim , procurando abrir algum espaço ao registo de memórias sobre o processo do 25 de Abril.

Foram alguns anos durante os quais *O Referencial*, cumprindo os seus objectivos de ligação aos associados, atingiu um patamar que é também motivo de orgulho para a Associação 25 de Abril.

Esta pequena tradição de ser um membro da direção a dirigir *O Referencial* seria quebrada com o general Pezarat Correia (1982), com resultados francamente positivos.

Resultados que se consolidariam em 2002, quando captámos para o cargo de editor o José António Santos. Foi aí que *O Referencial* deu um enorme salto qualitativo e, se o mérito tem de ser assacado a toda a equipa, a começar no director, há que realçar o papel do extraordinário jornalista José António Santos na transformação do nosso *Referencial* numa revista de elevada qualidade.

Aos dois, mais uma vez, o nosso Bem Hajam!

Com a saída do general Pezarat Correia temia-se que a qualidade de *O Referencial* se ressentisse, havendo o cuidado de encontrar um novo director capaz de continuar o anterior trabalho da equipa que se reformava.

Mais uma vez, fomos felizes e capazes ao obter a colaboração do Manuel Martins Guerreiro para o cargo de director.

A qualidade de *O Referencial* manteve-se, conseguindo a nova equipa continuar a qualidade à qual já estávamos habituados.

Voltámos a temer quando, passados alguns números, perdemos também a colaboração permanente do José António Santos, como editor.

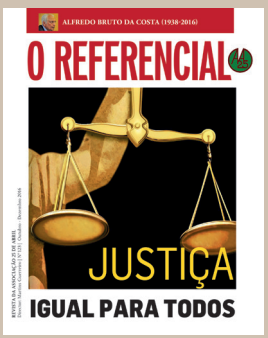
Tivemos então de, pela primeira vez, lançar mão a um colaborador remunerado (o novo editor Licínio Lima), aposta que resultou, não sendo estranho ao sucesso o facto de se ter continuado a contar com a colaboração da anterior equipa.
O Referencial manteve a sua elevada qualidade e continua a prestigiar a nossa A25A.
Chegou agora o tempo de o Manuel Martins Guerreiro se reformar destas lides. Pretende escrever as suas memórias. É bom que o faça, pois terá muito que contar sendo um dos principais Capitães de Abril, não só na Marinha como também em todo o MFA.
Neste momento de rendição, a direcção da A25A, e eu próprio como presidente, quero manifestar ao almirante Martins Guerreiro o nosso profundo agradecimento, alicerçado no muito bom resultado da sua acção como director de *O Referencial*, resultado directo da sua permanente militância que aproveita perfeitamente as enormes qualidades que possui.
Certamente que iremos continuar a contar com a participação do Martins Guerreiro na nossa vida associativa. Não como responsável pelo *O Referencial*, mas como um dos melhores associados da nossa, da sua, A25A, onde certamente se incluirá o apoio à nova equipa, tal como ele recebeu da que o antecedeu.
Bem Hajas, caro Martins Guerreiro!

BEM-VINDO

Chegou a hora de darmos as boas vindas ao Aniceto Afonso.
A forte amizade que me liga ao Aniceto Afonso – desde os tempos do mesmo curso na Academia Militar; à obtenção da especialidade de criptólogo; à conspiração para o 25 de Abril, que nos levou a criar um código especial para nos comunicarmos (a sua estadia em Moçambique, a isso nos obrigou); a todo o processo do 25 de Abril, onde tive a honra e o proveito de o ter tido como o primeiro dos meus colaboradores; a toda a nossa vivência comum – torna-me suspeito, na opinião que possa expressar sobre ele.
Mas, como a óptima opinião sobre o Aniceto Afonso não é exclusivo meu, estou certo de que a escolha do novo director de *O Referencial* foi a melhor que podíamos ter feito.
As suas qualidades justificam mesmo o adiamento feito, no que se refere a um rejuvenescimento de quadros dirigentes, que se torna imperioso promover.
É com a absoluta convicção de que me não era possível encontrar melhor director que agradeço ao Aniceto Afonso o facto de ter aceitado o convite que lhe formulei.

Bem Hajas, caro Aniceto!
Bem-vindo, a esta nova missão.
Confio plenamente no teu sucesso, que será o sucesso de todos nós, o sucesso da Associação 25 de Abril.
Abraços de Abril para todos os anteriores responsáveis, nomeadamente para o Manuel e o Aniceto que agora são obreiros desta alteração de responsabilidade.

*Presidente da Associação 25 de Abril



UMA EXPERIÊNCIA GRATIFICANTE

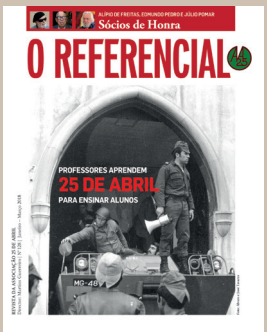
Passagem de testemunho do almirante Martins Guerreiro para o coronel Aniceto Afonso na direcção da revista *O Referencial*. O agora ex-director descreve aqui a sua experiência de cinco anos e seis meses à frente deste órgão de comunicação promotor dos valores de Abril e da consolidação da democracia

MARTINS GUERREIRO*

QUANDO TOMEI CONHECIMENTO da decisão de Pezarat Correia de deixar as funções de director de *O Referencial*, que desempenhava havia 24 anos, não imaginava que poderia estar na "lista" dos possíveis sucessores. Além de não ter qualquer apetência para desempenhar esse papel, fazia então parte dos órgãos sociais da A25A, sendo presidente do Conselho Fiscal. Quando Vasco Lourenço, presidente da Direcção, me convidou, ainda perguntei: porquê eu? De facto, não me sentia inclinado para a função, mas, como não se tinham viabilizado outras soluções mais óbvias e prováveis, aceitei, animado pelo espírito que sempre me orientou de disponibilidade para dar o meu contributo à A25A ou a outras organizações que apelem aos valores de Abril, aos direitos humanos e à consolidação da democracia no seu sentido mais amplo.

A tarefa não se afigurava demasiado exigente, pois tinha o suporte de uma equipa testada, que sabia o que fazer e como fazer. Fixei a mim próprio um horizonte máximo de cinco anos, admitindo que a equipa se manteria. Não contei com uma fragilidade evidente — as possíveis partidas que a saúde nos prega. O primeiro a ficar de "baixa" fui eu, logo em Maio de 2017.

Felizmente pude contar com a competência e a disponibilidade de José António dos Santos, editor da revista há bastante tempo. Mais tarde o José António dos Santos, em 2018, e o António Belo, em 2019, também anteriormente afectados por problemas de saúde, reformaram-se das suas tarefas e saíram da equipa. A Alice Monteiro, elemento incansável da equipa e da A25A, também veio a ter os seus proble-



mas de saúde, mas o pior foi a morte de José Maria Ribeirinho, fotógrafo e artista gráfico, ocorrida em 2020.

O que eu pensava ser apenas uma substituição de director acabou por ser a substituição progressiva e completa da equipa de *O Referencial*, entre 2017 e 2020. Apenas não se alterou a Impressão na Norprint.

José António dos Santos, o editor e esteio de *O Referencial*, foi substituído por Licínio Lima; António Belo, nos trabalhos de revisão, foi substituído por José Armando Lopes, jornalista recentemente reformado, e por Sérgio Pereira em outras tarefas de secretaria; Vera Cardoso, que já colaborava na edição gráfica da revista com o marido José Maria Ribeirinho, assumiu por completo essa tarefa. Subsistia uma lacuna no campo da fotografia que foi em parte preenchida por fotógrafos amadores, sócios da A25A.

A todos os que saíram e aos que entraram agradeço o excelente desempenho profissional e o trabalho de equipa que fizeram e continuam a fazer. Conseguimos levar a cabo uma transição longa sem perturbações de maior, não se notando alterações na qualidade da revista, pelo menos que os leitores tenham assinalado.

Sabia que substituir profissionais de grande qualidade como José António dos Santos ou José Maria Ribeirinho e o revisor e corrector António Belo não seria tarefa simples nem fácil, mas cada novo elemento conseguiu superar possíveis dificuldades e adaptou-se. A Alice voltou a colaborar com *O Referencial*, dispondo de algum tempo para isso, e a nova equipa consolidou-se.

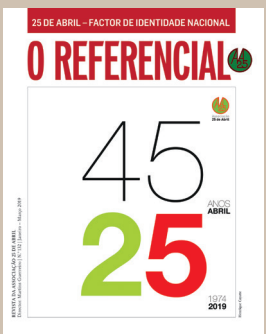
CONTINUIDADE

Tenho plena confiança na equipa de *O Referencial* que vai ter como novo director o coronel Aniceto Afonso, homem bem mais experiente e conhecedor destas tarefas. Estou certo de que continuarão a cumprir a missão para que a revista foi criada. As qualidades e o passado de Aniceto Afonso como capitão de Abril, historiador com formação académica, obra publicada sobre o MFA e a guerra colonial, e colaborador assíduo, são garantias suficientes. Saio com tranquilidade e seguro de que *O Referencial* continuará o seu caminho.

Há que assinalar também a excelente relação e o apoio que *O Referencial* sempre teve da direcção da Associação, em especial do presidente e do tesoureiro. O entendimento entre a direcção da A25A e *O Referencial* foi completo, nunca tendo surgido quaisquer dúvidas sobre a natureza específica e os princípios que enformam a revista.

Preocupei-me, em primeiro lugar, por conhecer o Estatuto Editorial da nossa revista, que havia sido publicado no número 54. Depois de uma conversa com o editor decidimos reformulá-lo, no sentido de, garantindo a continuidade do trabalho até então feito, definir melhor a linha editorial que deveria balizar o nosso trabalho. Esse estatuto reformulado foi submetido à direcção da Associação e, após aprovação, foi publicado no número 122.

O Estatuto Editorial consagra a divulgação do espírito do movimento libertador do 25 de Abril, dos seus valores e princípios, respeitando integralmente a Lei de Imprensa, sendo o editor um jornalista profissional.



No n.º 7 do Estatuto indicamos que *O Referencial* participa no debate de ideias nos domínios da vida política, económica, social e cultural de Portugal e do mundo.

A linha editorial preconiza uma particular atenção à informação relativa ao processo histórico que levou ao 25 de Abril e se lhe seguiu, bem como a actividade da A25A, das suas delegações e dos seus núcleos. *O Referencial* é um órgão de ligação entre os associados e com os leitores em geral, procurando informá-los e motivá-los para uma maior participação na vida da A25A e na vida cívica nacional. Este campo de acção tem potencial para ser mais actuante no futuro, tendo em consideração a receptividade encontrada nos associados e nos leitores.

Como se poderá constatar pela observação ou leitura dos números 121 a 142, editados neste período de cinco anos e seis meses – Abril de 2016 a Setembro de 2021 –, procurámos contribuir para a divulgação do processo histórico do 25 de Abril e assinalámos e comemorámos algumas efemérides especiais: todos os aniversários do 25 de Abril, em Portugal e nas comunidades portuguesas, em especial o 45º aniversário – exposição retratos de Abril, gala no Coliseu, conferências especificas, nomeadamente:: a identidade portuguesa; jovens vivem memórias de Abril; Europa - as novas lutas do futuro; o 40º aniversário da eleição do primeiro Presidente da República de Abril, no n.º 122; o 42º aniversário do 25 de Abril; o 40º aniversário da promulgação da Constituição da República; e o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no n.º 131.

A nova situação política criada com as eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015 e as presidenciais de 24 Janeiro 2016, permitiu o nosso regresso à Assembleia da República para participarmos nas cerimónias oficiais.

HOMENAGENS

Homenageámos militares de Abril que se distinguiram e figuras de notável relevo da vida nacional que partiram, tarefa que foi para mim uma das mais difíceis, por vezes dolorosa: escrever ou pedir a outros para escreverem sobre cerca de meia centena de homens que marcaram a história de Portugal pela sua acção no 25 de Abril e no processo que se lhe seguiu, que dignificaram Portugal, as Forças Armadas, a cultura portuguesa, as artes e as letras, que deram tudo pela liberdade do país sem nada pedir em troca, alguns esquecidos ou mesmo maltratados pela instituições – incluindo a militar – da democracia instaurada em 25 de Abril.

Homenageámos dois presidentes da República: Mário Soares e Jorge Sampaio, este recentemente no número 142 de *O Referencial*, a par do comandante da *Viragem Histórica*, Otelo Saraiva de Carvalho.

O DEBATE

Promovemos, em articulação com a A25A, conferências, seminários e colóquios, publicámos textos de reflexão e de debate sobre temas da maior importância — os valores do 25 de Abril e da sociedade portuguesa —, aqui deixando assinalados alguns pelo seu significado e qualidade.

- Serviços públicos, em especial os mais sentidos pela grande maioria dos cidadãos:

> **Justiça**: n.º 123 e 124 (seminário Justiça Igual para Todos); n.º 127 (Sistema Prisional e Reinserção Social); e n.º 138; tendo o n.º 123 sido de referência sobre a questão da justiça em Portugal.

> **Saúde:** n.º 130 e 132 (Saúde, um Direito Constitucional), n.º 135 e 138; em relação ao Serviço Nacional de Saúde, o n.º 130 é uma referência sobre o problema da saúde em Portugal; a questão do SNS foi, aliás, tratada também noutros números.

> **25 de Abril, factor de identidade nacional** (n.º 132): conferência na Fundação Calouste Gulbenkian: a identidade portuguesa ganhou mais um factor libertador extremamente positivo, libertando-se da opressão, do isolamento e do sentimento negativo em que vivia; a homenagem prestada pelo governo do Chile a militares de Abril (n.º 123), é um exemplo.

> **Língua Portuguesa** (n.º 140): O 5 de Maio - Dia Mundial da Língua Portuguesa.

> **Reflexões e artigos**: a descolonização; a educação para a cidadania; a globalização; o sistema financeiro Inglês; os offshores; o Brexit; direitos humanos; pensamento único; serviço militar/serviço cívico; catástrofes e incêndios; pandemia da covid-19; memória histórica; as singularidades e o universalismo do 25 de Abril.

Mais de centena e meia de associados da A25A e não associados, cidadãos de elevado mérito, especialistas nas respectivas áreas profissionais — juízes, magistrados, juristas, professores universitários, militares, advogados, procuradores, investigadores, economistas, médicos, engenheiros hospitalares, enfermeiros, farmacêuticos, dirigentes sindicais, historiadores, embaixadores, psicólogos, jornalistas, escritores, governantes e ex-governantes, titulares de órgãos de soberania (Presidente da Republica, Presidente da Assembleia da Republica, Primeiro-ministro, Ministros) — colaboraram e participaram nas conferências, seminários, colóquios e debates organizados pela A25A e *O Referencial* ou contribuíram com artigos de opinião.

Foi para mim, director da nossa revista, uma gratificante surpresa verificar que pessoas por vezes muito ocupadas responderam sempre positivamente às nossas solicitações e convites, com trabalhos e contributos de elevada qualidade e valor. Não cabe aqui nomeá-las, mas é fácil, nas paginas de *O Referencial on line*, ver os seus nomes e artigos ou síntese das suas intervenções. A todos agradeço de novo o seu empenho e a contribuição que nos deram, que marcou a imagem e a qualidade da nossa revista.

OPINIÃO

Outra linha de debate e reflexão ocorreu na coluna de opinião, com artigos sobre temas actuais ou de interesse permanente e com notícias e resumos das apresentações de dezenas de livros feitas no fórum da A25A, e de outros livros de associados nossos sobre o processo histórico do 25 de Abril e a descolonização. Recordamos, entre outras de inegável inte-

resse, três obras: o livro "Viragem Histórica", que contém todos os relatórios das operações e acções do 25 de Abril, feitos pelos seus protagonistas, coligidos por Almada Contreiras e lançado na A25A com a presença do Presidente da República; "A Noite que Mudou a Revolução de Abril — A Assembleia Militar do 11 de Março", de Jacinto Godinho; e a peça "Todos ou Nenhum", de João Menino Vargas, representada em Lisboa no IFICT e que, traduzida para francês, foi representada na Universidade de Toulouse.

As actividades da A25A, das delegações e do núcleo de Oeiras/Cascais, nomeadamente as relativas à comemoração do 25 de Abril, foram publicadas nas nossas páginas, sendo de destacar: A gala no Coliseu com mais de 40 artistas e grupos, espectáculo montado por Júlio Isidro; as sessões nas escolas; a formação de professores; a exposição Retratos de Abril; o desfile na Avenida da Liberdade; a corrida da Liberdade; as Festas Jovens de Almada e da Linha Oeiras/Cascais; as regatas 25 de Abril; e as celebrações no estrangeiro em Toronto, no Núcleo Salgueiro Maia, em São Paulo (Brasil), em Espanha (Galiza e Astúrias), e em Itália.

A nossa Associação promoveu "Almoços com História", para os quais convidou mais de uma dezena de capitães de Abril. *O Referencial* publicou uma síntese de cada uma das intervenções dos convidados, o que constitui um valioso contributo para a compreensão da história do 25 de Abril e do processo que se lhe seguiu.

Na rubrica Memórias de Abril não podemos deixar de referir o notável trabalho de grande fôlego e interesse histórico do general Costa Neves sobre o sistema judiciário e prisional após o 25 de Abril, que tem vindo a ser publicado desde o número 136.

O MUNDO

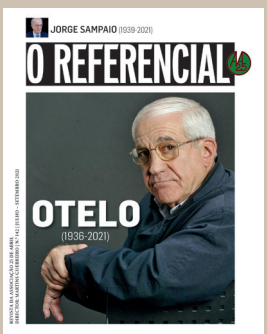
Na dimensão da actualidade mundial, salientamos a coluna Jango, que muito contribuiu para o interesse e qualidade da revista. O general Pedro de Pezarat Correia tratou com oportunidade e sabedoria, desde o número 122, o tema da geoestratégia, abordando com grande clareza e lucidez diversos problemas mundiais: do Médio Oriente e o Árctico; às primaveras árabes; a OTAN e a era Trump; o Século da Ásia; a Venezuela; a guerra, a descolonização e o serviço militar.

Neste domínio da geoestratégia e da geopolítica fomos surpreendidos com textos de elevado interesse e profundidade como "Um novo mundo ao virar da esquina, o mundo já não está aos pés do Ocidente" e "Grécia e o Futuro da Europa", do nosso associado juiz conselheiro Luís Noronha Nascimento, presidente emérito do Supremo Tribunal de Justiça, que colaborou também com textos relevantes sobre justiça e investigação criminal (n.º138).

O ambiente foi também abordado em "Planeta saudável, pessoas saudáveis, é hora de agir".

Naturalmente, a pandemia do vírus SARS-COV 2 foi também tema de artigos e do editorial.

O período de 2016 a 2021 em que fui director de *O Referencial* corresponde na sociedade portuguesa ao início de um governo com uma solução politica inédita e a um certo alívio das



ESTOU CONFIANTE EM QUE *O REFERENCIAL* CONTINUARÁ A DAR O SEU CONTRIBUTO PARA O DEBATE

dificuldades e crispações criadas pelo governo que queria ser mais troikista do que a Troika, o que permitiu o regresso da A25A às comemorações oficiais do 25 de Abril, tendo sido possível restabelecer uma boa relação com os órgãos de soberania. Em Abril de 2019, pela primeira vez, o Presidente da República e o Primeiro-ministro participaram no jantar comemorativo do 25 de Abril organizado pela A25A na Estufa Fria (n.º 133), em Lisboa.

A ECONOMIA

Os problemas da sociedade portuguesa e dos portugueses e os problemas mundiais não desapareceram, tendo mesmo alguns sofrido uma agudização. Pela reflexão e debate feitos não é difícil entender o persistente e continuo aumento da "financeirização" da economia mundial, acelerada por via da globalização e do consumismo levado ao extremo; a passagem da economia de mercado a sociedade de mercado exacerbou os conflitos e confrontos de interesses e valores com uma sociedade democrática do Estado social, o que põe em causa a democracia e em risco a humanidade e o planeta Terra.

Coloca-se hoje à humanidade, aos povos e aos países a necessidade imperiosa da adequada gestão dos bens públicos globais: ar, agua, saúde, energia, articulando-a com a gestão dos serviços públicos nacionais — de Justiça, Saúde, Educação, Habitação — para defesa empenhada e séria do Estado social democrático e da democracia política, alargando-a nas áreas sociais ,culturais e económicas e impedindo a sua desagregação, que se processa por muitas e diferentes vias, sendo uma delas a criação sistemática das chamadas entidades e autoridades independentes, que mais não são do que a feudalização a prazo dos serviços públicos.

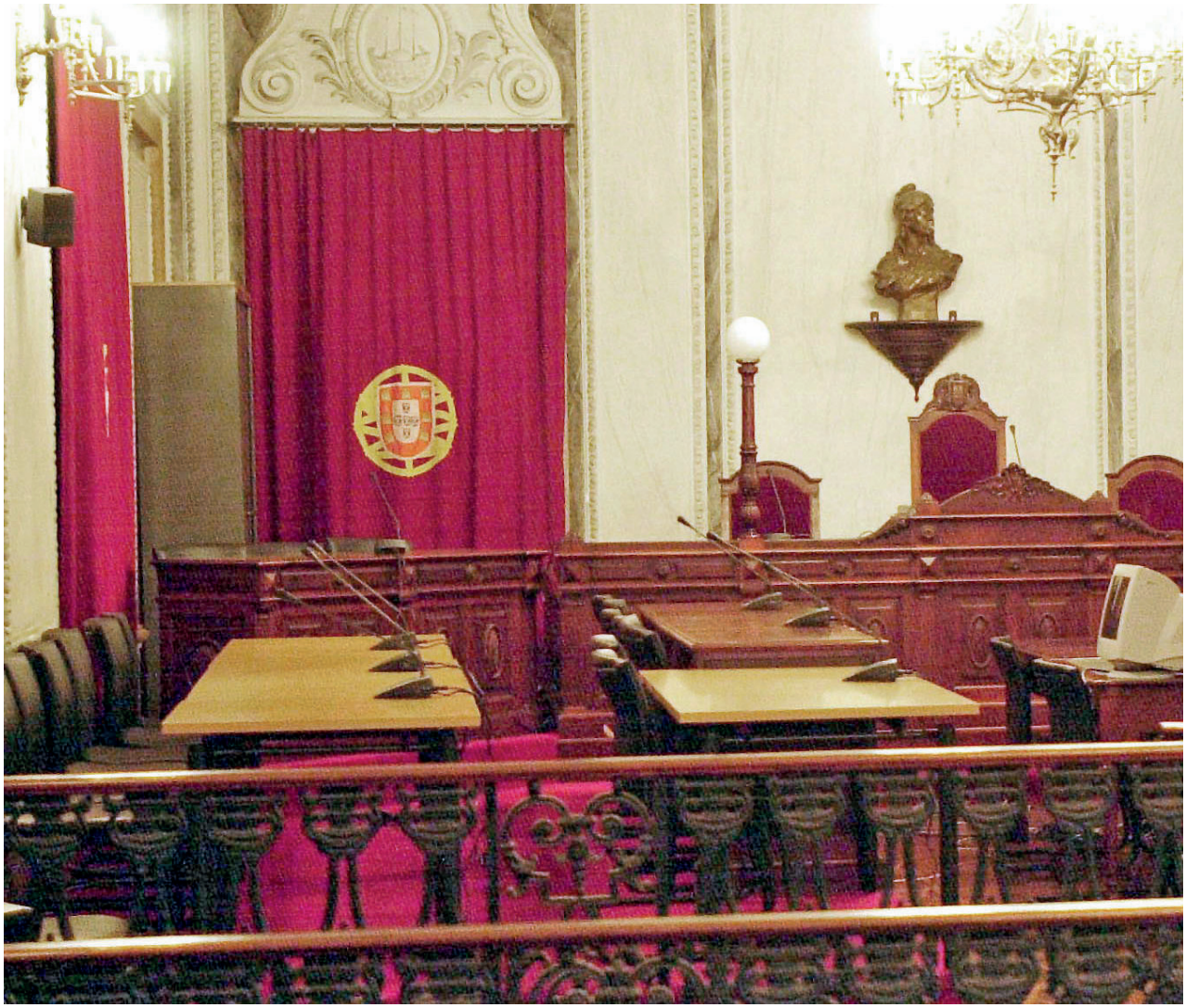
Os órgãos de soberania, por intermédio dos seus titulares, e todo o aparelho do Estado, por via dos seus servidores aos vários níveis, incluindo o ministerial, têm de assumir por completo as suas responsabilidades, sem pretenderem exonerar-se ou alijá-las para entidades e autoridades pseudo-independentes.

Impõe-se, para defesa da democracia e melhoria da vida de todos, ouvir a voz da cidadania, despertar e motivar os cidadãos para, começando logo na base, participarem activamente na vida e nas decisões da sociedade.

Estou confiante em que *O Referencial* continuará a dar o seu contributo para o debate em curso na sociedade portuguesa visando a defesa do Estado social e da democracia.

Dezembro de 2021

* Contra-almirante na situação de reforma, director d'O Referencial entre 2016 e 2021.



Direitos reservados

SISTEMA PRISIONAL MILITAR
APÓS O 25 DE ABRIL

Sábio é aquele que conhece os limites da própria ignorância

Sócrates (470-399 AC)

Conclusão do estudo sobre os sistemas prisional e judiciário militares imediatamente a seguir ao 25 de Abril e, em particular, durante o período transitório para a democracia. Iniciámos a publicação deste trabalho no n.º 136 da nossa revista (Janeiro-Março de 2020), com interrupção apenas nos n.º 141 e 142. Chega agora ao fim, totalizando mais de 300 páginas. Um documento inédito de *O Referencial* que seguramente servirá de fonte de informação para estudos académicos que no futuro possam ser realizados sobre a Revolução dos Cravos

JOSÉ MANUEL COSTA NEVES*

PARTE III C

A REDE BOMBISTA DE EXTREMA DIREITA

3.10 A REDE BOMBISTA DE EXTREMA DIREITA

3.10.1 SETE PECADOS DO GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA

Ainda hoje há quem se interrogue se o marechal António de Spínola e os seus apoiantes tinham razões sérias para acusar o Movimento das Forças Armadas (MFA) de traição ao Programa do Movimento das Forças Armadas (PMFA),

argumento por ele sistematicamente invocado para justificar alguns dos seus comportamentos durante o período pós-25 de Abril, tais como as tentativas falhadas de golpe de Estado em 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975,que acabaram por favorecer a posterior criação da rede bombista de extrema-direita.

A nossa resposta é francamente negativa e procuraremos justificá-la.

Porém, começamos por recordar a explosão de alegria e o entusiasmo da generalidade do povo português quando, em 25 de Abril de 1974, desobedecendo às recomendações do MFA para não saírem de suas casas enquanto durasse a revolta, veio para a rua apoiar os militares rebeldes e festejar a liberdade reconquistada. Era o prenúncio de uma aliança genuína, geradora de uma dinâmica política, social e cultural que iria mudar profundamente a face do país.

Como diria o senhor de La Palice, o MFA não foi uma miragem nem tampouco uma realidade virtual. Pelo contrário, foi uma construção pacientemente concebida e modelada por uns quantos jovens militares que decidiram unir-se para derrubar a ditadura que oprimia o povo e prolongava uma guerra sem fim à vista para benefício de uns quantos privilegiados, devidamente respaldados por uns quantos ideólogos isolacionistas e colonialistas desfasados das modernas correntes de pensamento democrático. Foi essa mão-cheia de cidadãos-fardados que desbastou, tenaz e silenciosamente, as perigosas veredas da conspiração que os conduziria à vitória sobre o anacrónico regime fascista que, durante décadas a fio, aprisionara a liberdade e mantivera Portugal cristalizado no tempo.

No entanto, nem tudo correu da melhor maneira. Por exemplo, a decisão de entregar as rédeas do poder recém-conquistado nas mãos de um conjunto de sete camaradas de armas mais velhos e supostamente mais experientes nas artes da governação, que baptizaram com o nome de Junta de Salvação Nacional (JSN), mostrou-se politicamente arriscada – ainda que justificável - para a concretização dos objectivos programáticos em vista.

De facto, os militares do MFA cedo perceberam que alguns dos seus camaradas da Junta estavam mais interessados em levar por diante as suas próprias estratégias de poder pessoal do que em cumprir e fazer cumprir o programa que previamente se tinham comprometido a respeitar. Apercebendo-se disso, os líderes do Movimento decidiram conservar a estrutura inorgânica que os havia conduzido à vitória, à qual acrescentaram um novo órgão destinado a impedir que tal programa fosse por eles de alguma forma desvirtuado. Designaram este novo órgão - constituído por sete militares dos três ramos das Forças Armadas, três do Exército, dois da Marinha e dois da Força Aérea -, de Comissão Coordenadora do PMFA (CCPMFA).

Enquanto isto se passava, a população entusiasmada manifestava nas ruas o seu incondicional apoio ao Movimento e ao seu Programa, perante a passividade das forças de segurança ainda mal recompostas da derrota do regime

Arquivo, Lusa

Reunião da Junta de Salvação Nacional a seguir ao 25 de Abril de 1974: Costa Gomes, António de Spínola, Pinheiro de Azevedo, Silvério Marques. Em pé: Diogo Neto, Rosa Coutinho e Galvão e Melo

que fielmente tinham servido. Tudo correu bem até ao momento em que, elementos da polícia política da ditadura derrubada, a tristemente célebre PIDE/DGS, resolveram disparar das janelas do edifício onde se tinham refugiado contra um grupo de cidadãos indefesos que se manifestavam na rua, tingindo de sangue inocente as gastas pedras do chão da cidade já libertada.

Foi este o primeiro sinal sério de que os prosélitos do fascismo estavam dispostos a vender cara a derrota sofrida em 25 de Abril de 1974. Na realidade, outra coisa não seria de esperar daquela gente. Seria pura utopia pensar que aqueles que sempre tinham apoiado a ditadura se converteriam humildemente às causas da liberdade e da democracia.

Outro sinal preocupante de que muitos outros não estariam dispostos a se submeterem ao novo regime foi a tentativa de um grupo de le-

gionários que, ainda no decorrer da *Operação Viragem Histórica*[1],procuraram apoderar-se das armas ali existentes para as usar em futuras acções de retaliação contra os vencedores. Só não o fizeram porque foram impedidos pelo próprio comandante-geral da Legião Portuguesa que, na altura, se encontrava presente.[2]

Por muito estranho que possa parecer, os primeiros ataques desferidos contra o PMFA partiram do próprio presidente da Junta de Salvação Nacional, general António de Spínola, que resolveu despertar as diferenças ideológicas refreadas até ali no interior do MFA. Com este seu comportamento, pretendia dividir, enfraquecer e impor o regresso dos militares do Movimento aos quarteis e ficar com o caminho livre para levar por diante a concretização das teses federalistas que há muito defendia como solução para o futuro dos territórios ultramarinos portugueses. Aliás, como mais adiante se verá, os confrontos políticos que desencadeou com uma parte substancial do MFA tiveram sempre por pano de fundo o inevitável processo de descolonização. Isto é, o processo revolucionário e a descolonização estiveram sempre intimamente associados.

Para que não haja dúvidas, recordemos sumariamente os sete ataques mais significativos do general Spínola contra o espírito e a letra do programa do MFA que ele próprio tinha previamente aprovado:

1 **A secreta intenção de perpetuar a polícia política (PIDE/DGS)**

Ainda decorria a *Operação Viragem Histórica* quando o general Spínola, fazendo letra morta do PMFA, procurou manter em funcionamento a sinistra polícia política do antigo regime (PIDE/DGS), chegando ao ponto de designar um destacado membro da organização, o inspector Rogério Coelho Dias, para novo director-geral e de manter ao seu serviço alguns dos agentes já detidos pelas tropas do MFA.

2 **Tentativa de Abolição do Programa do MFA**

Na noite de 25 de Abril de 1974, os membros da Junta de Salvação Nacional (JSN) reuniram-se no Posto de Comando do Movimento, na Pontinha, para dali partirem para os estúdios da RTP e, às 22 horas, se apresentarem à Nação. Durante a espera, gerou-se um debate com os líderes do Movimento sobre o Programa do MFA, tendo o general Spínola anunciando a sua a intenção de não o deixar publicar. Os militares do MFA reagiram com justificada indignação e repudiaram liminarmente a inesperada e surpreendente intenção daquele que estava destinado a ser o próximo Presidente da República e, simultaneamente, presidente da recém-constituída Junta de Salvação Nacional.

Entretanto, o debate teve que ser interrom-

1 Nome da operação militar do 25 de Abril atribuído pelo major Otelo Saraiva de Carvalho.

2 Soube-se mais tarde que foi o próprio comandante-geral da organização, general Pereira de Castro, que lhes negou o acesso ao respectivo arsenal.

pido devido à saída dos membros da Junta para a RTP.

LEGIONÁRIOS PROCURARAM APODERAR-SE DAS ARMAS PARA USÁ-LAS EM FUTURAS ACÇÕES DE RETALIAÇÃO CONTRA OS VENCEDORES

3 **Eliminação de uma alínea do PMFA**
Após a referida apresentação, o debate entre os membros da JSN e os líderes do MFA foi retomado e prolongou-se pela noite dentro. O general Spínola, percebendo não dispor do apoio dos restantes elementos da Junta, acabou por aceitar o Programa. No entanto, ainda conseguiu negociar algumas alterações, a mais relevante das quais foi a supressão da alínea que determinava o *claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e larga participação dos autóctones*.[3]
O Programa do MFA, já com as referidas alterações, foi distribuído à comunicação social por volta das 8 horas do dia 26 de Abril de 1974.
Só mais tarde, depois de pressionado pela Comissão Coordenadora do PMFA, o general Spínola reconheceu o irrealismo político dessa decisão face à complexa conjuntura nacional e internacional, sendo forçado a repor na lei *o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação com todas as suas consequências, [incluindo] a aceitação da independência dos territórios ultramarinos*.[4]

4 **Tentativa de viciação do PMFA**
Mais tarde, a 13 de Junho de 1974, o general Spínola convocou uma assembleia de militares que se realizou nas instalações da Manutenção Militar, em Lisboa, durante a qual voltou à carga para tentar convencer a assistência do mérito de novas propostas de alteração do PMFA, que incluíam essencialmente quatro pontos essenciais:
– Adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte até Novembro de 1976, apesar de o PMFA prever a sua realização no prazo de um ano;[5]
– Realização no prazo de três meses das eleições para Presidente da República, quando o referido PMFA previa que se realizassem só após a aprovação da nova Constituição da República Portuguesa;

3 O Programa do MFA com as modificações introduzidas nesta reunião foi publicado em anexo à Lei n.º 3/74, de 14 de Maio. Segundo o general Franco Charais, interveniente no debate, a intenção inicial do general Spínola era pura e simplesmente eliminar o Programa do MFA por contrariar o seu próprio projecto político
4 Lei n.º 7/74, de 27 de Julho.
5 O PMFA determinava que a eleição presidencial só devia realizar-se depois de aprovada pela Assembleia Constituinte a nova Constituição da República Portuguesa.

– Aprovação por referendo de uma Constituição provisória elaborada pelo governo, que vigoraria por um prazo de dois anos e meio;[6]
– Concessão de amplos poderes ao primeiro-ministro do I Governo Provisório, Dr. Palma Carlos, para conduzir a governação do país.[7]

Com estas medidas, o general Spínola tentava mais uma vez subverter a ordem constitucional com o claro objectivo de reforçar o seu poder pessoal e ganhar tempo para levar por diante, e sem qualquer escrutínio político-militar, os seus projectos pessoais.

Pese embora o apoio dos ministros Sá Carneiro e Vieira de Almeida, que o acompanhavam, a maioria dos militares presentes rejeitou as suas propostas.

A CRISE PALMA CARLOS

Sem desistir dos propósitos, o general Spínola procurou contornar a situação levando o assunto a debate na reunião do Conselho de Estado de 8-9 de Julho seguinte.[8] Após votação, a sua proposta voltou a ser rejeitada por uma sólida maioria de conselheiros, na qual se integravam, naturalmente, todos os membros da CCPMFA. Desta vez, porém, a derrota do general Spínola teve importantes consequências políticas: o primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos demitiu-se e, em solidariedade com ele, também os ministros Francisco Sá Carneiro, Vieira de Almeida, Magalhães Mota e Firmino Miguel.

Esta importante vitória do MFA forçou-o a aceitar o então coronel Vasco Gonçalves, membro da CCPMFA, para chefiar o II Governo Provisório. O novo elenco governativo foi reforçado à esquerda com mais cinco militares, tendo três deles vindo directamente da Comissão Coordenadora do MFA - major Vítor Alves, major Melo Antunes e capitão Costa Martins - e os outros dois figuras proeminentes do Movimento - major Costa Brás e major Sanches Osório. No entanto, o candidato preferido do general para chefiar o executivo, tenente-coronel Firmino Miguel, manteve-se com a importante pasta da Defesa Nacional que já ocupava no governo anterior.

---

6 O PMFA previa que o governo provisório governasse por decretos-lei até à realização de eleições para a Assembleia Legislativa e eleição do novo Presidente da República, após o que a Junta de Salvação Nacional devia ser dissolvida e posto fim ao período transição previsto no PMFA.

7 Esta proposta colidia com o princípio da governação por decretos-lei estabelecido no n.º 4, Medidas a Curto Prazo, do PMFA .

8 A Junta de Salvação Nacional tinha emitido a lei n.º 3/74, de 14 de Maio, que definia a estrutura constitucional transitória da organização política do país até à entrada em vigor da nova Constituição da República Portuguesa. Nessa estrutura incluiu um Conselho de Estado, constituído pelos sete membros da Junta de Salvação Nacional, sete representantes das Forças Armadas designados pelo Movimento (CCPMFA) e sete cidadãos de reconhecido mérito escolhidos e nomeados pelo Presidente da República. Neste último grupo, o general Spínola incluiu dois militares próximos das posições que defendia, coronel Ricardo Durão e tenente-coronel Almeida Bruno, bem como os conselheiros, professores Henrique de Barros, Rui Luís Gomes, Freitas do Amaral, professora Isabel Magalhães Colaço e Dr. Azeredo Perdigão.

João Paulo Trindade, Lusa

Após a reunião do Conselho de Estado de 8-9 de Julho, o primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos (na foto a votar nas eleições de 1975) demitiu-se e, em solidariedade com ele, também os ministros Francisco Sá Carneiro, Vieira de Almeida, Magalhães Mota e Firmino Miguel

O II Governo Provisório tomou posse no dia 17 de Julho de 1974, dando início a um período de franco desenvolvimento do processo revolucionário.

Foi então que o general Spínola resolveu mudar de estratégia e, com a cumplicidade dos seus mais fiéis acólitos militares, apostou internamente no desgaste da imagem da CCPMFA e do governo. Fez parte desse plano um documento para recolha de assinaturas posto a circular nas unidades, que propunha *a extinção da CCPMFA* e *o restabelecimento da hierarquia militar em bases sólidas*.[9] Apesar de previamente autorizado pelo CEMGFA, general Costa Gomes, a reacção da CCPMFA e dos destinatários do Exército ao documento foi tão imediata, e forte, que o próprio CEMGFA achou por bem mandá-lo recolher.

Mesmo assim, as sementes espalhadas começaram lentamente a germinar.

9 O referido documento, datado de 24 de Agosto de 1974, foi redigido por dois oficiais do Exército da tendência spinolista, majores Hugo dos Santos e Engrácia Antunes.

A INTENTONA DA MAIORIA SILENCIOSA

Inconformado com a derrota política que sofrera aquando da crise Palma Carlos, o general Spínola resolveu aliar-se aos movimentos e partidos radicais de direita, que também temiam, ainda que por razões diferentes, a crescente ascensão do MFA, para dessa forma tentar alcançar os seus objectivos políticos. Foi então que resolveram organizar, com o apoio de influentes individualidades da alta finança e dos grandes grupos económicos,[10] uma grande manifestação nacional de apoio ao general e suas políticas, que ficou na História do País com o nome de *Maioria Silenciosa*. O evento seria realizado a 28 de Setembro de 1974.

Para convencer a população a aderir à ideia, os organizadores prepararam previamente, com a colaboração da imprensa das direitas radicais de âmbito nacional, regional e paroquial, uma intensa campanha de propaganda destinada a fomentar o medo e a desconfiança contra o governo de Vasco Gonçalves e o MFA, acusando-os de estarem ao serviço dos interesses do Partido Comunista Português (PCP). Este argumento, ainda que velho e gasto, continuava a surtir efeito numa substancial parte da população, sobretudo da educacional e culturalmente mais vulnerável, como era o caso das zonas rurais profundamente religiosas. As organizações mais empenhadas nesta tarefa foram o MFP/PP (Movimento Federalista Português/Partido do Progresso), o PL (Partido Liberal), o PNP (Partido Nacionalista Português), o MAP (Movimento de Acção Portuguesa) e o MPP (Movimento Popular Português), todos eles situados na extrema-direita do espectro político nacional.

PRIMEIROS ATAQUES DESFERIDOS CONTRA O PMFA PARTIRAM DO PRÓPRIO PRESIDENTE DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Dois dias antes da manifestação, a Liga dos Combatentes promoveu uma corrida de touros à portuguesa no Campo Pequeno para testar a receptividade do público em geral à anunciada manifestação. Foram enviados convites a várias personalidades políticas e militares, entre elas ao general Spínola, Presidente da República, e ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves.

Se dúvidas ainda houvesse sobre a natureza profundamente reaccionária do espectáculo, as palavras de ordem usadas pela assistência dissiparam-nas completamente. Enquanto o general Spínola era entusiasticamente aclamado, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves era insistentemente insultado. Ouviam-se frases como *viva o ultramar*, *viva a GNR*, *abaixo o MFA*, *fora o 25 de Abril*. Na cabine de som, propositadamente aberta ao público, os "espontâneos" proferiam ataques à revolução e aos seus responsáveis. O ponto alto das provocações aconteceu

10 Foram na altura identificados nomes sonantes da vida nacional, tais como António Champalimaud, José Manuel de Melo, Manuel Quina, Ricardo Espírito Santo, e outros menos conhecidos do grande público.

quando o cavaleiro e negociante de armamento João José Zoio percorreu a arena exibindo um cartaz que apelava à participação na manifestação da *Maioria Silenciosa*.

No exterior, o clima era de enorme tensão. No final da tourada, os populares antifascistas e os espectadores que abandonavam o recinto com os seus guarda-costas envolveram-se em violentos confrontos verbais e físicos, tudo isto perante a indiferença e a passividade das raras autoridades policiais que por ali se encontravam.

A tourada e o que lá se passou mereceram a condenação da generalidade dos partidos democráticos, da esquerda à direita. Cada um deles, no seu estilo próprio, criticou publicamente o clima de confrontação e o aproveitamento político que a extrema-direita montara à volta do evento. Pelo seu lado, as forças militares e a população progressista também reagiram com prontidão, montando uma operação destinada a impedir a concentração dos manifestantes. A frase mais insistentemente repetida na altura era: *a manifestação fascista não passará!*

As unidades militares afectas ao Copcon, apoiadas por milhares de populares e organizações sindicais e sociais da área de Lisboa, concentraram-se em vários pontos estratégicos dos acessos à capital para impedir a entrada dos manifestantes vindos do exterior. No decorrer das operações foram levantadas barricadas e feitas várias dezenas de detenções de civis e alguns militares, tendo sido apreendidas centenas de armas brancas, bastões, caçadeiras, pistolas e munições, que os manifestantes transportavam nas suas viaturas.[11]

SPÍNOLA TENTAVA SUBVERTER A ORDEM CONSTITUCIONAL COM O OBJECTIVO DE REFORÇAR O SEU PODER PESSOAL

É justo reconhecer que no decorrer das operações *stop* montadas pelo Copcon foram praticados alguns excessos, que resultaram em grande parte de deficiências organizativas relacionadas com a espontânea participação de civis na operação, como, por exemplo, nos actos de identificação, interrogatório e detenção de alguns automobilistas mais recalcitrantes. Aliás, o próprio comandante do Copcon, brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, reconheceu, posteriormente, que certos erros podiam ter sido evitados.[12] Apesar disso, o principal objectivo da operação tinha sido plenamente alcançado e *a manifestação fascista não passou*.

GENERAL INDIGNADO

No dia 29, o general Spínola reuniu com os membros da JSN (sem o almirante Rosa Coutinho que se encontrava em Angola) e da Comissão Coordenadora do Programa do MFA. O PR mostrou-se indignado com o impedimento da manifestação e a desordem social que, em seu entender, tal acto

11 Ver 1.ª edição do Relatório do 28 de Setembro de 1974, disponível na A25A.
12 Comissão de Averiguação de Violências Sobre Presos Sujeitos as Autoridades Militares, com data de Julho de 1976.

Direitos reservados

Capitães de Abril condecorados em 1983: Vítor Alves, Vasco Lourenço, Vítor Crespo, Sanches Osório, Costa Neves (autor deste trabalho sobre os sistemas prisional e judiciário militares imediatamente a seguir ao 25 de Abril) Salgueiro Maia, Alberto Ferreira e Melo Antunes.

tinha provocado. Os ânimos exaltaram-se e a determinado momento os elementos da CCPMFA decidiram retirar a confiança política aos generais Jaime Silvério Marques, Diogo Neto e Galvão de Melo, considerando-os demitidos. O general Spínola ainda tentou serenar os ânimos, mas, perante a atitude do general Galvão de Melo que, sem hesitar, aceitou a decisão da Comissão Coordenadora, era já impossível voltar atrás. Entretanto, a reunião prosseguiu com a presença dos generais demitidos.

A determinada altura, o general Spínola, sem

aviso prévio, mandou entrar na sala o ministro da Defesa Nacional, tenente-coronel Firmino Miguel, o chefe da 2.ª Divisão do EMGFA, coronel Pedro Cardoso, o comandante-geral da GNR, general Freire Damião, e o governador da Região Militar de Lisboa (RML), general Fontes Pereira de Melo. Deu imediatamente a palavra ao Ministro da Defesa que informou que na margem sul do Tejo havia grandes desordens, tendo uma esquadra de polícia sido atacada a tiro e que ele próprio, quando vinha para Lisboa, fora obrigado a parar na estrada por populares que lhe revistaram o carro. Quando questionado pelo PR, o coronel Pedro Cardoso, por regra muito cauteloso, declarou não ter recebido qualquer informação dos seus serviços sobre o assunto. Foi então que o general Costa Gomes, acompanhado pelo tenente-coronel Franco Charais, decidiram sair da reunião para, de helicóptero, sobrevoarem a zona e verificarem o que se estava a passar.

Entretanto, o PR já tinha mandado reunir o Conselho de Estado e, quando os dois oficiais regressaram da missão informaram os presentes de que a situação do outro lado do Tejo se apresentava calma. Se dúvidas ainda havia, no decorrer da conversa percebeu-se que se estava perante uma encenação montada pelo PR com a cumplicidade do ministro da Defesa Nacional no sentido de convencer os Conselheiros a apoiarem a sua intenção de declarar o *estado de sítio*.[13]

Nesta altura, o Conselho de Estado estava reu-

13 Por força da Lei 3/74, de 14 de Maio, conjugada com a Resolução n.º 1/74, de 23 de Julho de 1974, do próprio Conselho de Estado, o Presidente da República só podia declarar formalmente o estado de sítio depois de obter, por votação, o parecer favorável do Conselho de Estado.

nido, sem os tês membros da Junta de Salvação Nacional anteriormente demitidos e do almirante Rosa Coutinho que se encontrava em Angola. O general Spínola insistiu na necessidade de declarar o *estado de sítio* e de se adoptarem *medidas drásticas para salvar a democracia* que, segundo dizia, *encontrava-se perigosamente ameaçada*. No entanto, para grande desilusão dele, não conseguiu convencer nenhum dos Conselheiros presentes que reprovaram sem hesitar a utilização de tão drástica solução. Visivelmente agastado, o PR, antes de dar por finda a reunião, ainda ameaçou manter a sua decisão apesar da opinião unânime dos Conselheiros.[14]
Nessa mesma noite, a Comissão Coordenadora do MFA e primeiro-ministro Vasco Gonçalves, prevendo uma eventual demissão do general Spínola, deslocaram-se ao Forte de S. Julião da Barra, onde se encontrava o general Costa Gomes, para lhe solicitar que, no caso de tal hipótese verificar, aceitasse ocupar o cargo de Presidente da República.[15] O general limitou-se a ouvi-los sem responder ao pedido formulado. Soubemos mais tarde que, inutilmente, tentara demover António de Spínola de tomar tão drástica decisão.

A RENÚNCIA DO GENERAL

No dia seguinte, 30 de Setembro de 1974, o general Spínola mandou novamente reunir o Conselho de Estado para anunciar a renúncia ao cargo de Presidente da República, afirmando ser a única saída de que dispunha para evitar trair *o Povo a que [pertencia]* e pactuar com o desvirtuamento dos ideais de liberdade e democracia prometidos no Programa do MFA.
Poucas horas mais tarde, o general António de Spínola lia à Nação a sua mensagem de renúncia, na qual afirmava que a situação política, económica e social a que tinha chegado o país resultava da *desvirtuação do ideário do Movimento*, que deturpava a *sua política ultramarina* e *consequente processo de descolonização [...] numa intenção deliberada de os substituir por medidas antidemocráticas e lesivas dos reais interesses das populações africanas* e, além disso, permitia o *assalto sistemático aos alicerces das estruturas e instituições por grupos políticos cuja essência ideológica [ofendia] o mais elementar conceito de liberdade, [forjando] reivindicações postas nas mãos dos trabalhadores por burgueses frustrados do velho regime, subitamente titulados também de trabalhadores*.
Em nossa opinião, o general Spínola distorcia

14 Segundo o coronel Vasco Lourenço, que acompanhou todo o processo, o Conselho de Estado reuniu já sem os generais da Junta demitidos pelo MFA, Galvão de Melo, Jaime Silvério Marques, Neto e Galvão de Melo, e sem o almirante Rosa Coutinho que se encontrava em Angola. Os 17 conselheiros presentes pronunciaram-se unanimemente contra a posição do Presidente da República: general Costa Gomes e almirante Pinheiro de Azevedo, os professores Azeredo Perdigão, Henrique de Barros, Isabel Magalhães Colaço, Ruy Luís Gomes, Freitas do Amaral e, surpreendentemente, os dois militares por ele nomeados, coronel Rafael Durão e tenente-coronel Almeida Bruno.

15 O 25 de Abril e o Conselho de Estado: A questão das Actas, Edições Colibri, 2012, de Maria José Tiscar Santiago, pág. 183, com a colaboração de Carlos de Almada Contreiras, na altura dos acontecimentos membro da CCPMFA. Vale a pena recordar que o general Costa Gomes era o preferido do MFA para desempenhar o cargo de Presidente da República.

a verdade. Primeiro, porque a política de descolonização inscrita no ideário do Movimento não era a *sua*, mas a que resultara de aturados debates internos no seio do MFA ainda durante a fase de conspiração, para a qual ele e o general Costa Gomes também contribuíram. Além disso, como os factos demonstraram, quem procurou desvirtuar o ideário do Movimento fora ele e mais ninguém ; em segundo lugar, porque omitia intencionalmente o facto de ele ser o primeiro responsável, para o bem e para o mal, pela condução das negociações com os representantes dos movimentos de libertação das colónias; por último, porque eram as suas próprias políticas, e não outras, que procuravam sistematicamente atraiçoar a declarada vontade de o MFA iniciar *uma nova política que [teria] essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras, o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos* e, ainda, o respeito pela *liberdade sindical*.[16]

Em suma, entendemos que a comissão *ad hoc* nomeada pela nova JSN e pela CCPMFA para investigar os acontecimentos do *28 de Setembro* tinha razões de sobra para concluir que *por detrás da pacífica e normal manifestação de apoio ao Sr. Presidente da República se desenvolveu toda uma série de acções tendentes a provocar uma inversão na marcha do processo revolucionário em curso*.[17] Isto é, contrariamente ao que propagandeavam o general e os seus apoiantes, em 28 de Setembro de 1974 tinha-se assistido a uma autêntica *intentona*, a primeira urdida e organizada pelas direitas radicais após o 25 de Abril, e não a uma *inventona* do MFA em associação com os partidos e organizações sindicais da esquerda comunista.

PRIMEIRAS NOTÍCIAS SOBRE A PREPARAÇÃO DE UM GOLPE DE ESTADO CONDUZIDO POR MILITARES SPINOLISTAS SURGIRAM NO FINAL DE 1974

REFORÇO DO MFA

As consequências político-militares resultantes do *28 de Setembro* acabaram por se reflectir no reforço e no poder de influência do MFA na vida política. A primeira consistiu na designação pelos restantes dois membros da Junta, almirantes Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, do general Costa Gomes para Presidente da República e, seguidamente, na substituição dos generais António de Spínola, Jaime Silvério Marques, Diogo Neto e Galvão de Melo, por quatro militares próximos do MFA: os tenentes-coronéis (graduados em general de três estrelas) Carlos Fabião (CEME), Mendes Dias (CEMFA), Pinho Freire e Fisher Lopes Pires. Além disso, enquanto o almirante Rosa Coutinho permanecesse no cargo de Alto-Comissário de Angola, o seu lugar na JSN seria interinamente ocupado pelo comandante Sil-

16 Lei n.º 7/74, de 27 de Julho, e Programa do MFA, Anexo à Lei n.º 3/74, de 14 de Maio.
17 Movimento das Força Armadas, Relatório do 28 de Setembro de 1974.

vano Ribeiro. Por fim, o general Costa Gomes resolveu nomear temporariamente para o Conselho de Estado o primeiro-tenente Miguel Judas, membro indefectível do MFA, enquanto o comandante Victor Crespo permanecesse em Moçambique com o cargo de alto-comissário.

No que se refere ao governo, o general Costa Gomes exonerou a seu pedido o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e, depois de consultar os órgãos representativos do MFA, dos três ramos das Forças Armadas, indigitou-o para formar o III Governo Provisório empossado em 1 de Outubro de 1974. Comparando-o com o anterior, a alteração mais importante foi a substituição dos ministros spinolistas, tenente-coronel Firmino Miguel e major Sanches Osório, cujas pastas foram assumidas pelo tenente-coronel Vítor Alves por delegação de funções. Mais tarde, em 24 de Fevereiro de 1975, foram nomeados para ocupar essas duas pastas os comandantes Correia Jesuíno e Silvano Ribeiro, mantendo-se o tenente-coronel Vítor Alves no governo como ministro sem pasta.

As mudanças provocadas pelo *28 de Setembro* não se ficaram por aqui. O general Costa Gomes, tendo em conta a complexa conjuntura político-militar, resolveu não fazer a recomposição do Conselho de Estado e aceitar, por proposta da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, a criação temporária de um órgão informal de conselho que, atendendo à sua composição quantitativa, recebeu a designação de Conselho dos Vinte (C20). Este órgão integrava os sete membros da Junta de Salvação Nacional, o primeiro-ministro (Vasco Gonçalves), os sete elementos da Comissão Coordenadora do Programa MFA, o comandante do Copcon (na altura o brigadeiro Otelo) e os quatro ministros militares que anteriormente tinham pertencido à Comissão Coordenadora (Vítor Crespo, Vítor Alves, Melo Antunes e Costa Martins).

Segundo o general Costa Gomes, o C20 tinha *duas missões muito importantes: auscultar as bases, em permanência, através dos diferentes órgãos existentes nas Forças Armadas, e estar em contacto com os partidos políticos. O C20 só discutia os problemas importantes depois de se terem feito as sondagens reputadas necessárias.*[18] Na prática, o C20 equivalia *grosso modo* ao sector militar do Conselho de Estado, sem o conjunto de sete personalidades escolhidas e nomeadas pelo Presidente da República, que antes incluía dois militares spinolistas, o coronel Rafael Durão e tenente-coronel Almeida Bruno. Enquanto isso, o Conselho de Estado entrou em compasso de espera.

O general Costa Gomes, em flagrante contraste com o seu antecessor, general António de Spínola, nunca procurou aproveitar-se desta ou de qualquer outra situação crítica para justificar o reforço dos seus poderes pessoais. A sua reconhecida inteligência e visão estratégia eram mais do que suficientes para lhe permitir analisar, profunda, global e serenamente, as situações que enfren-

18 Declarações pelo general Costa Gomes proferidas no âmbito do "processo Spínola" do "11 de Março", páginas 2.271 e 2.272.

Direitos reservados

O general António de Spínola (ao centro) mandou reunir o Conselho de Estado a 30 de Setembro de 1974 para anunciar a renúncia ao cargo de Presidente da República

tava, só depois elaborando as suas decisões, que eram por regra pautadas pelo interesse nacional e não por aspectos de ordem pessoal ou conjuntural. No entanto, esta forma rara de estar na política valeu-lhe dos críticos menos atentos e avisados a irreflectida e injusta acusação de procurar manter-se invariavelmente à tona dos acontecimentos, como cortiça na água.

Após os acontecimentos do *28 de Setembro*, entrou na forja uma nova crise político-militar, mais uma vez centrada na figura do general António de Spínola.

GOLPE MILITAR DE 11 DE MARÇO DE 1975

O general Spínola, após se ter demitido, continuava disposto a não desistir da carreira político-militar. A profusão e o tipo de actividades que desde logo começou a desenvolver demonstravam, claramente, que era sua intenção regressar sebastiânica e apoteoticamente à liderança da Nação. No entanto, independentemente da via que escolhesse para o fazer, teria sempre que contar com a imprevisibilidade dos resultados das próximas eleições para a Assembleia Constituinte e, logo que fosse aprovada a nova Constituição da República Portuguesa,

APÓS OS ACONTECIMENTOS DO 28 DE SETEMBRO, ENTROU NA FORJA UMA NOVA CRISE POLÍTICO-MILITAR

das eleições para a Presidência da República.
Curiosamente, já se notava nos círculos dos militares mais conservadores uma certa desesperança relativamente à capacidade política do velho cabo-de-guerra para liderar a Nação. Porém, acabavam sempre por concluir que, à falta de outra alternativa credível, o melhor seria continuar a apoiá-lo. Foi o caso de alguns militares que lhe eram próximos, quando decidiram iniciar uma intensa campanha de desgaste da imagem do MFA com o objectivo de modificarem, a favor deles, a composição das estruturas orgânicas internas de conselho dos três ramos das Forças Armadas, como, por exemplo, os conselhos das armas e as assembleias do MFA.
Os seus aliados naturais, que incluíam as direitas radicais civis, ainda desorientadas com a recente derrota no *28 de Setembro*, e a fuga precipitada de importantes elementos para o estrangeiro, especialmente para a vizinha Espanha, procuravam reorganizar-se, reforçar as suas interligações e reiniciar as suas actividades conspirativas. Paulatinamente, foram retomando as campanhas de intoxicação da opinião pública contra o regime e a espalhar a ideia de que o MFA não passava de um *braço armado do partido comunista*. Simultaneamente, intensificavam as acções de boicote às medidas governamentais, fomentavam conflitos sociais, infiltravam agitadores profissionais em iniciativas de direita como se de esquerda se tratassem e, finalmente, ensaiavam as suas primeiras actividades terroristas, como foi caso de duas bombas colocadas logo após a renúncia do general Spínola ao cargo de PR.[19]
As primeiras notícias relevantes acerca da preparação de um golpe de Estado conduzido por militares spinolistas surgiram no final de 1974. No entanto, só a 4 de Janeiro de 1975 o general Spínola voltou a aparecer publicamente para conceder uma entrevista política ao semanário *Expresso*, na qual revelava alguns aspectos do seu pensamento político e ideológico e a forma como encarava o futuro do país.
Para não corrermos o risco de sermos acusados de parcialidade, socorremo-nos da apreciação feita pelo jornalista que o entrevistou, Marcelo Rebelo de Sousa, nada mais nada menos do que o nosso actual Presidente da República:

1.º *O general Spínola aparenta estar mais interessado com o futuro do que com o passado (e talvez por isso debalde se encontrará nas respostas uma alusão ao problema da descolonização);*
2.º *Do que disse resulta a impressão de se manter muito bem informado, por via militar e civil;*

19 Estes atentados bombistas realizaram-se no dia 12 Outubro de 1974 em Penalva do Castelo, distrito de Viseu, com recurso a engenhos explosivos de fraca potência. Apenas provocaram danos materiais ligeiros.

3.º A entrevista revela, mais coisa menos coisa, o desejo do respondente de apresentar um programa social-democrático (embora, como sempre, com interpretação muito pessoal do ex-chefe de Estado);

4.º Curiosamente, não se encontra uma única vez a expressão "social-democracia", e é frequente a alusão ao "socialismo democrático" e ao "socialismo em liberdade". Em nossa opinião, não se trata de um lapso "calami", mas de um desígnio de não se comprometer demasiado com um partido político (e de o não comprometer demasiado?).

A fórmula usada, mais ampla, nem ademais a vantagem de cobrir as posições de dois partidos portugueses (PS e PPD), o que corresponde a uma "antevisão" do General;

5.º É sabido que, através de homens da sua confiança no MFA, Spínola tem mantido contactos periódicos com o PS. Não é impunemente que eles apareceram em peso no Congresso deste Partido;

6.º Por outro lado, e relacionando, a entrevista pretende seguir uma linha social-democrática, que alguns observadores consideram em certa medida paralela ao Programa do PPD.

Marcelo Rebelo de Sousa, demonstrando estar bem informado acerca da personalidade e das manobras conspirativas do entrevistado, concluiu dizendo: *Ficam muitas incógnitas por resolver. Que o mesmo é dizer que, em Massamá, perto de Queluz, está em reserva (de Estado?) um político que teve tanto de carisma e coragem. Como teve de falta de senso político prático, e que quer um segundo "round" para desforra.*[20]

Esta entrevista representou de alguma forma um sinal claro para os militares spinolistas intensificarem as suas actividades subversivas e mobilizarem os camaradas indecisos.

FRANK CARLUCCI

Cremos ser relevante fazer neste momento uma breve referência à chegada a Portugal, em Dezembro de 1974, do novo embaixador dos EUA, Frank Carlucci. Este diplomata, independentemente da apreciação que cada um possa fazer da sua actuação política em Portugal, desempenhou um singular papel durante este período crítico pós-25 de Abril. Como seria expectável, a sua missão prioritária era aplicar ao nosso país as receitas político-militares que melhor servissem a estratégia global dos EUA, na altura profundamente envolvidos numa complexa *guerra fria* com o seu adversário principal, a URSS. Portugal, sobretudo por causa dos inevitáveis processos de descolonização em curso e da crescente influência do Partido Comunista Português na política nacional, passara a representar para os interesses do designado mundo ocidental e, em particular, para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma pedra importante do xadrez político internacional. Nestas circunstâncias, era certo que Frank Carlucci, caso entendesse que a situação polí-

20 Comentário de Marcelo Rebelo de Sousa à entrevista do General Spínola ao semanário Expresso, em 11 de Janeiro de 1975.

tica em Portugal conflituava com os interesses estratégicos do seu país, defenderia sempre em primeiro lugar os interesses dos EUA.
Porém, é justo acrescentar que, contrariamente a outros proeminentes políticos americanos, como por exemplo o então secretário de Estado Henry Kissinger, o embaixador Carlucci procurou sistematicamente influenciar o governo americano no sentido de deixar que Portugal continuasse a levar por diante os processos de descolonização e de democratização em curso sem impor prejuízos e sofrimentos desnecessários ao povo. Não por filantropia, mas, simplesmente, porque entendia, com base na experiência e dados de que dispunha, que era possível garantir a integridade dos interesses estratégicos dos EUA em Portugal sem recorrer a processos de violência desnecessária e desproporcionada. Aliás, ele próprio assumiu mais tarde, numa curiosa entrevista ao jornal *Expresso*, que *o que aconteceu em Portugal foi verdadeiramente um movimento do povo português e dos seus líderes políticos. Eu tive sucesso em impedir [que] o Governo americano fizesse cousas que causariam danos*.[21]
Talvez por isso, dizemos nós, o embaixador Carlucci nunca chegou a conhecer pessoalmente o general António de Spínola e, tanto quanto julgamos saber, não nutria por ele especial consideração, nem como pessoa nem como estadista.
Registado o à parte, é altura de sublinhar que

EMBAIXADOR FRANK CARLUCCI NUNCA CHEGOU A CONHECER PESSOALMENTE O GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA

o general Spínola, depois de abandonar o cargo de PR, continuou a receber a visita dos militares que lhe eram próximos e de outras importantes personalidades nacionais e estrangeiras, muitas delas seus apoiantes desde a manifestação da *Maioria Silenciosa*. A sua residência em Massamá, onde vivia a maior parte do tempo, transformara-se numa espécie de quartel-general das forças que conspiravam contra o MFA e a Revolução. A segurança das instalações era feita pelo Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana que, em diligências de 30 dias e durante 24 horas, mantinha uma força permanente de segurança às instalações constituída por 15 praças comandadas por um sargento. A área circundante da vivenda, bastante arborizada, favorecia a vigilância do local e a montagem de dispositivos de segurança complementares.
As autoridades militares, conhecendo bem o carácter impaciente e belicoso do general, perceberam imediatamente que o ex-PR não desistiria facilmente do poder, fosse por via dos mecanismos democráticos previstos no PMFA e vertidos nas leis da República, fosse pela for-

21 Entrevista de Frank Carlucci ao semanário Expresso, em 5 de Junho de 2018.

ça das armas. Segundo os seus mais próximos seguidores, esta última hipótese era a que mais o seduzia, pensando utilizá-la logo que, como esperava, o general Costa Gomes se mostrasse incapaz de garantir a paz social no país, travar a *escalada comunista* e acabar com a influência da Comissão Coordenadora do MFA e do grupo Melo Antunes na governação do país.

O mês de Fevereiro de 1975 foi fértil em movimentações conspirativas. Os serviços de informação e contra-informação estavam em grande actividade. Circulavam um pouco por toda a parte boatos de golpes e contragolpes, algumas vezes fundamentados, outras não. Por exemplo, em meados de Fevereiro de 1975, o general Costa Gomes foi informado sobre a preparação de um golpe de Estado conduzido pelos generais António de Spínola, Kaúlza de Arriaga e Galvão de Melo,[22] com o apoio do Exército de Libertação de Portugal (ELP). Ao analisar mais de perto os fundamentos da notícia, percebeu-se rapidamente que era pouco provável que tal viesse a acontecer, não só porque os três generais dificilmente se entenderiam, mas também porque o ELP ainda não dispunha de condições operacionais para promover uma aventura daquela natureza.

Mais verosímil, porém, foi o rumor posto a circular praticamente na mesma altura que apontava o capitão-tenente Alpoim Galvão como o organizador de um golpe de mão marcado para 20 de Fevereiro de 1975. O objectivo era prender no Palácio de Belém os membros do C20, demitir o general Costa Gomes do cargo de PR e substituí-lo pelo general Spínola. O golpe contaria com a cumplicidade do capitão pára-quedista António Ramos, que era periodicamente encarregado da segurança do Palácio de Belém, onde se reunia semanalmente aquele Conselho. Ao que parece, o golpe só não se realizou por indisponibilidade pessoal temporária do capitão Ramos na data marcada. Segundo se dizia, o golpe fora adiado para o dia 17 de Março.

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICO-MILITARES DO 28 DE SETEMBRO ACABARAM POR REFORÇAR O PODER E INFLUÊNCIA DO MFA NA VIDA POLÍTICA

Entretanto, a situação política em Portugal era acompanhada no estrangeiro com muita atenção. As análises dos relatórios diários da situação política da 2.ª Repartição do Estado Maior do Exército (EME) davam conta de uma preocupante intensificação da propaganda contra-revolucionária na comunicação social internacional de direita, a maior parte das vezes de forma

22 A rivalidade entre os três generais era grande e antiga, sobretudo no caso de Spínola e Kaúlza. Por exemplo, segundo conta Sanches Osório, em 10 de Maio de 1974, numa reunião em que se debatia a constituição do Partido Liberal, Kaúlza recusou um convite de Spínola para formar um partido claramente à direita dos já existentes. Por ironia do destino, ainda durante a reunião, recebeu um telefonema a informá-lo que a Junta de Salvação Nacional o tinha passado compulsivamente à reserva.

Manuel Moura, Lusa

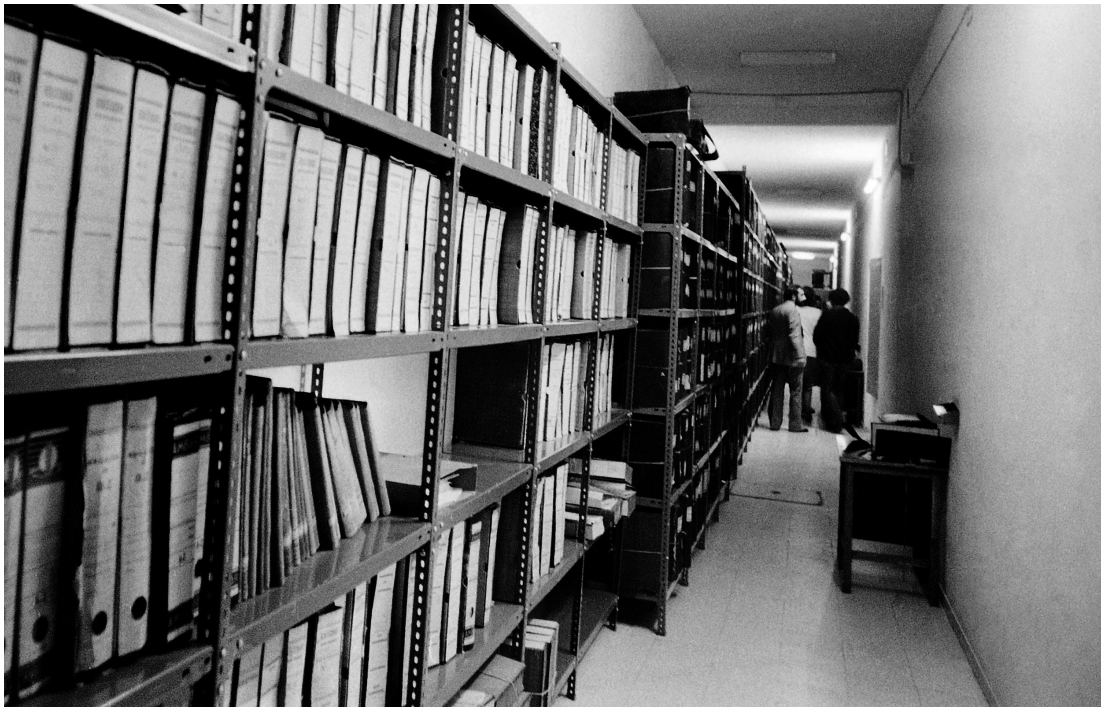
Depois de renúncia de António Spínola (à direita na foto), o general Costa Gomes (à esquerda) foi nomeado Presidente da República

deturpada e caluniosa. A 5.ª Divisão, em 22 de Fevereiro de 1975, escreveu a este propósito: *é nossa convicção que a reprodução sem comentários desta imprensa resulta objectivamente em:*

- *Criação de um clima psicológico alarmista, quer quanto ao estado de disciplina das unidades, quer quanto à evolução política nacional;*
- *Divisão das Forças Armadas, nomeadamente nas sucessivas tentativas que se fazem para mostrar que o MFA e o Quadro Permanente (QP) estão nas mãos dos comunistas.*

AGITAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS

Entretanto, as notícias nacionais sobre a agitação nas Forças Armadas aumentavam de forma preocupante. Uma delas foi a criação de uma associação de comandos cujo objectivo principal era promover, organizar e consolidar as ligações entre actuais e antigos combatentes daquela especialidade para intervir no combate às esquerdas. De facto, o projecto chegou a ser apreciado em finais de Fevereiro pelo CEME, general Carlos Fabião, que decidiu adiar



Direitos reservados

Ainda decorria a *Operação Viragem Histórica* quando o general Spínola, fazendo letra morta do PMFA, procurou manter em funcionamento a sinistra polícia política do antigo regime (PIDE/DGS). Na foto, os arquivos daquela polícia.

a respectiva aprovação. Todavia, a prorrogação não impediu que alguns dos elementos ligados ao projecto continuassem a participar na conspiração spinolista prestes a eclodir.[23]

No final de Fevereiro de 1975, durante um plenário do MFA, pese embora a esforçada oposição dos spinolistas presentes, foram aprovadas algumas importantes decisões, uma das quais contrariava especialmente os planos do general Spínola: nem mais nem menos do que a tão desejada, quanto esperada, institucionalização do MFA. A proposta foi aprovada na reunião de 8 de Março de 1975 do C20 que, simultaneamente, decidiu marcar as eleições para a Assembleia Constituinte para o dia 25 de Abril. O general Spínola percebeu imediatamente que a sua aspiração a uma futura eleição para PR acabara de sofrer um rude golpe, pelo que decidiu definitivamente enveredar pela via da insurreição armada para se alcandorar novamente ao mais alto cargo da Nação.

23 A aprovação da Associação de Comandos consumou-se em meados de Novembro de 1975, pouco antes da insurreição armada do "25 de Novembro". A finalidade expressa nos respectivos estatutos foi e ainda é a seguinte: Colaborar com as Unidades Comando, em termos patrióticos, pugnando pelos altos desígnios expressos pela Vontade Nacional.

No meio deste denso ambiente de informação e contra-informação, foi posta a circular nos meios militares spinolistas a notícia da preparação de uma operação de extrema-esquerda, apoiada por militantes civis da LUAR e mercenários Tupamaros de nacionalidade uruguaia, que tinha por objectivo eliminar fisicamente uma longa lista de quadros importantes das direitas militares e civis, que dava pelo nome de *Matança da Páscoa*. Apesar de estranho e improvável, o boato foi-se espalhando e ganhando consistência por via de alguns serviços secretos europeus, sobretudo espanhóis e franceses. Sobre a origem do boato circulavam hipóteses para todos os gostos. Independentemente de ser verdadeiro ou não, certo é que acabou por antecipar o golpe spinolista para 11 de Março de 1975.

O Copcon, ainda que desconhecendo a data exacta em que o golpe ocorreria, sabia que estaria para breve e seria executado pelo Regimento de Caçadores Pára-quedistas, pela Base Aérea n.º 3 e pela Escola Prática de Cavalaria de Santarém, muito embora esta última unidade tivesse acabado por não participar. Como se sabe, o golpe foi desencadeado ao início da manhã do dia 11 de Março de 1975 e, mais uma vez, o general Spínola e os seus homens sofreram uma humilhante e pesada derrota, que acabou por ter graves consequências para os seus autores e relevantes benefícios para o avanço da revolução, o mais significativo dos quais a criação de um novo e poderoso órgão de soberania, designado por Conselho da Revolução (CR).

Uma série de militares e civis envolvidos na tentativa insurrecional foram detidos preventivamente. O general Spínola e mais uns quantos apoiantes fugiram para Espanha, onde continuaram empenhados na sua cruzada contra-revolucionária, mas desta vez, como veremos, recorrendo ao terrorismo urbano. O autoritário, impulsivo e não raras vezes insensato general António de Spínola tencionava desta vez desestabilizar o país, inaugurando a era bombista de extrema-direita em Portugal.

Depois de sete pecados originais, preparava-se agora para cometer o seu grande e imperdoável pecado mortal.

3.10.2 SOBRE OS GRUPOS TERRORISTAS DAS DIREITAS RADICAIS

Apesar da dimensão e complexidade do tema, e dos mistérios que ainda encerra, entendemos útil fornecer alguns dados que ajudem a perceber as motivações e cumplicidades de certos partidos e organizações de extrema-direita que enveredaram pela via do terrorismo numa altura em que o regime de *Abril* se esforçava por construir um futuro mais livre, democrático, igualitário e fraterno.

Foi por ocasião do *28 de Setembro* que as autoridades militares, graças à militância, empenho e coragem de uns quantos elementos do MFA ligados aos serviços de informação, começaram a ter uma noção da força, extensão e influência da conspiração reaccionária que, dentro e fora de fronteiras, estava a ser meticulosamente

preparada. Sem formação nem meios adequados, alguns deles, correndo importantes riscos pessoais, foram deslindando pacientemente a sombria e complexa teia de interesses que, pouco a pouco e em silêncio, procurava reverter os processos de descolonização e de democratização encetados em 25 de Abril. Sem eles, os níveis de impunidade e prejuízo provocados pelos terroristas teriam sido certamente mais elevados.

Muita da informação a seguir é resultado desse aturado trabalho. Com base nele, ainda que de forma muito sintética, procuraremos caracterizar minimamente as organizações subversivas implicadas no terrorismo bombista que perturbaram durante longos meses a paz entre os portugueses. Por razões meramente metodológicas, abordaremos separadamente cada uma delas, apesar de sabermos que actuavam a maior parte das vezes em conjunto, quer a nível de direcção, quer a nível operacional.

EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO DE PORTUGAL

Dos quatro principais movimentos terroristas contra-revolucionários, o Exército de Libertação de Portugal (ELP) foi o primeiro a entrar em acção. Ainda hoje nos escapam importantes aspectos relativos à sua formação. No entanto, sabemos que o seu grande objectivo era combater os comunistas e os que defendiam a independência das colónias.

A criação do ELP surge como reacção ao insucesso da intentona do *28 de Setembro*, numa reunião em Paris realizada em Setembro de 1974 entre os conhecidos empresários portugueses Manuel Vinhas, Manuel Boulhosa e João José Zoio,[24] o antigo ministro de Salazar Soares Martinez,[25] e o inspector da ex-PIDE/DGS Agostinho Barbieri Cardoso. Porém, só em 6 de Janeiro de 1975 os seus dirigentes divulgaram publicamente o primeiro comunicado: *Somos o que sempre fomos, estamos onde já estávamos [...]. O regime deposto não foi derrubado. Há muito jaz morto e apodrece. Lutamos pela sobrevivência de Portugal e pela libertação dos portugueses - em África, na Ásia, na Europa. Às armas, portugueses!"*.[26]

Os dirigentes e militantes do ELP provinham de origens muito diversas, como por exemplo exilados do regime salazarista, *28 de Setembro*, *11 de Março*, ex-PIDE/DGS, ex-Legião Portuguesa e, ainda, antigos combatentes das guerras coloniais. Eram, na sua maioria, refugiados do 25 *de Abril*, que residiam na vizinha Espanha do ditador Franco. Foi neste país que

24 João José Zoio era filho de José Joaquim Morais Zoio (Conde de Pavullo), proprietário da empresa Norte Importadora, dedicada aos negócios de armamento, claros e escuros. O empresário manteve sempre estreitas ligações com organizações responsáveis por operações encobertas do antigo regime, designadamente em África, em que estiveram envolvidas personalidades como o general Spínola, comandante Alpoim Calvão, Jorge Jardim, etc., mais tarde envolvidos na rede bombista. João José Zoio seguiu as pisadas do pai antes e depois do 25 de Abril.

25 Há quem defenda que foi o advogado José Maria Martins Soares, do MRPP, e não Soares Martinez, que participou na reunião referida no texto.

26 O ELP dispunha de um órgão oficioso designado "Libertação", cujo primeiro número foi difundido em 6 de Janeiro de 1975.

a rede operacional clandestina da organização se instalou para planear muitas das suas actividades criminosas contra o novo regime português. Para escaparem à vigilância das autoridades, utilizavam como disfarce pacíficas empresas comercias. O treino dos seus operacionais realizava-se em propriedades rurais cedidas para o efeito por simpatizantes da organização, perante a indiferença e algumas vezes com a conivência das próprias autoridades espanholas e portuguesas.

O ELP era apoiado por partidos das direitas radicais, designadamente o Partido Liberal (PL) e o Movimento de Acção Portuguesa (MAP), que também serviam de fontes de recrutamento de operacionais terroristas.

O Partido Liberal (PL) tinha as suas raízes num partido da oposição ao antigo regime, a *Convergência Monárquica*, fundado, não por mera coincidência, no dia 28 de Maio de 1974, sob uma capa de politicamente moderado. No entanto, por força de alguns desentendimentos internos o verniz estalou e acabou por assumir claramente a via do radicalismo de direita. Desempenhou um papel preponderante na campanha propagandística que precedeu o *28 de Setembro*, durante a qual foram identificados, e nalguns casos detidos, nomes importantes do partido, tais como Francisco van Uden, Almeida Araújo, tenente-coronel FAP António de Figueiredo, etc.

O MAP, por sua vez, resultou da reacção de alguns conhecidos ideólogos portugueses do nacional-fascismo, como, por exemplo, Florentino Goulart Nogueira e Rodrigo Emílio. Contrariamente a outras direitas portuguesas, os seus fundadores rejeitavam liminarmente quaisquer cedências político-ideológicas ao regime de Abril. Após várias tentativas, o Movimento acabou por surgir à luz do dia sob o patrocínio do general Kaúlza de Arriaga,[27] na altura presidente da Junta de Energia Nuclear, em cujas instalações se fizeram algumas das primeiras reuniões constituintes com a presença de nomes sonantes da extrema-direita portuguesa, tais como Jaime Nogueira Pinto, José Craveiro Lopes e o já citado Rodrigo Emílio, e com promessas de apoio de importantes grupos financeiros e industriais, como, por exemplo, Champalimaud, Melo, Espírito Santo, Lúcio Tomé Feteira, Camilo de Mendonça, etc..

NOTÍCIAS NACIONAIS SOBRE A AGITAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS AUMENTAVAM DE FORMA PREOCUPANTE

Desconhecemos a data formal da fundação do MAP. No entanto, tendo em conta às actividades públicas do Movimento, cremos que ocorreu algures em Junho de 1974. O seu programa reflectia todos os *ismos e anti-ismos* típicos das extremas-direitas: nacionalismo,

27 O general Kaúlza de Arriaga fundou posteriormente, em 1977, o Movimento Independente para a Reconstrução/Partido Nacional do Direito Português (MIRN-PDP), de extrema-direita.

colonialismo, antimarxismo e, claro, anticomunismo. Por isso, compreende-se facilmente que tenha elegido a facção progressista do MFA como principal ameaça à implementação do modelo de unidade nacional pluricontinental e colonialista.

Sublinhe-se que estes e outros partidos de extrema-direita foram ilegalizados na sequência do *28 de Setembro*, o que contribuiu decisivamente para radicalizar posições e enveredar pela subversão urbana armada em sintonia com o ELP e outras organizações criadas expressamente com essa finalidade.

O ELP funcionava com base em células operacionais isoladas subordinadas a uma direcção comum constituída por vários sectores de actividade específicos: o político-ideológico, conduzido pelo ultra-salazarista Pedro Soares Martínez, professor da Faculdade de Direito de Lisboa, e José Harry de Almeida Araújo, figurante habitual dos mais faustosos circuitos sociais do fascismo e co-fundador do Partido Liberal (PL); o de relações internacionais, dirigido por Gonçalves Rapazote, político português do Estado Novo, e Jorge Jardim, homem de mão de Salazar para os trabalhos sujos encobertos da ditadura, especialmente em assuntos africanos; o operacional, sob a responsabilidade de Francisco Van Uden, ex-capitão miliciano dos nossos comandos e também co-fundador do PL; o sector de informações, dirigido pelo ex-PIDE/DGS Agostinho Barbieri Cardoso e, por fim, o recrutamento, que ficou a cargo de Cunha Passos. Na área operacional funcionavam outros elementos menos conhecidos, como Nuno Barbieri Cardoso,[28] Paulo Barbieri Cardoso, Vasco Barata, Miguel Freitas da Costa, José Hipólito Vaz Raposo, José Campos, Luís Fernandes, etc..

BOATO ACABOU POR PROVOCAR A ANTECIPAÇÃO PARA 11 DE MARÇO DE 1975 O GOLPE SPINOLISTA QUE ESTAVA EM PREPARAÇÃO

O ELP mantinha relações privilegiadas com os movimentos fascistas internacionais e movimentos africanos de extrema-direita. Usava, para o efeito, contactos privilegiados, tais como Yves Guérin-Sérac, antigo membro da Organisation Armée Secrète (OAS), e Jay Simon Salbi, o célebre "Castor" da CIA e da AginterPresse.[29] Quanto a contactos com países africanos, destacavam-se os serviços secretos da África do

28 O primeiro- tenente Nuno de Castro Barbieri, filho do inspector da PIDE/DGS Barbieri Cardoso, esteve envolvido na intentona do "11 de Março", facto que pode ajudar a explicar certos acontecimentos relativas ao golpe militar falhado, como por exemplo a origem e difusão do boato da "Matança da Páscoa".

29 A AginterPress foi uma organização secreta disfarçada de agência noticiosa instalada em Portugal, estreitamente ligada à PIDE-DGS, Legião Portuguesa, CIA e outros grupos secretos. A vasta documentação que lhe foi apreendida em 25 de Abril de 1974 desapareceu misteriosamente das instalações da Comissão de Extinção da PIDE/DGS e LP, dependente do Conselho da Revolução, facto que nunca foi devidamente esclarecido junto dos membros desse órgão de soberania.

Direitos reservados

Conselho da Revolução presidido pelo general Ramalho Eanes em 25 de Abril de 1981

Sul, da Rodésia e do Malawi, que colaboravam, à margem da lei e impunemente, com a PIDE/DGS e as milícias privadas moçambicanas de Jorge Jardim[30] em massacres, assassinatos e outros actos clandestinos de tipo político-militar, com a protecção judicial e o apoio financeiro dos governos de Portugal.[31] Estas acções enquadravam-se no âmbito da aliança secreta estabelecida em 14 de Outubro de 1970, já durante o consulado de Marcello Caetano, entre Portugal, Rodésia e África do Sul, designada por *Exercício Alcora*, acrónimo de *Aliança Contra Rebeliões Armadas*, que se destinava a combater as ameaças que os nacionalismos africanos e o comunismo representavam para a segurança dos territórios da África Meridional de supremacia branca.

A actividade terrorista do ELP seguia o figurino habitual das organizações congéneres: intimidação, perseguição, violência, campanhas

30 Jorge Jardim dispunha de "Serviços Especiais de Informação e Intervenção" (SETII), que mantinha sob as suas ordens com financiamentos secretos dos Governos da ditadura. No dizer do general Costa Gomes, Jardim era a personalidade mais poderosa de Moçambique. O seu braço-direito era Orlando Cristina, tal como Jardim, apoiante da RENAMO, organização que se opunha ideologicamente à FRELIMO.

31 São exemplos deste tipo de acções a "Operação Mar Verde", realizada em 22 de Novembro de 1970, da responsabilidade do general Spínola enquanto comandante militar da Guiné-Bissau e com a participação de Alpoim Calvão, com o objectivo de resgatar prisioneiros portugueses e eliminar o presidente da Sekou Touré da Guiné-Conakri, ou o assassinato do líder da FRELIMO, Eduardo Mondlane, em 3 de Fevereiro de 1969, na Tanzânia.

Manuel Moura, Lusa

Aspecto geral da reunião do Conselho de Estado liderado pelo Presidente da República António Ramalho Eanes no Palácio de Belém a 29 de Dezembro de 1982. Na imagem podem ver-se alguns dos conselheiros, nomeadamente, do lado direito: Nuno Rodrigues dos Santos, Mário Soares, Henrique de Barros, Nobre da Costa, Mota Amaral, Francisco Pinto Balsemão e, do lado esquerdo, Álvaro Cunhal

difamatórias contra governantes, sabotagem dos actos de governação, manipulação das populações por meio de campanhas difamatórias, atentados etc. Os operacionais tinham uma vasta experiência de operações secretas adquirida durante o regime fascista. Na sua luta desprovida de limites éticos, o ELP chegou a publicar no seu jornal panfletário *Libertação* uma longa lista de nomes de militares e políticos envolvidos no processo revolucionário e respectivas moradas, não, certamente, para lhes enviar flores, mas para os intimidar e incentivar os sequazes a persegui-los e, se necessário, eliminá-los.

O ELP, tal como as outras principais organizações terroristas de extrema-direita de que falaremos - MDLP, Plano Maria da Fonte e Comandos Operacionais de Defesa da Civilização Ocidental (Codeco) -, actuava predominantemente no Norte de Portugal, beneficiando do deficiente controlo que as autoridades portuguesas exerciam ao longo da fronteira com Espanha para passarem delinquentes, armas e explosivos. No entanto, as actividades criminosas do ELP não se limitavam ao território metropolitano. Em África, por exemplo, também desenvolveu acções subversivas aproveitando-se das suas ligações a militares e civis portugueses radicais de direita, como, por exemplo, o tenente-coronel Gilberto Santos e Castro, Jorge Jardim, Orlando Cristina, Daniel Roxo, e tantos outros.

As primeiras células do ELP foram descobertas em Espanha pelos serviços de informações militares da Região Militar do Norte, na altura comandada pelo brigadeiro Eurico Corvacho, que beneficiou das inconfidências de um ex-legioná-

rio e operacional da rede bombista exilado em Espanha, João Pinto Ranito, que a determinada altura discordou dos métodos violentos que a organização se preparava para aplicar por ocasião do *28 de Setembro*, tais como atentados bombistas, assassínios, sequestros, etc.

O brigadeiro Corvacho comunicou o caso ao recém-criado Serviço Director e Coordenador da Informação (SDCI),[32] que imediatamente iniciou as investigações conducentes à identificação dos principais responsáveis da organização e à neutralização da intentona do *28 de Setembro*, abrindo o caminho para posteriores investigações sob orientação judicial.

O ELP estreou-se no dia 26 de Maio de 1975 nas actividades bombistas com a invasão e destruição da sede do MDP/CDE em Bragança, prosseguindo com muitas outras iniciativas: no dia 18 de Junho, em Viseu, assaltou uma agência bancária; na mesma altura, em data que não conseguimos apurar com rigor, um dos seus operacionais, José Campos, fez explodir as antenas do radar militar de Vilar Formoso, para evitar o controlo das incursões aéreas em território nacional provenientes de Espanha para incendiarem florestas e realizarem outras missões subversivas;[33] em 20 de Agosto de 1975, um grupo armado conduzido pelo bombista

DIRIGENTES E MILITANTES DO ELP TINHAM ORIGENS MUITO DIVERSAS COMO, POR EXEMPLO, EXILADOS DO REGIME SALAZARISTA

Ângelo de Nascimento neutralizou a escolta ao detido primeiro-tenente Barbieri Cardoso à entrada do Hospital de Marinha, proporcionando-lhe a fuga; em 16 de Novembro, assaltou o *Bank of London and South America* no Porto; em 21 de Novembro, colocou uma carga explosiva na messe da Marinha, em Cascais; em 10 de Dezembro fez explodir uma bomba na embaixada de Portugal em Paris, etc.. Ao todo, são-lhe atribuídas largas dezenas de atentados criminosos da mais variada espécie.

No entanto, nem só de sucessos viveu o ELP. Por exemplo, em 25 de Setembro de 1975, dois dos seus operacionais morreram com a explosão prematura dos materiais que transportavam nas viaturas em que seguiam para sabotar as antenas da RTP, em Monsanto, e, mais tarde, já em 1976, no âmbito das suas actividades internacionais, o operacional José

32 O SDCI teve origem na Secção da Apoio da 2.ª Divisão do EMGFA, chefiada pelo major Luís Arruda. Após o "11 de março", a referida Divisão foi extinta pelo CR em Maio de 1975 e substituída pelo Serviço Director e Coordenador da Informação (SDCI), na dependência do almirante Rosa Coutinho. Foi especialmente relevante o trabalho desenvolvido nessa altura pelo primeiro-tenente Rodrigues Soares, em estreita colaboração com a RMN, para investigar as actividades contra-revolucionárias do ELP e do MDLP.

33 Durante as investigações da rede bombista, só no distrito da Guarda, a PJ/SPJM identificou cerca de seis dezenas de incêndios florestais de origem criminosa.

Rebordão foi detido na Argélia quando se preparava para enviar explosivos alegadamente encomendados pelo rei de Marrocos ou por alguém em nome dele.
Para concluir estas notas sobre o ELP, importa salientar que, à semelhança das suas congéneres, a sua grande aspiração era preparar um exército para invadir Portugal, derrubar o regime democrático e impedir as descolonizações.

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE LIBERTAÇÃO DE PORTUGAL (MDLP)

O Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) assentou arraiais em princípios de Maio de 1975 em Calle la Casta, Madrid, já depois de Spínola ter abandonado Espanha com destino ao Brasil. Foi quando já se encontrava neste país que aprovou o projecto do Movimento rebelde preparado pelo seu incansável e controverso braço-direito Alpoim Calvão, a quem alguns dos seus camaradas apelidavam ironicamente de *social-democrata das bombas*, dado não se cansar de repetir que era essa a sua ideologia de eleição.
António de Spínola, independentemente de outros objectivos político-militares, procurava desforrar-se do desaire sofrido em *11 de Março*. Só que desta vez resolveu utilizar processos deontológica e militarmente pouco ortodoxos, demostrando mais uma vez falta de espírito democrático e *senso político prático*, tal como em tempos afirmou o professor Marcelo Rebelo de Sousa. Por outras palavras, o ambicioso e irrequieto ex-general resolveu pôr a ética de lado e, à falta de outros argumentos, recorrer à lei da bomba para reconquistar o poder em Portugal.

CRIAÇÃO DO ELP SURGE COMO REACÇÃO AO INSUCESSO DA INTENTONA DO 28 DE SETEMBRO

Os seus companheiros de percurso eram essencialmente os que com ele fugiram para escapar à justiça após a derrota a 11 de Março e, por isso, foram expulsos das Forças Armadas: brigadeiro Francisco Morais, coronel Orlando do Amaral, capitão-tenente Rebordão de Brito, capitão-tenente Alpoim Calvão, tenente-coronel Dias de Lima, tenente-coronel Carlos António Quintanilha, tenente-coronel Vasco Simas, major Zúquette da Fonseca, major Mira Godinho, major Sanches Osório, major Carlos Simas, major Victor Silva Marques, capitão Armando Ramos, primeiro-tenente Nuno de Castro Barbieri, primeiro-tenente Lopes de Abreu, primeiro-tenente Cardoso Anaia, primeiro-tenente Silva Horta, primeiro-tenente Juzarte Rolo, primeiro-tenente Cunha e Silva, alferes Miguel Champalimaud e segundo-tenente Cansado Corvo, e mais uns quantos civis dos que tinham participado na intentona falhada de 11 de Março.
No Brasil, António de Spínola contou com o inestimável apoio do empresário e amigo Carlos Lacerda, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro. Nesta fase da sua existência, o MDLP

vivia, sobretudo, dos donativos de empresários e simpatizantes das comunidades portuguesas no estrangeiro, que eram controlados por Francisco Morais e Zúquette da Fonseca.
A área de relações internacionais do Movimento ficou a cargo de Sanches Osório, na altura exilado em Paris. Foi no uso deste cargo que, aproveitando as relações especiais que mantinha com um dos responsáveis dos serviços secretos franceses, o Conde de Marenches, militar e director da agência de inteligência francesa (SDECE), marcou um encontro com António de Spínola para ambos negociarem o apoio político e financeiro internacional ao MDLP, com o objectivo de dar início à luta armada em Portugal, promover a invasão do território nacional e conquistar o poder político-militar. Porém, o director do SDECE, provavelmente por ter achado a proposta de Spínola desproporcionada e irrealista, recusou diplomaticamente o apoio solicitado.
Na mesma altura, perante o insucesso da reunião com o conde de Marenches, Sanches Osório promoveu um outro encontro, num restaurante nos arredores de Paris, de Spínola com os empresários António Champalimaud, Miguel Quina e Manuel Boullosa, este último figura proeminente do ELP, mais uma vez com o objectivo de os convencer a financiar a luta armada do MDLP em Portugal. No entanto, à semelhança do que acontecera antes, a receptividade dos seus interlocutores não correspondeu às expectativas de António de Spínola.

PARTIDOS DE EXTREMA-DIREITA FORAM ILEGALIZADOS NA SEQUÊNCIA DO 28 DE SETEMBRO

Tudo parecia indicar que a credibilidade interna e internacional do velho cabo-de-guerra entrara em franco declínio. Apesar disso, o Movimento Federalista Português-Partido do Progresso (MFP/PP),[34] que já o apoiara aquando do *28 de Setembro*, na falta de melhor opção, resolveu continuar a apoiá-lo. Este Movimento incluía, entre outras individualidades, José Valle de Figueiredo, Pacheco de Amorim, Caldeira Cabral, Luís Oliveira Dias, Manuel Queirós Pereira, António Marques Bessa, Artur Agostinho (locutor da Rádio Liberdade, do Movimento), José Miguel Júdice, conhecido advogado e comentador político da nossa praça.
No panorama da direita radical daquela altura, o MFP/PP foi, em nossa opinião, a organização política estrategicamente mais flexível, realista e eficaz, como demonstrou ao optar por afastar do Movimento os elementos que insistiam em defender o integralismo lusitano e aliar-se à corrente militar spinolista e ao MDLP, apesar de não lhe agradar o estilo bonapartista do seu

34 O MFP/PP nasceu das cinzas do ultraconservador MFP em Junho de 1974, adoptando uma ideologia nacional-revolucionário integracionista. O PP, Partido do Progresso, foi acrescentado à designação MFP para lhe dar um certo toque de modernidade.

líder. Além disso, para não se confundir com o integralismo lusitano, acrescentou ao nome a designação de Partido do Progresso (PP), passando a usar a sigla MFP/PP.[35]

À semelhança do que aconteceu com outras forças reaccionárias, por exemplo o ELP, o Plano Maria da Fonte e os Codeco, também o MDLP escolheu o território espanhol para instalar o seu quartel-general e, sob a asa protectora do regime franquista, servir-se dele como plataforma de partida e acolhimento dos operacionais encarregados de desferir os ataques terroristas em território nacional. Após o 25 de Abril, o território espanhol parecia ter-se transformado num autêntico *albergue espanhol* de contra-revolucionários portugueses.

Os militantes do MDLP, ainda que mantendo Madrid como centro nevrálgico das suas actividades clandestinas, instalavam-se de preferência em localidades perto da fronteira com Portugal, tais como Vigo, Salamanca, Tui, Badajoz, Segóvia, etc.,[36] para mais facilmente se introduzirem em território nacional e regressarem a Espanha após desferirem os ataques terroristas, contrabandearem armas ou, simplesmente, reunirem-se com os seus cúmplices.

Um deles, Alpoim Calvão, homem com vasta experiência em operações encobertas, adquirida no tempo da ditadura, funcionava como comandante operacional do Movimento. Conhecedor dos meandros clandestinos internacionais de contrabando de armamento e angariação de mercenários e, além disso, bem relacionado com Holden Roberto, líder da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) desde os tempos da guerra colonial, negociou com o presidente da República do Zaire, Mobutu Sese Seko, uma volumosa compra de armas financiada pelo banqueiro Miguel Quina, na altura representante da FNLA em Paris. Feito o negócio, foi ainda Alpoim Calvão que, servindo-se de várias cumplicidades, fez chegar o material a Cadiz em final de 1975, enviando-o depois por via terrestre para Tuy, onde permaneceu temporariamente armazenado. Segundo os responsáveis do MDLP, esse material destinava-se a armar o exército contra-revolucionário dele que em breve invadiria Portugal para substituir o regime e correr com os comunistas.

Quanto ao material explosivo e respectivos acessórios, o fornecimento era assegurado, como se verificará a seguir, pelos próprios militantes e simpatizantes do Movimento que, nalguns casos, chegavam a furtá-lo de empresas que os utilizavam para fins profissionais.

O ritmo a que eram praticados os atentados bombistas com a participação do MDLP foi au-

35 O MFP/PP procurou, com algum êxito, fazer passar as suas mensagens nacionalistas revolucionárias, quer em território metropolitano, quer junto de alguns movimentos políticos da África lusófona que defendiam teses federalistas, como foi o caso da Associação Cívica Pró-Angola, da Frente Nacionalista Angolana, do Movimento Federalista de Moçambique, da Liga Popular dos Guinéus e da União Democrática de Cabo Verde

36 Alpoim Calvão, por exemplo, tinha residência em Segóvia, de onde se deslocava frequentemente a Portugal beneficiando da passividade das autoridades portuguesas

Direitos reservados

Cónego Melo, vigário-geral da arquidiocese de Braga, era um enérgico, activo e convicto anticomunista que, nos seus contactos pessoais e homilias, não se cansava de incentivar os paroquianos à revolta. Na foto, à esquerda, com Ramiro Moreira, arguido no processo da rede bombista

mentando até que, a 22 de Abril de 1976, atingiu o seu ponto mais alto com o rebentamento de um engenho explosivo no interior da embaixada de Cuba, em Lisboa, que provocou dois mortos e vários feridos, bem como vultuosos prejuízos materiais.

Este atentado foi o sinal claro de que os dirigentes da rede bombista pretendiam alargar o seu campo de acção para o Sul do país, até ali domínio mais ou menos reservado aos operacionais dos Codeco. Segundo as declarações do bombista Ramiro Moreira, o atentado tinha sido encomendado por alguém muito importante de Lisboa, cuja identidade disse desconhecer, ao empresário Ferreira Torres por intermédio de Frank Sturgis, importante elemento da CIA com ligações aos Codeco. A operação foi planeada pelo citado empresário e o seu cunhado major Mota Freitas, comandante da PSP do Porto, tendo a ordem de execução sido transmitida pelo agente Regadas, da Polícia Judiciária (PJ) a Ramiro Moreira, o bombista de serviço, todos militando no MDLP. Foram seus cúmplices os operacionais Manuel Ramos Teixeira Gomes, José Manuel Marques da Costa e António Carlos Torres Rangel, posteriormente constituídos arguidos no processo conduzido pela brigada conjunta da PJ/SPJM.

Após o pronunciamento militar de 25 de Novembro de 1975, os dirigentes do MDLP entenderam que uma parte dos seus principais objectivos tinha sido alcançada com realização das eleições para a Assembleia Constituinte de 25 de Abril de 1976 e a vitória dos Partido Socialista e do Partido Popular Democrático, pelo que decidiram extinguir a organização no dia 29 de Abril de 1976. No entanto, a decisão não foi bem aceite por alguns dos seus operacionais mais voluntariosos, que continuaram a desferir ataques contra alvos de esquerda por mais alguns meses.

QUANTO A CONTACTOS COM PAÍSES AFRICANOS, DESTACAVAM-SE OS SERVIÇOS SECRETOS DA ÁFRICA DO SUL, DA RODÉSIA E DO MALAWI

Especulou-se e, creio, ainda hoje continua a especular-se à volta da existência de negociações de membros do Conselho de Revolução (CR), do chamado Grupo dos Nove, com representantes do MDLP para cessarem as actividades subversivas. De facto, esses contactos existiram, mas por iniciativa meramente pessoal de dois dos nove elementos e sem o conhecimento dos restantes elementos daquele Grupo. Aliás, alguns desses encontros só foram descobertos durante as investigações à rede bombista, tendo sido devidamente registados no processo e avaliados pelo juiz de instrução. Como é fácil verificar consultando os autos que seguiram para julgamento, os dois elementos do CR que assim procederam foram os tenentes-coronéis Vítor Alves e Canto e Castro, mas cada um deles por motivos bem diferenciados. Enquanto o primeiro agiu com o intuito de convencer alguns dos responsáveis do MDLP a pôr fim aos atentados, Canto e Castro colaborou efecti-

vamente nas actividades subversivas do grupo. Isto é, nada foi escondido no processo mandado instaurar pelo CR ao SPJM/PJ, tendo cada um deles agido em segredo por sua própria conta e risco.

PRIMEIRAS CÉLULAS DO ELP DESCOBERTAS EM ESPANHA PELOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES DA REGIÃO MILITAR DO NORTE

O PLANO MARIA DA FONTE

O Plano Maria da Fonte foi outra das organizações subversivas que pôs o país a ferro e fogo durante o período mais escaldante do processo revolucionário. Concebido pelo jornalista Waldemar Paradela de Abreu após o insucesso da intentona do 11 de Março de 1975, tinha por finalidade *reagir [à situação] pela violência e preparar o país para a guerra. Tragicamente para a guerra civil.*[37]

O Plano nasceu de uma ideia inovadora, inteligente e criativa, com assinaláveis efeitos práticos, no esforço realizado pela organização para contrariar o avanço do projecto progressista do 25 de Abril. Basicamente, utilizava a natureza profundamente católicado povo português para potenciar o sentimento anticomunista instilado pela propaganda do regime autoritário ao longo de décadas.

Além de Paradela de Abreu, estiveram na génese do Movimento o ambicioso aventureiro Jorge Jardim e o ex-militar Sanches Osório, este último católico e bom conhecedor do tradicional conservadorismo de uma parte substancial da sua Igreja. Todos eles sabiam que esta instituição religiosa era, como dizia Jorge Jardim, *o maior e mais bem organizado partido político de Portugal*, pelo que o sucesso do Plano passava necessariamente pela adesão de alguns dos seus principais responsáveis à luta clandestina que o Movimento tencionava desenvolver contra o que considerava ser a crescente sovietização do poder político de Lisboa. Nomes como Miguel Souza Machado, Rui Castro Lopo e João Braga constavam da sua lista de apoiantes. Para levar por diante os seus intentos, os membros fundadores do Plano engendraram uma astuciosa artimanha para obter o precioso apoio do arcebispo de Braga,que era na altura D. Francisco Maria da Silva.

A história conta-se rapidamente. Como sabiam que o prelado se preparava para visitar o Brasil, informaram anonimamente o Copcon/Região Militar Norte de que o clérigo se preparava para abandonar o país transportando clandestinamente com ele um elevado valor em divisas.[38] Tal como tinham previsto, no dia da partida, 11 de

37 Do 25 de Abril ao 25 de Novembro, de Paradela de Abreu, Editorial Intervenção, Lda., p. 113.

38 A operação foi concebida por Jorge Jardim e os telefonemas anónimos para o Copcon foram feitos por vários indivíduos, incluindo o major Sanches Osório e o bombista Silva Santos. Segundo algumas versões, a denúncia foi feita por carta anónima redigida pelo próprio Jorge Jardim.

GRANDE ASPIRAÇÃO DO ELP ERA PREPARAR UM EXÉRCITO PARA INVADIR PORTUGAL E DERRUBAR O REGIME DEMOCRÁTICO

Junho de 1975, o arcebispo de Braga tinha à sua espera no aeroporto de Pedras Rubras uma força militar preparada para o revistar minuciosamente, apreender as ditas divisas e prendê-lo. Porém, terminada a humilhante vistoria à sua pessoa e respectiva bagagem, as autoridades militares concluíram que nada de suspeito existia, autorizando o indignado eclesiástico a prosseguir viagem.

Mais tarde, os denunciantes, após terem notícia da profunda revolta que a injusta provação provocara na vítima, entenderam que era chegado o momento de avançar para a etapa seguinte do estratagema que tinham gizado. Jorge Jardim escreveu a D. Francisco uma carta pessoal para lhe solicitar a colaboração da Igreja Católica para *preparar o povo do Norte para a revolta armada*, cujo portador seria Paradela de Abreu. A audiência foi solicitada e prontamente concedida por D. Francisco. O encontro teve lugar no Paço da Arquidiocese de Braga e Paradela de Abreu, depois de entregar a carta a D. Francisco, expôs-lhe pormenorizadamente os objectivos do Plano Maria da Fonte.

D. Francisco, talvez mais motivado pelo seu amor próprio ferido do que pelos argumentos da carta de Jardim e os transmitidos por Paradela de Abreu, prometeu colaborar secretamente nas actividades subversivas do Plano e nomeou o cónego Eduardo de Melo, vigário-geral da Arquidiocese, para colaborar com os insurgentes. A escolha revelou-se acertada, dado que o referido cónego dominava as actividades do Seminário, que incluíam cursos de cristandade e retiros espirituais que lhe facilitavam o acesso a gente importante da comunidade católica na região. Além disso, ele próprio era um enérgico, activo e convicto anticomunista que, nos seus contactos pessoais e homilias, não se cansava de incentivar os paroquianos à revolta, repetindo-lhes vezes sem conta que *para alcançar a paz é preciso fazer a guerra*.[39]

Isto é, o estratagema concebido pelos criadores do Plano Maria da Fonte resultara em pleno.

A partir dali, estavam criadas as condições para a organização levar por diante a desejada revolta popular contra a revolução de Abril e o governo liderado por Vasco Gonçalves, com a prestimosa participação de ilustres representantes da Igreja Católica, cardeais, bispos e sacerdotes. Como dizia Paradela de Abreu, *cada paróquia seria uma base, cada igreja um reduto, cada sino um rádio transmissor, cada quinta um apoio logístico*.[40] O trabalho sujo e violento seria executado pelos operacionais do MDLP, ELP e outros mercenários da violência.

O Plano começou a funcionar ainda durante o ano de 1975. Em 3 de Agosto, na Póvoa de La-

39 ABREU, Paradela de, *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro*, Editorial Intervenção, Lda., p. 126
40 *Idem*

nhoso, o povo foi mobilizado para participar nos assaltos ao centro de trabalho do PCP e sede do MDP/CDE e, no dia 5, atacou as sedes do PCP, MDP/CDE e FEC, em Santo Tirso, e o centro de trabalho do PCP, de Famalicão. A população enfurecida e estimulada pelos sinos das igrejas que tocavam a rebate, invocava a santa-liberdade para arrombarem, vandalizaram e queimarem tudo o que encontravam no interior dos edifícios assaltados. Muitos outros exemplos de ódio e destruição foram posteriormente perpetrados pelos *Anjos de D. Francisco*, como carinhosamente os designava o jornalista Paradela de Abreu.

O dirigente mais activo do movimento insurrecional foi o cónego Melo, angariador de uns quantos colegas da região que transformaram rapidamente as igrejas de algumas paróquias em autênticos centros de propaganda política insurrecional, onde se acoutavam militantes das direitas radicais para debater e planear em segredo as suas actividades criminosas. Elementos do MDLP e de outras organizações subversivas, alguns deles identificados e perseguidos pela Justiça, atravessavam a fronteira espanhola para levar por diante sua cruzada anticomunista.

O Seminário de Santiago, situado no centro da cidade de Braga, a escassas dezenas de metros das instalações da PSP e da GNR, era um dos locais privilegiados de conspiração. Foi lá que, em 30 de Outubro de 1975, se reuniram alguns nomes importantes do Plano e do MDLP para debaterem a organização de uma grande operação popular armada que depusesse o poder político em exercício a tempo de evitar a concretização da proclamação da independência de Angola, anunciada para o dia 11 de Novembro seguinte. O anfitrião do encontro era, obviamente, o zeloso conspirador cónego Melo.

O PLANO MARIA DA FONTE FOI OUTRA DAS ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS QUE PÔS O PAÍS A FERRO E FOGO

Porém, os serviços militares de informação da Região Militar Norte (RMN) tiveram conhecimento da iniciativa e comunicaram-na ao respectivo comandante, na altura o brigadeiro Corvacho, que ordenou o cerco às instalações do Seminário para prender os foragidos à justiça, militares e civis, que por lá se encontrassem. Durante as buscas às instalações apenas foram presos os ex-militares Benjamim Abreu e Mira Godinho, ambos do MDLP. Naturalmente, os padres e os civis que lá se encontravam reunidos a conspirar foram confundidos pelos militares como se de habituais e pacíficos frequentadores do local se tratassem, sendo, por isso, autorizados a abandonar o edifício sem serem incomodados. Por sua vez, o cónego Melo, conhecedor profundo do labiríntico edifício, conseguiu ludibriar a vigilância montada pelos sitiantes e esconder os civis Paradela de Abreu e seu guarda-costas Ângelo Ramos do Nascimento,mais conhecido por Ângelo de

Trancoso,[41] e os ex-militares do MDLP Alpoim Calvão, Pedro Menezes e Silva Horta,[42] que só conseguiram escapar no dia seguinte, já depois de os militares se terem retirado com armas e bagagens. O cónego Melo, com fundado receio de ser detido mais tarde, resolveu retirar-se temporariamente para as instalações da igreja na cidade espanhola de Tui.

Este incidente abalou a confiança dos dirigentes do Plano Maria da Fonte, sem, no entanto, os impedir de continuarem as actividades criminosas, a mais grave e mediática das quais foi o assassinato, em 2 de Abril de 1976, do padre Maximiano Barbosa de Sousa e da sua acompanhante, a estudante Maria de Lurdes Ribeiro Correia, de 18 anos, quando regressavam de automóvel, já no final do dia, da Casa da Cultura da freguesia de Cumieira para Vila Real. Três homicidas emboscados numa curva da estrada fizeram explodir por controlo remoto um engenho que tinham colocado previamente no interior da viatura do padre Max.

Logo na altura se percebeu que os criminosos contavam com a cumplicidade das autoridades policiais para os encobrirem. De facto, pouco tempo depois de ocorrer a explosão compareceu no local uma equipa mista de investigadores da PSP e da PJ do Porto, que se apressou a tomar conta da ocorrência e, estranhamente, a dizer à população presente que se tratava de um crime passional. Enquanto isso, desvalorizavam as declarações das testemunhas que apontavam para motivações de ordem político-religiosa e, como se isso não bastasse, manipulavam os destroços da viatura sem os cuidados técnicos requeridos para evitar a corrupção de eventuais provas materiais para posteriores investigações laboratoriais.[43]

O DIRIGENTE MAIS ACTIVO DO MOVIMENTO INSURRECIONAL FOI O CÓNEGO MELO

Após várias tentativas infrutíferas de arquivamento do processo, insistentemente proposto pela equipa da PJ encarregada da investigação, o crime acabou por ser julgado no Tribunal de Vila Real mais de 20 anos depois, em 1997, já muito perto da data de prescrição. Segundo o libelo acusatório, os autores morais tinham sido o tenente-coronel Canto e Castro, os industriais

41 O mercenário Ângelo de Trancoso, já antes tinha sido guarda-costas do general Galvão, na altura em que fora deputado independente pelo CDS. Respondeu mais tarde perante a Justiça por crimes de delito comum.

42 O ex-primeiro-tenente Silva Horta, em 16 de Novembro de 1975, com a cumplicidade de uma militante do Partido do Progresso e do MDLP, foi o autor do violento assalto à Igreja de Guimarães ordenado por Alpoim Calvão para roubar tesouro de Nossa Senhora da Oliveira, padroeira da cidade. Durante as investigações, falou-se de um segundo casal que permaneceu de vigia no interior do automóvel do assaltante, que nunca foi identificado. O roubo destinava-se a obter fundos para o MDLP.

43 O padre Maximiano de Sousa tinha aceitado fazer parte como independente da lista de deputados da União Democrática Popular (UDP), candidata às primeiras eleições constituintes que se realizaram no dia 25 de Abril de 1976. A sua acompanhante, a estudante Maria de Lurdes, era uma convicta animadora cultural da mesma área político-ideológica.

Alfredo Cunha, Lusa

Pinto Balsemão, antigo-primeiro-ministro, foi vítima de uma atentado à bomba perpetrado a 24 de Fevereiro de 1975 pela rede bombista de extrema direita

Rui Castro Lopo e Joaquim Ferreira Torres, e o cónego bracarense Eduardo Melo, hoje com estátua plantada em Braga,[44] e os três autores materiais - conhecidos operacionais bombistas da região -, Alcides Pereira, Valter dos Santos e Alfredo Vitorino. No entanto, apesar de o tribunal ter reconhecido que o crime obedecera efectivamente a motivações de ordem política e ter atribuído a responsabilidade directa do atentado, decidiu absolver todos os arguidos por falta de provas suficientes. *In dúbio pro reo!* [45]

Estranhos representantes de Cristo aqueles padres que incitavam ao ódio, à vingança e à violência e desperdiçavam água benta a ungir instrumentos de guerra e mercenários criminosos, em vez de gastarem o seu latim e energia a desbravar os caminhos da paz e da concórdia que conduzem à liberdade, ao progresso e ao bem-estar individual e colectivo das populações; estranhos padres aqueles que se

44 A estátua ao cónego Eduardo Melo foi plantada no centro de Braga a 17 de Agosto de 2013, por iniciativa de um grupo de cidadãos da cidade. A Assembleia Municipal votou a favor da proposta, com os votos favoráveis do PS e com a abstenção dos vereadores eleitos pela coligação "Juntos por Braga", do PSD, CDS-PP e PPM. O Presidente da Câmara, na altura o socialista Mesquita Machado, autorizou a colocação da estátua.

45 Monsenhor Eduardo Melo Peixoto, vigário-geral da arquidiocese de Braga, era um dos suspeitos de envolvimento na "rede bombista de extrema-direita", cujo processo que decorreu posteriormente no SPJM. No entanto, o respectivo Juiz de Instrução, Dr. Dário Rainho, acabou por considerar que as provas de que dispunha contra ele não eram suficientemente sólidas sob o ponto de vista criminal para ordenar a sua prisão preventiva.

Alfredo Cunha, Lusa

Por mais voltas que se queira dar ao assunto, a tragédia de Camarate nada teve a ver com bombas, mais não sendo do que um dramático acidente de aviação

aliavam sistematicamente aos mais poderosos e influentes contra os mais fracos e desprotegidos, enganando, perseguindo, amordaçando, excluindo e eliminando sem dó nem piedade todos os que, como o padre Max e tantos outros, apenas ambicionavam um mundo mais livre, justo, fraterno e igualitário; estranhos padres aqueles que se limitavam a reclamar dos poderes instituídos a promoção da caridade em vez do reconhecimento formal do direito de todo e qualquer cidadão a uma vida digna e justa; enfim, estranha Igreja que acolhia e incentivava tais padres a *abençoarem as mãos dos bombistas* que faziam dos conflitos sociais, do negócio de armas, da violência e do homicídio o seu modo de estar e ganhar a vida!

O Plano Maria da Fonte perdeu bastante do seu fulgor inicial após a independência dos territórios ultramarinos, especialmente de Angola, a joia do império colonial português, e, sobretudo, a partir da insurreição armada do *25 de Novembro*. No entanto, enquanto durou, continuou a praticar as suas actividades subversivas e persecutórias contra a liberdade e a democracia em construção.

Para a História, deixou um rasto de injustiça, violência e morte, bem como um lamentável exemplo de como se pode manipular a fé dos simples para fins absolutamente condenáveis.

COMANDOS OPERACIONAIS DE DEFESA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Foi em meados de 1975 que se começou a ouvir falar de uma obscura organização terrorista que dava pelo nome de Comandos Operacionais de Defesa da Civilização Ocidental (Code-

co). Ao que tudo indica, o seu fundador foi Vasco Montez, um português gerente de vendas da empresa Guérin, de Angola. Foi preso de delito comum na cadeia de S. Paulo de Luanda ainda antes do 25 de Abril, tendo sido libertado em 24 de Fevereiro de 1974. Segundo confessou, regressou a Lisboa em meados de 1975 disposto a *fazer terrorismo, vingar-[se] das coisas que se passavam em Portugal*.[46]

Que se saiba, a organização dos Codeco não tinha sede, programa político ou estratégia definida, actuando casuisticamente, por vingança ou por encomenda de terceiros. Os seus militantes eram de tendência claramente para-fascista, em parte combatentes da FNLA de Holden Roberto, mas também civis e militares antes envolvidos na guerra colonial, designadamente ex-PIDE/DGS e ex-legionários. O já referido Frank Sturgis, alegado agente da CIA, apoiou desde o início a organização, fornecendo-lhe designadamente serviços de instrução e aconselhamento político e operacional.

As investigações levadas a cabo identificaram, além de Vasco Montez, outros importantes operacionais como Luís Ramalho, Carlos Miranda, o Favas, antigo comandante das tropas da FNLA, José Lopes Esteves, Fernando Farinha Simões e o empresário João Veríssimo, secretário do CDS em Ponte de Lima, um dos seus principais fornecedores de explosivos.

Os Codeco mantinham estreitas relações com portugueses retornados dos territórios ultramarinos por intermédio do Secretariado Nacional de Apoio aos Desalojados Ultramarinos (SENADU), organização criada pelo CDS com fins humanitários, onde recrutavam também parte dos seus simpatizantes. Aliás, as relações simbióticas com a ala mais conservadora e reacionária do CDS foram reconhecidas mais tarde, quer pelo bombista José Esteves, que chegou a ser guarda-costas do líder do partido, Freitas do Amaral, no período do Verão Quente de 1975, que declarou publicamente que *os Codeco nasceram no CDS*,[47] e também pelo operacional Luís Ramalho, que afirmou publicamente que *os Codeco constituíam o braço armado do CDS*.[48]

Enquanto existiram, os Codeco realizaram uma longa série de atentados contra pessoas e bens, particulares e do Estado, agindo sozinhos ou em colaboração com outras organizações terroristas de extrema-direita. Ainda hoje é difícil saber ao certo quantos foram, mas a avaliar pelos relatos da comunicação social, cremos que no período entre 1974 a 1982, altura em que foi extinto o Conselho da Revolução,[49] é possível identificar cerca de cinco dezenas de atentados

46 Declarações de Vasco Montez à 10.ª Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate, 57.ª reunião, em 16 de Abril de 2015, onde também foi ouvido o professor Freitas do Amaral. Vasco Montez chegou a fazer parte do grupo de seguranças do Partido Socialista.

47 Entrevista concedida por José Esteves ao jornal "O Diário", em 25 de Janeiro de 1982

48 Entrevista Luís Ramalho ao jornal "O Diário", em 25 de Fevereiro de 1982

49 O Conselho da Revolução foi extinto a 30 de Setembro de 1982, aquando da primeira revisão constitucional após o "25 de Abril".

de gravidade variável, dos quais se destacam o rebentamento de cargas explosivas na Casa de Angola no dia 24 de Outubro de 1975, a que se seguiu, no dia seguinte, um violento assalto às respectivas instalações depois de uma manifestação de retornados realizada em Lisboa nesse mesmo dia, o fogo posto na Casa de Angola no Porto, em 22 de Abril de 1976, por sinal no mesmo dia em que se deu o atentado contra a embaixada de Cuba, e, ainda, o rebentamento, em 20 de Julho seguinte, de outra bomba na Casa de Angola, em Lisboa.

Vale a pena acrescentar que alguns atentados eram preparados para iludirem a opinião pública, fazendo crer que os seus autores eram elementos de organizações de esquerda. Em nossa opinião, inserem-se nesta tipologia, nomeadamente: a bomba colocada junto à sede do CDS, em Alcobaça, em 20 de Outubro de 1975; o rebentamento em 18 de Junho do mesmo ano junto à Igreja da Graça, em Lisboa; do rebentamento de uma bomba na sede do CDS em 5 de Fevereiro de 1976, desta vez em Leiria; do rebentamento de uma bomba em 9 Março do mesmo ano na redação do jornal *Sol*, de Vera Lagoa, em Lisboa; do rebentamento de um petardo em 4 de Maio seguinte no Estádio Municipal de Coimbra durante um comício do CDS; ou, ainda, em 14 de Dezembro do mesmo ano, todos eles, naturalmente, sem provocar vítimas nem prejuízos materiais.

As actividades dos Codeco continuaram para além da insurreição armada dos pára-quedistas em 25 de Novembro de 1975, muito embora diminuíssem de frequência a partir do final de 1976. Talvez por isso, alguns dos seus operacionais resolveram procurar outras oportunidades para alcançar protagonismo mediático e, provavelmente, novas fontes de rendimento. Como muitos ainda se lembrarão, a determinada altura os bombistas Codeco, José Esteves e Fernando Farinha Simões, afirmaram publicamente que tinham sido os autores materiais do fabrico e colocação de uma bomba na aeronave Cessna 421 que se despenhou à descolagem do aeroporto de Lisboa, em 4 de Dezembro de 1980. Em consequência do acidente, morreram todos os ocupantes, designadamente o primeiro-ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro, e o ministro da Defesa Nacional, Adelino Amaro da Costa.

CRIMINOSOS CONTAVAM COM A CUMPLICIDADE DAS AUTORIDADES POLICIAIS PARA OS ENCOBRIREM

Em nossa opinião, a tese de atentado defendida pelos citados bombistas destinava-se essencialmente a comprometer ética e politicamente o Presidente da República e o Conselho da Revolução, na altura general Ramalho Eanes. O *Leitmotiv* desta tese conspirativa andava à volta da falta de escrutínio de que se queixava o governo relativamente às contas dos negócios de armamento militar e, em particular, do fundo financeiro que suportava as despesas militares no regime anterior, até

ali considerados secretos e ciosamente protegidos pelo segredo de Estado.

Convém esclarecer que a polémica surgiu no contexto das eleições presidenciais de 7 de Dezembro de 1980, em que era candidato o general Ramalho Eanes. Sabemos perfeitamente que este não é nem o local nem o momento para se debater o assunto, que se arrastou penosamente durante anos nos *media* e em sede parlamentar. No entanto, não podemos deixar de afirmar sem qualquer hesitação que nesse fatídico dia, o País assistiu em Camarate a nada mais do que uma infeliz conjugação de graves erros aeronáuticos de tipo humano, material e regulamentar, todos eles oportuna e devidamente investigados pelas instâncias com competência científica, técnica, jurídica e política para o fazer.

Por mais voltas que se queira dar ao assunto, a tragédia de Camarate nada teve a ver com bombas, mais não sendo do que um dramático acidente de aviação provocado por incumprimento de uma série de importantes normas de segurança aeronáutica. Por muito que isso custe aos bombistas José Esteves e Fernando Farinha Simões e a quem eles serviam, a tese de atentado mais não foi do que uma pura fantasia.

O percurso criminoso dos Codeco terminou no dia 27 de Outubro de 1982 com cinco atentados, o último dos quais, por vingança ou ironia, contra a sede do CDS, em Oeiras, partido que os tinha acolhido, protegido e utilizado.

3.10.3 SPJM NA PISTA DOS BOMBISTAS

Julgando um dever cumprido
Sem deixar o meu critério
Digo verdades a rir
Aos que me mentem a sério
António Aleixo

Para um melhor enquadramento orgânico e cronológico, convém começar por lembrar que o Serviço de Polícia Judiciária Militar (SPJM) só teve existência legal em finais de Setembro de 1975[50] e o respectivo Regulamento só foi publicado em finais de Abril de 1976,[51] praticamente na mesma altura em que se davam as três primeiras explosões de origem criminosa noticiadas pela imprensa: duas em Penalva do Castelo, distrito de Viseu, nos dias 12 de Outubro de 1974 e 24 de Fevereiro de 1975, e uma terceira, também neste último dia, debaixo de uma viatura de Pinto Balsemão, estacionada na Quinta da Marinha, em Cascais. Foram todas de fraca potência, pelo que não provocaram feridos, mortos, ou estragos assinaláveis. Daí por diante, ao ritmo de dezenas por mês, os atentados bombistas e outras agressões contra cidadãos e respectivos bens não pararam de aumentar, sem que as autoridades policiais fossem capazes de lhes dar resposta satisfatória. Por isso, começou a circular a suspeita de que no interior dessas organizações existiam peri-

50 Decreto-Lei n.º 520-75, 23 de Setembro.
51 Decreto-Lei n.º 285/76, de 21 de Abril.

gosas conivências com os próprios terroristas.
No início, este tipo de criminalidade estava sob a alçada do foro civil, competindo à Polícia Judiciária (PJ) investigá-lo e instruí-lo, e cabendo aos tribunais comuns julgá-lo. No entanto, por volta do final de Fevereiro de 1976, a direcção da PJ percebeu que os atentados bombistas não tinham um mero carácter pontual e aleatório, resultando, pelo contrário, de planos sistemáticos previamente preparados em obediência a motivações essencialmente políticas. Talvez o ponto de viragem tivesse sido provocado pela gravidade e mediatização dos referidos atentados contra o padre Max, em Vila Real, e contra a embaixada de Cuba, em Lisboa.
Foi por esta altura que a direcção da PJ decidiu mudar de estratégia relativamente a este novo tipo de banditismo e criar uma brigada de agentes escolhidos, experimentados e treinados, sob a exclusiva responsabilidade do recém-nomeado director da PJ do Porto, magistrado Álvaro Guimarães Dias.
Até àquele ao momento, o recém-criado SPJM não tinha competência para intervir na matéria dado que o Conselho da Revolução (CR), absorvido pela gestão das transformações internas resultantes das crises político-militares do *Verão Quente de 1975* e do*25 de Novembro* e, ainda, pela preparação das primeiras eleições presidenciais pós-25 Abril,[52] ainda não se tinha debruçado sobre as consequências da crescente onda de ataques terroristas.[53] Só em Julho de 1976, já depois de o general Ramalho Eanes ter sido eleito Presidente da República, o assunto foi agendado pela primeira vez para ser discutido num plenário do CR, que decidiu atribuir ao foro militar a condução da investigação e instrução do chamado processo da rede bombista, colocando-o sob a alçada do SPJM. Lamentavelmente, não há qualquer registo nas actas do CR quer sobre o debate quer sobre as conclusões.

PLANO MARIA DA FONTE PERDEU BASTANTE DO SEU FULGOR INICIAL APÓS A INDEPENDÊNCIA DOS TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS

Para o SPJM, a decisão não foi propriamente uma surpresa na medida em que o assunto já tinha sido informalmente apreciado ao nível da respectiva direcção. Por isso, poucos dias depois, o director, coronel Ernesto Ramos, deslocou-se à directoria da PJ do Porto para se encontrar com Dr Álvaro Guimarães Dias e informá-lo pessoalmente da decisão do CR e da nomeação do juiz de instrução togado

52 Estas eleições realizaram-se em 27 de Junho de 1976. Foram candidatos António Ramalho Eanes, apoiado por parte substancial do MFA, Otelo Saraiva de Carvalho, José Pinheiro de Azevedo e Octávio Pato. Ramalho Eanes foi o vencedor.
53 Em conformidade com o disposto no art.º 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 285/76, de 21 de Abril, o SPJM, enquanto não dispusesse das estruturas necessárias ao pleno exercício das suas atribuições legais, só teria competência para investigar e instruir os processos que lhe fossem afectos pelo Conselho da Revolução.

Direitos reservados

O antigo embaixador dos EUA, em Lisboa, Frank Carlucci (ao centro). Este diplomata, independentemente da apreciação que cada um possa fazer da sua actuação política em Portugal, desempenhou um singular papel durante este período crítico pós-25 de Abril

Dr. Pereira Cabral, do SPJM, que, a partir de então, assumiria a condução do processo. Naturalmente, esclareceram também as condições em que os agentes militares participariam nas investigações que já decorriam na PJ.

A conversa entre ambos os directores foi franca e cordial, tendo o coronel Ramos explicado que se debatia com grande insuficiência de recursos humanos, a quase totalidade empenhada nos trabalhos de investigação e instrução dos processos *11 de Março* e *25 de Novembro*, situação que dificultaria o nível de colaboração a prestar à equipa da PJ. Informou também que os seus agentes de polícia judiciária militar não tinham qualificações técnicas nem experiência no âmbito do combate ao terrorismo urbano, o que representava outra importante limitação que só mais tarde poderia ser devidamente colmatada. Apesar disso, concluiu, as dificuldades não o impediriam de nomear muito em breve uma equipa de militares exclusivamente dedicados às investigações da rede bombista, terminando a conversa, como era seu hábito, afirmando ironicamente: *nós militares, somos pau para toda a colher. Estamos prontos para fazer tudo, até cozinhar e lavar roupa!*

Por coincidência, tinha acabado de se apresentar no SPJM o capitão Ferreira da Silva, oficial que já exercera funções de comando na Polícia de Segurança Pública e, por isso, reunia boas condições para chefiar a equipa prometida pelo coronel Ramos ao director da PJ do Porto.

Miguel A. Lopes, Lusa

José Esteves (na foto) afirmou publicamente que tinha sido um dos autores materiais do fabrico e colocação de uma bomba na aeronave Cessna 421 que se despenhou em Camarate, em 4 de Dezembro de 1980, tendo morrido todos os ocupantes, designadamente o primeiro-ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro, e o ministro da Defesa Nacional, Adelino Amaro da Costa

O capitão foi imediatamente nomeado para a função. Em 15 de Julho de 1976 realizou a sua primeira missão prendendo, com o apoio de elementos da PJ/Porto e colaboração da GNR de Braga, um violento criminoso de delito comum, Eduardo da Costa Oliveira, de alcunha *O Corrécio*,[54] suspeito de colaborar também com os operacionais da rede bombista. Durante a operação o foragido disparou vários tiros contra os militares, acabando por ser ferido, detido e levado sob prisão para o hospital. Foi, sem dúvida, uma estreia auspiciosa do capitão Ferreira da Silva nas suas novas funções.

A partir daí, as investigações progrediram a bom ritmo e, em 6 de Agosto de 1976, estávamos já em condições de apresentar ao CR alguns resultados positivos. Assim, interviemos no plenário desse dia para informar que *[tinha sido] descoberta no Norte do país uma rede bombista e que já se encontravam presos alguns dos*

54 Corrécio era o chefe de um violento bando que espalhava o terror e a violência na cidade de Braga e arredores. Vendia os seus serviços a quem lhe pagasse mais, designadamente à gente do ELP e MDLP. Era voz corrente na região que a impunidade com que ele movimentava na região lhe advinha da especial protecção lhe era oferecida pelo Comandante da PSP do Porto, major Mota Freitas, e pelo Cónego Eduardo de Melo, vigário-geral da Arquidiocesede Braga.

*principais implicados. [Manifestámos] a opinião de que o controlo de movimentos de explosivos, inclusivamente através das fronteiras com Espanha, [era] muito precário, justificando uma nova e adequada legislação sobre a matéria.[Expressámos] ainda a opinião de que era de toda a vantagem estabelecer com urgência um sistema de controlo de hóspedes nos hotéis e pensões [da região].*Obviamente, sobre a investigação, por se encontrar a cargo do juiz de instrução e em segredo de justiça, nada pudemos adiantar.

Na sequência do debate, o brigadeiro Vasco Lourenço interveio para solicitar ao SPJM a elaboração de um estudo pormenorizado acerca da legislação sobre controlo e movimento de explosivos. Porém, o presidente do CR, general Ramalho Eanes, *propôs que fosse primeiramente consultado o EMGFA* sobre o assunto.[55] No entanto, tanto quanto nos lembramos, a referida consulta acabou por não se concretizar.

Entretanto, nos dois dias seguintes, primeiro no Porto e depois na Póvoa do Varzim, a brigada da PJ/SPJM dedicada à rede bombista, com o apoio de militares e forças policiais, realizou uma série de detenções de operacionais suspeitos de pertencerem à rede bombista, apreendendo nas residências de dois dos detidos uma substancial quantidade de armas, explosivos e dinheiro de várias nacionalidades. Os detidos foram conduzidos sob prisão para as instalações do SPJM, em Lisboa, para serem interrogados. Eram eles: Rui Manuel Reis Moreira, Manuel Ramos Teixeira Gomes, José Manuel Gomes da Costa, Rui Manuel Caldas Figueiredo e Luís Máximo de Jesus Vieira.

Esta operação representou um marco importante nas investigações da rede bombista que operava no Norte de Portugal. Com base nas declarações carreadas para os autos, tornou-se evidente que os detidos mais não eram do que simples executantes a mando de desconhecidos ainda por identificar. Por isso, tornou-se prioritário descobrir e prender os financiadores e fornecedores de explosivos e armamento e aprofundar as ligações existentes entre eles e os operacionais da rede. Claro que tudo apontava para que fosse o ex-general Spínola e os ex-militares do MDLP os principais mentores de uma parte substancial das actividades criminosas. Só que era preciso prová-lo judicialmente, o que, dada a situação política no país após o *25 de Novembro*, não era tarefa fácil.

A primeira grande conclusão retirada das declarações dos elementos bombistas já detidos preventivamente foi que o 1.º e 2.º comandantes da PSP do Porto, majores Mota Freitas e Sampaio Cerveira, estavam profundamente envolvidos na conspiração subversiva, pelo que o Juiz de Instrução do processo, Dr. Pereira Cabral, entendeu que era urgente emitir ordens de prisão contra os dois militares. No entanto, por coincidência, ou talvez não, a 9 de Agosto de 1976 ambos foram mandados apresentar no Comando-Geral da PSP, em Lisboa. O facto

55 Acta do CR de 6 de Agosto de 1976.

não passou despercebido à comunicação social que se apressou a questionar o porta-voz do comando acerca do assunto. A resposta aos jornalistas foi que a presença dos referidos militares naquele comando nada tinha a ver com as investigações da rede bombista.

Todavia, os factos iriam em breve demonstrar que não era bem assim. O major Mota Freitas, ao regressar ao Porto nesse mesmo dia, apressou-se a fazer as malas e partir para Espanha, onde recebeu um telefonema de Lisboa, de alguém que os investigadores não conseguiram identificar,[56] a informá-lo que podia regressar ao Porto descansado porque não seria preso.

Enquanto isto se passava, no SPJM, o juiz de instrução Dário Rainho substituiu, por motivo de férias, o seu colega Pereira Cabral na condução do processo da rede bombista.[57] Acompanhando a opinião do seu antecessor, o Dr. Dário Rainho, no dia 12 de Agosto de 1976, informou-nos já no final do dia que decidira ordenar a detenção imediata do suspeito major Mota Freitas. Como sempre fazíamos, lembrámos-lhe que a nossa obrigação, na nossa qualidade de representante do CR no SPJM, era cumprir escrupulosamente a legislação em vigor, incluindo a parte que se referia ao princípio da independência dos magistrados encarregados da condução dos processos de instrução e, ao mesmo tempo, assegurar que sob o ponto de vista político-administrativo as suas decisões judiciais fossem integralmente cumpridas. E assim, no dia seguinte, 13 de Agosto, o major Mota Freitas foi detido preventivamente no âmbito do processo da rede bombista.

PAÍS ASSISTIU EM CAMARATE A NADA MAIS DO QUE UMA INFELIZ CONJUGAÇÃO DE GRAVES ERROS AERONÁUTICOS DE TIPO HUMANO

Ao ter conhecimento da detenção do oficial, o Presidente da República e do Conselho da Revolução e, ainda, Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Ramalho Eanes, convocou-nos com urgência para uma reunião no palácio de Belém em que estiveram também o seu assessor jurídico, Dr. Macedo de Almeida, o director do SPJM, coronel Ernesto Ramos, e o juiz de instrução do processo, Dr. Dário Rainho. O general Ramalho Eanes começou por dizer que tínhamos cometido um erro ao prender o major Mota Freitas sem o avisar previamente, impedindo-o dessa forma de preparar internamente as forças armadas e forças policiais para o choque que tal acto representaria. Respondemos que, embora compreendendo tais preocupações, não podíamos deixar de lembrar que, no nosso ponto de vista,

56 Dizia-se nos bastidores que a misteriosa figura era identificadono meio ligado à rede bombista pelo nome de código "Andorinha".

57 O Dr. Pereira Cabral não voltou a desempenhar as funções de juiz de instrução o processo da rede bombista, tendo sido formalmente substituído em 13 de Setembro de 1976 pelo Dr. Dário Rainho de 1976

as decisões desse tipo eram da competência exclusiva dos juízes de instrução dos processos, pelo que, em nosso entender, seria errado condicioná-las com a introdução de quaisquer outros factores que pudessem vir a prejudicar o segredo de justiça, o curso normal das investigações e a recolha de futuras provas para o processo, fossem elas abonatórias ou incriminatórias.

Após um intenso debate, ficou acordado que, doravante, no caso de futuras detenções de militares, e sempre com a prévia concordância dos respectivos juízes instrutores dos processos, o superintendente dos SPJM informaria antecipadamente o Presidente da República.

Dias depois, o Dr. Dário Rainho informou-nos que tencionava emitir novo mandado de prisão, desta vez contra o 2.º comandante da PSP do Porto, major Cerveira. Como tinha ficado combinado, apressámo-nos a comunicar o facto ao general Ramalho Eanes. Entretanto, como nada acontecia, resolvemos pedir explicações ao Dr. Dário Rainho. Este informou-nos que não tinha avançado com a diligência prevista porque, entretanto, fora informado pelos investigadores do processo que se verificara o desaparecimento de importantes provas incriminatórias que esperavam encontrar, pelo que tinha optado por ponderar a oportunidade da detenção.

No nosso entender, alguma coisa correra francamente mal. Apesar disso, aceitámos a explicação do Dr. Dário Rainho, continuando o major Sampaio Cerveira a desempenhar as funções de 2.º comandante da PSP do Porto ou, mais bem dito, de 1.º comandante interino. Viemos posteriormente a saber que o arguido Silva Santos, em declarações que proferiu já na fase de julgamento do processo, afirmou que *Cerveira era quem dava mais apoio [aos bombistas] e que era mais maluco que Mota Freitas!*

Como era de esperar, as direitas radicais, militares e civis desencadearam uma intensa campanha de difamação, descrédito e ameaças de retaliação contra os investigadores da brigada do SPJM/PJ encarregada do combate à rede bombista e suas famílias, sob a habitual acusação de serem antipatriotas e comunistas a soldo do KGB soviético. Apesar de já gasta, a campanha de intimidação começou a surtir efeito, sobretudo porque os investigadores tinham fortes razões para acreditar que os bombistas eram protegidos por gente poderosa e influente, interessada em evitar a criminalização dos eventuais culpados como forma de se protegerem. Aliás, era fácil perceber que os próprios serviços de informação militar, que dispunham de preciosos elementos sobre a conspiração - desde as averiguações realizadas a propósito da manifestação da *Maioria Silenciosa* -, evitavam envolver-se nas investigações.

No interior das próprias estruturas superiores das Forças Armadas, como por exemplo na Região Militar Norte, comandada pelo brigadeiro Pires Veloso, ou no próprio CR, onde o general CEME, Vasco Rocha Vieira, chegou a expressar

Alfredo Cunha, Lusa

Primeiras eleições presidenciais realizaram-se em 27 de Junho de 1976. Foram candidatos António Ramalho Eanes (na foto), apoiado por parte substancial do MFA, Otelo Saraiva de Carvalho, José Pinheiro de Azevedo e Octávio Pato. Ramalho Eanes foi o vencedor

a preocupação da Região Militar Norte em relação ao caso Mota Freitas,[58] notava-se uma certa complacência perante a actividade subversiva desenvolvida pelos activistas do MDLP, que em nada favorecia o aprofundamento das investigações. Por isso, depois de ponderar sobre as informações de que dispúnhamos sobre a matéria, entendemos que seria necessário agir rapidamente no sentido de estimular a equipa do SPJM/PJ encarregada das investigações. Por isso, decidimos convidar o director da Polícia Judiciária, Dr. Júlio Vidigal, para connosco, e, se assim o entendesse, com os responsáveis da PJ do Porto afectos às investigações, fazermos um ponto de situação sobre o andamento do processo. Simpaticamente, o Dr. Júlio Vidigal aceitou imediatamente a nossa proposta e sugeriu-nos que o encontro se realizasse nas instalações do SPJM no dia 16 de Novembro de 1976.

No dia aprazado, compareceram na reunião, além de nós, o coronel Ernesto Ramos, director do SPJM, o subdirector da PJ do Porto, Dr. Álvaro Guimarães Dias, o inspector Pereira Miranda e o subinspector Lopes Duarte, chefe da brigada de investigação da rede bombista,

58 Acta do CR de 20 de Outubro de 1976.

Guilherme Venâncio, Lusa

O marechal Costa Gomes, segundo a contar da direita, com Vítor Alves (primeiro a contar da direita), com Azeredo Perdigão, Ramalho Eanes e Vasco Lourenço. Em meados de Fevereiro de 1975, o general Costa Gomes, então Presidente da República, foi informado sobre a preparação de um golpe de Estado conduzido pelos generais António de Spínola, Kaúlza de Arriaga e Galvão de Melo

estes dois últimos também da directoria da PJ/Porto.

Após os habituais cumprimentos, fizemos uma breve introdução e propusemos como único ponto de agenda debater as r*azões que estavam a dificultar o avanço das investigações relativas à rede bombista e como ultrapassá-las*. O Dr. Júlio Vidigal interveio, referindo-se de forma genérica às dificuldades inerentes a este tipo de investigações e apontando-as como a causa principal da lentidão com que o processo estava a avançar. A sua intervenção provocou reacções exaltadas dos outros elementos da PJ, referindo de forma emotiva e frontal que o problema resultava apenas da falta de vontade política de altos responsáveis. Respondemos que não se-

ria bem assim, como muito bem o demostrava a reunião que estávamos a ter, e reafirmámos a firme vontade do CR de esclarecer toda a verdade e levar os culpados a julgamento. Um dos mais exaltados elementos da PJ respondeu-nos exclamando enigmaticamente: *Não chega, upa, upa!* Percebemos a insinuação e respondemos de imediato que estávamos em condições de afirmar naquele momento o empenho do senhor Presidente da República em levar as investigações até às últimas consequências, doesse a quem doesse. Quanto ao governo, nada podíamos adiantar.

A reunião terminou, tendo ficado acordado que todos iríamos unir esforços com o objectivo de aperfeiçoar e dinamizar os métodos de trabalho, reforçar as ligações e trocas de informação entre as duas polícias judiciárias e, finalmente, melhorar as condições de segurança dos investigadores e respectivos familiares.

Pouco depois de regressarmos ao nosso gabinete de trabalho, recebemos um telefonema da presidência da República a informar que o general Ramalho Eanes pretendia falar urgentemente connosco. Deslocámo-nos, então, ao Palácio de Belém onde fomos imediatamente recebidos. Ao entrarmos no gabinete disse-nos, com ar meio irónico: *com que então andas a marcar reuniões com o director da Polícia Judiciária sem me dizeres nada!* Confirmámos, perguntando-lhe se tínhamos procedido mal. Respondeu-nos que não, mas logo acrescentou que tínhamos exorbitado as nossas competências. Discordámos, referindo o Decreto-Lei n.º 520/75, de 23 de Setembro, art.º 14, que dizia: *Colaboram directamente com o SPJM, a Polícia Judiciária, os Institutos de Medicina Legal e os Arquivos de Identificação e do Registo Criminal e Policial, aos quais cumpre prestar àquele, com a urgência requerida pelo Serviço, todas as informações e auxílio técnico, podendo, quando necessário, ser requisitados funcionários seus para a realização de diligências ou pesquisas*. Acrescentámos que o CR, ao nomear-

-nos seu representante junto do SPJM, certamente que não esperava que nos limitássemos a desempenhar o papel de mensageiro entre as duas entidades.

Após esta primeira troca de opiniões, relatámos minuciosamente ao Presidente da República o que se tinha passado na reunião, classificando-a de importante, franca e clarificadora das dificuldades que as investigações enfrentavam. Pela sua reacção, percebemos que a nossa versão dos acontecimentos coincidia com a que, antes de mim, alguém se apressara a transmitir-lhe. Obviamente, reafirmámos no final a nossa intenção de o manter informado sobre futuros desenvolvimentos à volta da questão, aliás, como era nossa obrigação tendo em conta a sua qualidade de presidente do Conselho da Revolução.

Por coincidência, no dia 17 de Novembro de 1976, o general Ramalho Eanes resolveu nomear um militar da sua inteira confiança pessoal, o major Lencastre Bernardo,[59] para director-adjunto da Polícia Judiciária, com a missão de assegurar a coordenação e a ligação entre as forças armadas e as forças policiais em geral. Era, na altura, ministro da Justiça o Dr. Almeida Santos, do Partido Socialista.

O encontro que promovêramos com os responsáveis da PJ e do SPJM acabou por ter um impacto positivo nas investigações da *rede bombista de extrema-direita*.

3.10.4
DESPACHO FINAL DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DA REDE BOMBISTA

A instrução do processo SPJM n.º 569/76, dito da rede bombista, ficou concluída em Abril de 1977. Seguidamente, no uso da competência que nos tinha sido conferida nos termos do Decreto-Lei n.º 104/76, de 05 Fevereiro, confirmada pela resolução do CR de 24 de Novembro de 1976 e, ainda, tendo em conta a competência própria deste órgão definida no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 285/76, de 21 de Abril, emitimos, em 3 de Maio de 1977, o seguinte despacho:

Lista de arguidos:
- *Ramiro Manuel Reis Moreira*.
- *Manuel Ramos Teixeira Gomes*.
- *José Manuel Marques da Costa*.
- *Gonçalo Gonçalves Martins*.
- *António Júlio Regadas* (agente da PJ)
- *Joaquim Ferreira Torres* (empresário)
- *Abílio Ferreira de Oliveira* (industrial e comendador)
- *Artur da Fonseca da Mota Freitas* (major do Exército)
- *João Martins Fernandes*
- *António Carlos Torres Rangel*
- *Décio Jorge da Costa Macedo Sottomayor*
- *António José Brito Silva Santos*

59 O major Lencastre Bernardo, estivera no comando da Amadora em 25 de Novembro de 1975 com o na altura tenente-coronel Ramalho Eanes, tendo sido posteriormente seu assessor. Mais tarde, já na reserva, foi administrador de uma das empresas do Dr. Dias Loureiro, a Plêiade, do grupo SLN/BPN.

ATENTADOS BOMBISTAS CONTRA CIDADÃOS E RESPECTIVOS BENS NÃO PARARAM DE AUMENTAR, SEM QUE AS AUTORIDADES POLICIAIS FOSSEM CAPAZES DE LHES DAR RESPOSTA

- *José António Caimoto Duarte (Capitão QEO)*
- *Pedro Henrique Malheiro Ribas de Menezes* (segundo-tenente)
- *Manuel Joaquim Rodrigues Macedo*
- José Cruz Ribeiro da Silva

Tendo visto e atentamente examinado este processo, do qual consta a instrução contra os arguidos acima relacionados, [...] a exposição do Meritíssimo Juiz Instrutor do SPJM [...] e atenta a informação [...] prestada pelo Exmo. Director do Serviço de Polícia Judiciária Militar, [...] entende-se como suficientemente indiciado nos autos o seguinte:

A partir do mês de Outubro de 1975, recrudesceu de forma significativa o rebentamento de engenhos explosivos em diversos pontos do norte do País, acções estas que visaram particularmente sedes ou delegações de organizações políticas de esquerda, assim como bens e militantes desta mesma linha.

As diligências de investigação que se seguiram com vista ao apuramento dos agentes de tais atentados, inicialmente conduzidos pela Polícia Judiciária (civil) e posteriormente em colaboração com o SPJM, possibilitaram a descoberta de uma vasta rede de indivíduos comprometidos com a prática dos factos dos autos. Mais se apurou que a actuação desenvolvida se inseria numa linha programática de âmbito mais vasto, revestindo o carácter de estabilidade, de objectivos pré-determinados e definidos pela organização conhecida por MDLP, na qual, a partir de certo momento, tais indivíduos se integraram. Como acima se aflorou, visava-se impedir a implantação e desenvolvimento do comunismo no País, já que esta ideologia era responsabilizada pelo clima de degradação que se julgava existente.

A investigação realizada conduziu à prisão dos arguidos Ramiro Moreira, Gonçalo Martins, Teixeira Gomes e Marques da Costa, entre outros. Destacam-se especialmente estas prisões por ter sido a partir delas que foi possível colher os elementos que levaram à descoberta dos restantes implicados e ao esclarecimento das razões da actividade desenvolvida. Assim, apurou-se que o Ramiro iniciou os seus contactos com o arguido Mota Freitas no último trimestre de 1974. Tais contactos vieram a acentuar-se cerca de um ano decorrido, tendo o arguido Mota Freitas nessa altura distribuído ao Ramiro diversos artigos de armamento e explosivos. Com tal distribuição, pretendia-se que o Ramiro executasse acções intimidativas contra objectivos referenciados como sendo de esquerda. No desenvolvimento da sua actividade, vem o Ramiro a relacionar-se com os restantes arguidos dos autos, com os quais prepara ou executa os atentados e (ou) deles recebe os meios necessários para tal.

Assim, é possível dar como suficientemente indiciado nos autos que, a partir de 11 de Outubro de

1975, o arguido Mota Freitas forneceu ao Ramiro diversos artigos de armamento, munições, granadas e explosivos, duas caçadeiras automáticas Remington de 5 tiros, uma carabina semi-automática Colt-AR-15 calibre .222 magno-SP1, carabina semi-automática Saint-Etienne (sidna) de calibre 5.6 milímetros (.22 long) -22M3, trotil, material explosivo plástico, detonadores, cordão lento e cordão detonante.

Seguia-se uma extensa lista de atentados cometidos por cada um dos arguidos e o enquadramento legal aplicável a cada um deles.

Os autos descreviam minuciosamente o *modus operandi* da rede terrorista, que se pode resumir:

O arguido João Martins Fernandes (conhecido por João Veríssimo) fornecia faseadamente os explosivos ao arguido Gonçalo Gonçalves Martins, do MDLP, distribuindo-os pelos arguidos Gonçalo Martins, Ramiro Moreira, Marques da Costa e Manuel Macedo, que os guardavam nas suas residências para posteriormente usá-los nos atentados.

Outros indivíduos, como, por exemplo, os arguidos Pinto da Silva e António Júlio Regadas (agente da PJ), que reconheceram abertamente pertencer ao MDLP, participavam no planeamento e execução de vários atentados bombistas, como no caso da Faculdade da Economia do Porto, da residência do padre Ângelo da Venda, da Embaixada de Cuba, do Aeroporto de Lisboa, da sede do Partido Comunista Português na Avenida da Liberdade, em Lisboa, da Cooperativa Árvore, no Porto, da residência do presidente da Câmara de Gondomar, das torres de energia eléctrica em Vila Franca de Xira, etc.. Muitas das reuniões preparatórias dos atentados eram realizadas em Espanha, designadamente em Vigo, com a participação de elementos do MDLP. O arguido Regadas, em especial, na sua qualidade de agente da PJ, desempenhou um importante papel na facilitação da circulação transfronteiriça de bombistas, material explosivo e armamento.

O empresário Ferreira Torres e o comendador Abílio de Oliveira, ambos elementos confessos do MDLP, funcionavam como líderes e financiadores. Este último chegou a passar um cheque de 1 milhão de pesetas ao MDLP, que foi directamente entregue ao comandante Alpoim Calvão para comprar à FNLA armas fornecidas pelo cleptocrata presidente Mobutu Sese Seko, da República do Zaire.

O bombista Ramiro Moreira, aliciado pelo arguido Mota Freitas, comandante da PSP do Porto e cunhado do empresário Ferreira Torres, praticou grande parte dos atentados contra militantes comunistas e de outras esquerdas. Mota Freitas, pelo seu lado, abusando da sua qualidade de comandante da PSP/PJ, fornecia-lhe as moradas e matrículas dos automóveis das suas vítimas. Foi ele que, com o Ramiro Moreira, o agente da PJ Júlio Regadas, o empresário Manuel Macedo, etc., planeou vários ataques bombistas, por exemplo à Tipografia INOVA, no Porto, que acabara de editar um livro do general Vasco Gonçalves, e à própria Câmara Municipal de Vila Real.

Era também Mota Freitas que fornecia ao Ramiro Moreira informação sobre o planeamento das operações *stop* da PSP do Porto na região,

de forma a evitar que os bombistas fossem surpreendidos com armas e explosivos nas suas deslocações de automóvel. Além disso, Mota Freitas guarda secretamente no paiol do comando distrital do Porto as armas e outro material subversivo que o Ramiro transportava clandestinamente de Espanha.

Os arguidos Ramiro Moreira, Ribeiro da Silva, João Martins Fernandes, Gonçalo Martins, empresário de uma pedreira em Brandara, Ponte de Lima, e outros cúmplices, costumavam reunir-se em casa de um tal Dr. Pedro Magalhães, em Ponte de Lima, para combinarem a distribuição de materiais explosivos e acessórios complementares.

Foi numa destas reuniões que o Ramiro recomendou ao Ribeiro da Silva a destruição da sede do PCP em Viana do Castelo, *mesmo que isso implicasse a morte de cidadãos*, e que o arguido António José Brito da Silva Santos lhe transmitiu a ordem de Ferreira Torres para combinar com Teixeira Gomes e Marques da Costa o atentado no Aeroporto da Portela, em Lisboa.

Por último, importa mencionar que o arguido Pedro Ribas de Menezes, elemento do MDLP em Braga, era quem indicava ao Ramiro Moreira, supervisor das actividades bombistas, os alvos dos atentados escolhidos naquela região. Os pagamentos pelos serviços prestados eram feitos pelo empresário Ferreira Torres por intermédio do arguido Manuel Joaquim Rodrigues de Macedo.

Os dezasseis arguidos atrás referidos estiveram em prisão preventiva por períodos de duração variável, em função da gravidade dos crimes cometidos e em conformidade com os critérios estabelecidos pelo juiz de instrução do processo, neste caso o Dr. Dário Rainho. Em conformidade com o regulamento do SPJM, havia prazos-limite de prisão preventiva a respeitar e, além disso, os detidos eram libertados logo que o Juiz entendesse que não dispunha indícios suficientes para formular uma acusação suficientemente fundamentada.

TUDO APONTAVA PARA QUE FOSSE O EX-GENERAL SPÍNOLA E OS EX-MILITARES DO MDLP OS PRINCIPAIS MENTORES DE UMA PARTE SUBSTANCIAL DAS ACTIVIDADES CRIMINOSAS

Situações dessas aconteceram em vários casos, como os de Luís Máximo de Jesus Vieira, Rui Figueiredo de Macedo e o major Valentim Loureiro, este último, tanto quanto nos lembramos, detido e libertado no mesmo dia. Houve também casos em que mandados de captura não foram cumpridos porque os suspeitos se encontravam em fuga no estrangeiro, como foi o caso de Manuel Joaquim Rodrigues Macedo, Pedro Magalhães Coutinho e Álvaro António Barros Pereira.

Por último, recordamos novamente que, para além do processo da rede bombista de extrema-direita da responsabilidade directa do SPJM, tinha havido antes vários outros processos relacionados com atentados bombistas conduzidos

exclusivamente por entidades judiciárias do foro civil, como foi o caso do atentado que vitimou mortalmente o padre Max e a estudante Maria de Lurdes.
Da leitura dos autos, conclui-se facilmente que os autores materiais e morais dos crimes praticados, a maior parte destes últimos protegidos pelo anonimato, visavam acima de tudo corroer os alicerces do Estado de direito democrático emergente do 25 de Abril de 1974. A intimidação, a violência, o assassinato e a destruição de bens, mais não foram do que os instrumentos de guerrilha urbana usados ilegítima e ilegalmente pelos terroristas para espalharem o medo na população e criar um clima generalizado de instabilidade social favorável ao assalto final ao poder instituído.
Os seus autores, com falsos discursos patrióticos manipuladores da opinião pública, escondiam as suas verdadeiras intenções, que mais não eram do que uma paranoica ambição de poder para preservarem a qualquer custo os domínios e privilégios coloniais dos portugueses e reconstituir, lá como cá, o velho sistema de exploração da mão de obra barata e não raras vezes escrava do tempo da ditadura. A ambição e a falta de escrúpulos que os moviam era de tal ordem que nem sequer se coibiam de liquidar os próprios correligionários quando se tornavam incómodos, como foi o caso do arguido Ferreira Torres, abatido a tiro mais tarde, em 21 de Agosto de 1979, por ter ameaçado desmascarar publicamente, e em sede judicial, os personagens que, na sombra, tinham comandando superiormente e financiado toda a rede bombista. Os encobrimentos foram de tal ordem que o crime ainda hoje está por esclarecer oficialmente.
O referido despacho de encerramento da instrução do processo da rede bombista foi o nosso último acto oficial relevante no SPJM. A nossa missão como delegado do CR junto do SPJM tinha chegado ao fim, para alívio, sabemo-lo bem, dos que não simpatizavam com a forma como procurámos respeitar a imparcialidade da justiça militar.
Ossos do ofício, como frequentemente nos dizia um velho amigo.

3.10.5
DESFECHO DO PROCESSO: MUITA PARRA E POUCA UVA

Em 9 de Abril de 1977, foi publicado o novo Código de Justiça Militar, que determinava, como previsto aquando da criação do SPJM, que a *organização judiciária militar [fosse] reestruturada em função das novas regras de processo, de modo que as autoridades judiciárias militares, no esquema tradicional, [ficassem] com o seu campo de acção restringido à investigação policial do crime, quando a haja, e, mesmo assim, através de órgãos especializados. [...] O processo [era] todo ele reformulado, em consequência do carácter judicial imposto à instrução, tendo-se recorrido, para o efeito, à experiência colhida pelo Serviço de Polícia Judiciária Militar, que [passava] à dependência directa do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Ar-*

madas e [a funcionar] junto dos diversos escalões militares, tradicionalmente competentes.[60]

No entanto, só no plenário de 20 de Abril de 1977 é que, *nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 148 da Constituição, o Conselho da Revolução aprovou [...] o decreto sobre a transferência da competência do Conselho da Revolução relativamente ao Serviço de Polícia Judiciária Militar para o Estado-Maior-General da Forças Armadas.*[61]

Faltava apenas cumprir algumas formalidades administrativas, o que procurámos fazer no intervalo que antecedeu a publicação no jornal oficial desse decreto do CR.

Extinto o cargo de superintendente do SPJM, foi já o CEMGFA, general Ramalho Eanes, que ordenou o envio do processo SPJM n.º 569/76, da *rede bombista de extrema-direita*, parajulgamento no 5.º Tribunal Militar Territorial.

O desempenho do SPJM, especialmente durante este período altamente crítico do processo de democratização em Portugal, nunca foi formalmente avaliado pelo CR. Quanto a nós, relevado o facto de sermos também parte interessada na matéria, nunca deixámos de reconhecer o valor, o empenho e a importância da equipa com quem trabalhámos que, sem nunca esmorecer face às dificuldades com que se debatia quotidianamente, soube ultrapassar os obstáculos, muitos deles carregados de intencionalidade malévola, cumprindo com mérito a espinhosa missão que lhe tinha sido confiada pelo órgão de soberania que a tutelava. Fazendo por esquecer algumas raras excepções, a todos os seus elementos presto, nesta ocasião, a minha sincera homenagem ao citar os nomes do director do SPJM, coronel Ernesto Ramos, do seu consultor jurídico, Dr. Sebastião Silva Tavares, e do capitão Ferreira da Silva, chefe da equipa de investigadores militares afectos ao processo.

HISTÓRIA DA REDE BOMBISTA DE EXTREMA-DIREITA ACABOU ASSIM POUCO EDIFICANTE E, EM NOSSO ENTENDER, DESPRESTIGIANTE PARA A JUSTIÇA MILITAR

Temos a perfeita consciência de que muitos dos responsáveis pelos crimes cometidos pelos elementos da rede bombista, a começar pelo marechal António de Spínola, fundador do MDLP em estreita aliança com a extrema-direita mais retrógrada e violenta que sobreviveu ao 25 de Abril, e a acabar nos ideólogos, dirigentes, financiadores, militares e clérigos radicais que conseguiram escapar definitivamente às malhas da Justiça. Uns porque nunca foram descobertos, outros porque se acobertaram convenientemente sob a asa protectora do poder político-militar, outros, ainda, porque beneficiaram poste-

60 Decreto-Lei n.º 141/77, de 9 de Abril.
61 Acta do Conselho da Revolução de 20 de Abril de 1977.

riormente de convenientes amnistias, perdões e indultos concedidos a pretexto das elevadas e louváveis ideias de pacificação e coesão da inquieta, insegura e dividida sociedade portuguesa que, aliás, nós próprios também perfilhámos. O futuro da Nação e o respeito pelas regras do Estado de direito democrático assim o impuseram. Lamentamos, porém, que o poder político democrático na altura não se tivesse lembrado também das vítimas inocentes da onda de ódio irracional que se abateu sobre a sociedade portuguesa, formulando-lhes, no mínimo, um singelo e simbólico pedido de desculpas. Para memória futura.

No decorrer de todo este complexo processo, foi por vezes penoso assistir a que gente reconhecidamente séria e responsável preterisse a Justiça a favor de interesses de qualquer outra natureza, esquecendo que num Estado de direito democrático que se preze, ela apenas deve obedecer a estritos critérios de racionalidade, imparcialidade, equilíbrio e prudência, tal como nos sugere simbolicamente a Senhora de olhos vendados, espada em punho e balança erguida que a representa.

Pese embora termos deixado de superintender aos destinos do SPJM, continuámos a acompanhar, ainda que com o devido distanciamento, a evolução do processo da rede bombista, sem desconfiar que o seu desfecho não iria corresponder às expectativas criadas ao longos de anos de trabalho para que toda a verdade fosse descoberta e os autores morais e materiais dos crimes cometidos devidamente punidos. Recordemos sumariamente o que se passou a seguir.

O JULGAMENTO

O julgamento iniciou-se em 16 de Novembro de 1977, no 5.º Tribunal Militar Territorial, presidido coronel Paiva Ribeiro, tendo por juiz auditor o Dr. Rui José Pinheiro. Começou-se por discutir o foro competente para realizá-lo, tendo-se concluído que, para evitar possíveis perturbações da ordem pública, o militar seria o mais indicado. A sentença foi proferida em 6 de Julho de 1978, tendo sido absolvidos 11 dos 16 arguidos iniciais. Quer a defesa, quer a acusação, discordaram do resultado, recorrendo para o Supremo Tribunal Militar. Este, por sua vez, emitiu o respectivo acórdão em 20 de Abril de 1979, mandando repetir o julgamento com o argumento principal de que tinham sido cometidas irregularidades durante a fase de instrução do processo.

Só cerca de dois anos e meio depois, em 24 de Agosto de 1981, o julgamento foi retomado, ao que parece já sem a presença dos arguidos que, à cautela, se tinham retirado para parte incerta enquanto aguardavam a sentença. Todos eles devem ter respirado de alívio ao saberem que tinham sido absolvidos, com excepção de Teixeira Gomes, Manuel Águia e Ramiro Moreira, cujas penas de prisão, apesar de tudo, ainda foram substancialmente reduzidas. Mesmo assim, nenhum deles chegou a cumpri-las.

Tanto quanto julgamos saber, Ramiro Moreira, o mais mediático e violento dos três condenados, talvez como prémio de antigas cumplicidades bombistas, arranjou um bom emprego em Madrid, na empresa Petrogal, continuando

a fazer normalmente a sua vida e a visitar com frequência, em Portugal, os seus familiares, amigos e colegas sem que nunca tivesse sido incomodado pelas autoridades portuguesas. Acabou mais tarde por ser amnistiado.

A história da rede bombista de extrema-direita acabou assim pouco edificante e, em nosso entender, desprestigiante para a justiça militar.

O Serviço de Polícia Judiciária Militar conseguiu resistir às intempéries político-militares do período de excepção pós-25 de Abril e ainda continua a funcionar na dependência do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas. Por vezes é notícia na comunicação social, mas nem sempre por boas razões.

Resta saber até quando.

BIBLIOGRAFIA

Ao leitor interessado em aprofundar as matérias tratadas no presente texto aconselha-se a leituradas seguintes obras (Por data da 1.ª edição):

A Invasão Spinolista, de Eduardo Dâmaso, editado por Círculo de Leitores, 1.ª edição de 1977, ISBN 972-8529-07-4;

Do 25 de Abril ao 25 de Novembro, de Paradela de Abreu, 1983, edição da Editorial Intervenção, LDA, Depósito Legal n.º 3191/83;

O 25 de Abril e o Conselho de Estado. A Questão das Actas, de Maria José Tiscar Santiago, 2012, Depósito Legal n.º 339 267/12

Quando Portugal Ardeu, de Miguel Carvalho, editado por Oficina do Livro, 1.ª edição de Março de 2017, ISBN 978-989-741-667-5;

À Direita da Revolução, de Riccardo Marchi, edição da Penguim Random House, 1.ª edição de Setembro de

JOSÉ MANUEL COSTA NEVES

José Manuel Costa Neves é major-general da Força Aérea, na situação de reforma, licenciado em Engenharia Aeronáutica Militar pela Academia Militar e École Nationale Supérieure de Aéronautique (França), com estágio nas OGMA, 1958-1965. Natural de Caldas da Rainha, frequentou o Liceu Passos Manuel, em Lisboa. Com a patente de major, participou na operação *Viragem Histórica* que em 25 de Abril de 1974 derrubou a ditadura vigente em Portugal. Foi representante da Força Aérea no Conselho da Revolução de 1975 a 1982.

REGRESSO AOS QUARTÉIS

Arquivo, Lusa

Consumava-se, assim, a mais bela aventura colectiva que alguma vez umas Forças Armadas haviam realizado, não só em Portugal, mas em toda a história universal

Com a revisão da Constituição da República em 1982 terminou o chamado período de transição e foi extinto o Conselho da Revolução. Os Capitães de Abril regressaram aos quartéis, tal como haviam prometido, pondo fim à intervenção na política do País

VASCO LOURENÇO*

A 30 DE SETEMBRO DE 1982 era aprovada a revisão da Constituição da República e, tal como fora previsto no Pacto MFA - Partidos, terminava o período de transição.

Com ele terminava, também como fora previsto, o Conselho da Revolução (CR) e, com isso, a intervenção dos militares, enquanto tal, na vida política do país.

Era o regresso aos quartéis, voluntário e não imposto, como os Capitães de Abril haviam prometido em 1974.

Consumava-se, assim, a mais bela aventura colectiva que alguma vez umas Forças Armadas haviam realizado, não só em Portugal, mas em toda a história universal: os militares derrubavam uma ditadura, implantavam a democracia, consolidavam-na e devolviam o poder aos representantes do povo, eleitos em plena liberdade!

Pelo caminho, tinham posto fim a uma longa guerra, permitindo a construção de cinco novos países independentes, mais tarde acompanhados por um sexto, resultado directo do fim do colonialismo nesses territórios.

Esta transmissão do poder era feita um pouco mais tarde do que o previsto pelos próprios militares, em função da dificuldade de os partidos políticos se entenderem na indispensável revisão constitucional. Em vez dos seis anos julgados suficientes, esse acordo foi alcançado passados oito.

A enorme satisfação que, legitimamente os militares de Abril sentiam, pelo dever cumprido integralmente, pelo total cumprimento dos compromissos assumidos e das promessas feitas, foi no entanto ensombrado pelo comportamento injurioso dos partidos que se entenderam para permitir a aprovação da revisão constitucional.

Sentimento que os militares de Abril ainda não perderam, bem expresso numa afirmação que incluí na minha autobiografia, publicada pelo Jornal de Letras em 5 de Maio de 2021, que aqui transcrevo:

E se o dia 2 de Abril de 1976 me fez sentir verdadeiramente orgulhoso, como um dos responsáveis pela criação de condições que possibilitaram a aprovação da Constituição da República, no dia 30 de Outubro de 1982, nem a maneira miserável como o poder político maioritariamente se comportou na extinção do Conselho da Revolução (extinção prevista, consensual e totalmente aceite pelos seus membros) conseguiu minorar o enorme orgulho que senti ao verificar que o MFA cumprira as suas promessas: abandonávamos o poder,

deixávamos o País com uma Constituição, um Estado de Direito, uma Democracia.

A forma como procederam, as calúnias que inventaram, dando a entender que os militares só regressavam a quartéis porque a isso eram obrigados, excedeu tudo o que se poderia ter admitido de quem recebe o poder numa bandeja, mostrando uma ingratidão nunca imaginada.

Esse procedimento constituiria o lançar de uma campanha de difamação, de ostracismo, de desaproveitamento de tudo o que cheirasse a Abril.

Passados 39 anos - período em que, terminado o mandato de um militar de Abril como Presidente da República, não se assistiu à nomeação de nenhum militar para um cargo ministerial ou para conselheiro de Estado, desprezando os seus méritos e os seus conhecimentos - assistimos agora ao reaparecimento, justificado pela publicação das suas memórias, de um dos maiores responsáveis por esse inaceitável procedimento, a dar pancadas no peito, tipo Tarzan, e a gritar que foi ele que pôs fim à tutela militar e obrigou os militares a regressarem a quartéis!

Tenta-se assim voltar a manchar, direi mesmo conspurcar, o inédito feito de um colectivo que, enquanto tal, já se encontra escrito na nossa História de quase 900 anos.

Muito poderíamos evocar, recordando inúmeros actos vis dos que então assim procederam.

Como poderíamos lembrar o compromisso livremente assumido pelo MFA e pelos partidos políticos, num pacto devidamente assinado e incluído na Constituição da República, por acção directa dos deputados desses partidos. Comprometimento que mais tarde rasgaram das suas memórias e das suas acções e que, pelos vistos, ainda não regressou, pois ainda se não arrependeram.

Com a evocação dos 50 anos do 25 de Abril, face a algumas situações que se verificam, é caso para duvidar se terão sido os militares a realizar o 25 de Abril...

Por isso, procurando evitar a deturpação da história, é tempo de dizer "Basta"!

Por agora, vamos limitar-nos a transcrever dois textos: o comunicado do CR, quando da sua última reunião, a 29 de Outubro de 1982; e um artigo, publicado em 17 de Julho de 1982, da autoria de Augusto de Carvalho, o então director do jornal *Expresso*, por sinal propriedade desse maior responsável, que insiste na mentira então fabricada, convencido de que, se a repetir muitas vezes, ela se transforma em verdade.

No que se refere ao comunicado do CR, transcrevemos também o comentário que o jornal *Diário de Lisboa* lhe juntou, ao publicá-lo no dia seguinte, precisamente o dia da extinção desse órgão de soberania.

Pensamos ser desnecessário comentá-lo, pois ele fala por si. Mas, passados todos estes anos, convidamos todos a recordar as questões levantadas e a situação que hoje vivemos.

Não vamos analisar, igualmente, nem o comentário nem o artigo em causa, mas não podemos deixar de evocar os seus autores como exemplo de jornalistas que muito dignificavam o jornalismo português. Neles, permito-me homenagear os verdadeiros jornalistas que conti-

nuam a contribuir para o não branqueamento da História.
História de que os militares de Abril continuam a sentir-se orgulhosos, ainda que desgostosos por não verem a classe política civil aproveitar devidamente, em prol do bem dos cidadãos portugueses, o poder que lhes foi entregue pelos Capitães de Abril.

ERA O REGRESSO AOS QUARTÉIS, VOLUNTÁRIO E NÃO IMPOSTO, COMO OS CAPITÃES DE ABRIL HAVIAM PROMETIDO EM 1974

ARTIGO DO DIÁRIO DE LISBOA

Diário de Lisboa, 30 de Outubro de 1982, director A. Ruella Ramos; director adjunto Fernando Piteira Santos.
A última declaração do Conselho da Revolução.
«Um ciclo da história contemporânea se encerra» com a extinção do Conselho da Revolução, que ontem teve a sua última reunião. Um pacto que, a nível do poder político, terminou entre os militares de Abril e os partidos políticos. O fim desse ciclo, assumido voluntariamente pelo CR, com o cumprimento das promessas feitas de abandono do poder pelos militares quando findo o período de transição, mas também encarado pelos conselheiros da Revolução com profundas apreensões.
Apreensões que dizem respeito à situação de crise económica e à recuperação de antigos privilégios por parte de grupos dominantes no fascismo. Que abrangem a Lei de Defesa Nacional e a Lei do Tribunal Constitucional: a primeira, por corporizar uma «tentativa de imposição» de um «complexo político-militar que poderá vir a resultar da aliança entre sectores militaristas das Forças Armadas e os grupos retrógrados da sociedade política». A segunda, por abrir a porta «à politização e partidarização do órgão encarregado da fiscalização da constitucionalidade das leis».
Apreensão que abrange a manipulação dos meios de comunicação social estatizados que poderá vir a ser «responsável do enfraquecimento e decomposição dos ideais democráticos.
Apreensão que abrange ainda o espaço que a não realização de uma «revolução cultural» abriu para a recuperação da «cultura antiga».
Um ciclo que ontem se encerrou com a mensagem do significado real do 25 de Abril: «é que ele não se esgota como símbolo de libertação; ele é o momento de arranque de uma dinâmica de transformação da sociedade».

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE REVOLUÇÃO

É o seguinte o texto da última declaração do Conselho da Revolução, ontem distribuída aos órgãos de comunicação social, após a última reunião daquele órgão de soberania:
Em 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas (MFA) rompia com meio século de fascismo em Portugal e abria as portas à instauração de uma democracia política, económica e social cujas traves-mestras se encontravam contidas no

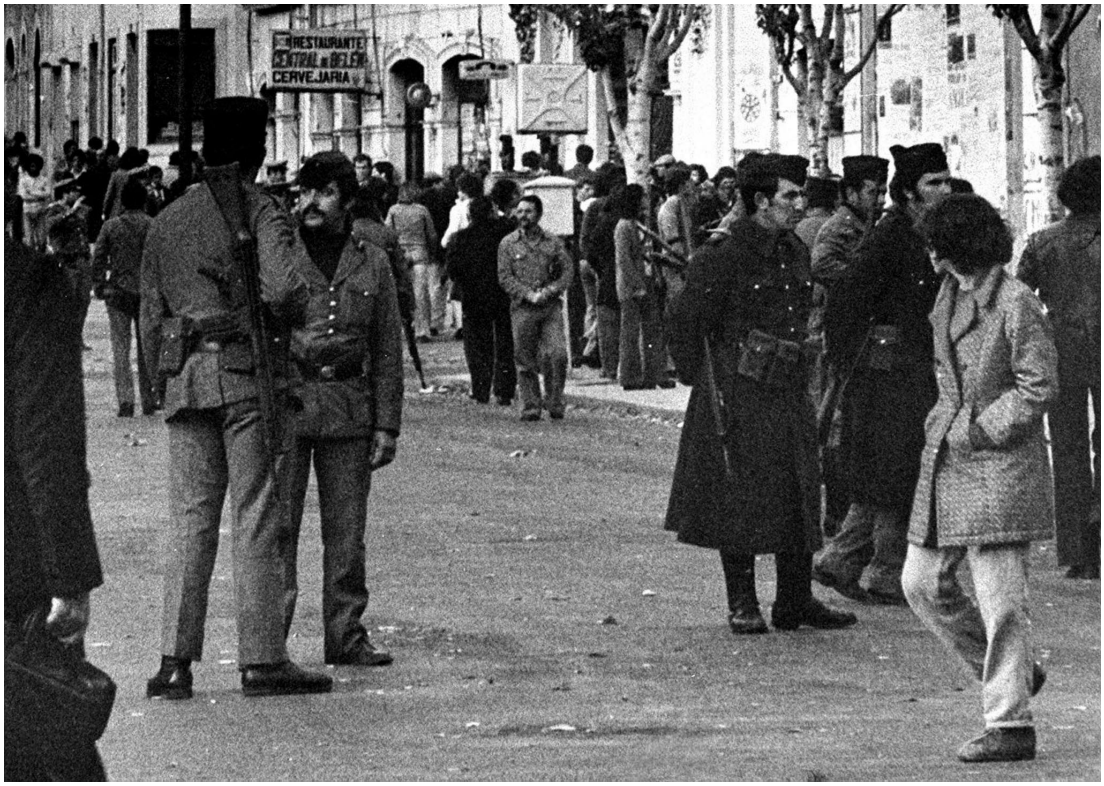
programa do MFA. logo dado a conhecer ao povo português nas primeiras horas da Revolução.
Seguiram-se anos difíceis e complexos, ainda na memória de todos, em que foram patentes as gritantes contradições em que a sociedade portuguesa se encontrava mergulhada, as profundas divisões entre portugueses, as feridas abertas no tecido social português pela prática continuada no autoritarismo político e pelo domínio de um reduzido número de grupos económicos monopolistas sobre a esmagadora maioria da população. Dificuldades dramaticamente acrescidas pelo facto de Portugal ser um Pais em guerra, enfrentando em África o choque violentíssimo de lutas armadas pela independência das colónias.
O MFA foi, desde a primeira hora, o garante das transformações democráticas e do restabelecimento da paz, o principal agente da instauração da liberdade política e o primeiro responsável pela dinamização de mudanças estruturais da sociedade portuguesa. Sem dúvida que no próprio seio do MFA cedo se manifestaram as contradições e as lutas que abalaram a sociedade civil. Mas a resultante final desse complexo processo de transformações políticas e sociais nos anos que se seguiram à revolução saldou-se, apesar de tudo, numa transição pacífica para a democracia política, com a realização de eleições livres e a elaboração da Constituição de 1976, ao mesmo tempo que profundas alterações da ordem económica e social encetavam um processo de reformas revolucionárias tendentes à efectiva e real democratização do País nos anos seguintes.

DESCOLONIZAÇÃO HONRA REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Momentos houve em que parecia que a solução dos conflitos passaria inevitavelmente por uma confrontação violenta e generalizada entre os portugueses. Mas, apesar disso, evitou-se a guerra civil.
Levou-se a cabo a descolonização, não sem traumas profundos.
Inevitáveis uns, pois não se pode pretender desligar as violências da descolonização das violências da colonização, particularmente da sua última fase, resultantes outras das condições específicas em que se desenvolvia o movimento revolucionário em Portugal. Numa perspectiva histórica é já hoje, porém, iniludível que a independência das colónias é um dos actos que mais ilustra e honra a Revolução do 25 de Abril. Vitória irreversível das forças democráticas e progressistas que, a par do nascimento de países de expressão oficial de língua portuguesa, abriu condições excepcionais para a projecção de Portugal no mundo e ainda hoje constitui um factor determinante da nossa política externa e do relacionamento vantajoso de Portugal com todos os povos do mundo e do desenvolvimento de uma política internacional favorável à paz. ao entendimento e à justiça nas relações internacionais.

INICIATIVA HISTÓRICA DO MFA

Não se pretende que tenha sido o MFA o autor exclusivo de todas as mudanças positivas, como não será o MFA o responsável único de todos os erros cometidos e que desvirtuaram ou



Direitos reservados

Com a evocação dos 50 anos do 25 de Abril, face a algumas situações que se verificam, é caso para duvidar se terão sido os militares a realizar o 25 de Abril...

impediram o pleno e justo desenvolvimento de todos os ideais revolucionários.

Este não é, aliás, o momento nem o espaço próprio de fazer história, nem se pretende com este documento fazer o que poderia ser chamado de interpretação autêntica da história. Mas se é certo que muitas forças e personalidades democráticas, patrióticas e progressistas contribuíram para o arranque da democracia em Portugal, talvez não seja inoportuno lembrar, aqui e agora, que ao MFA se deve a iniciativa histórica que liquidou o sistema colonial-fascista e abriu o caminho e criou condições para a restauração da liberdade e a implantação da democracia no nosso país.

PACTO MFA-PARTIDOS

É com a Constituição de 1976 que se lançam os alicerces do que a maioria do povo português pretendia que fosse uma «Sociedade nova» em Portugal. E é no momento da feitura da Constituição que forças políticas e o M F A convergem na convicção de que só a colaboração entre civis e militares, entre partidos políticos e MFA, entre

as forças dinâmicas na sociedade civil e as forças responsáveis pela Revolução, poderiam conduzir à plena realização da liberdade, da democracia, do desenvolvimento económico e da justiça social que desde a primeira hora, a par da descolonização, eram a própria razão de ser da Revolução.
O significado histórico do chamado «Pacto MFA-Partidos» é, no fundo, o de fazer convergir, numa vontade própria única, legitimidade revolucionária e legitimidade democrática para, durante um certo período de tempo bem delimitado, se criarem condições de plena realização da democracia política, económica e social, tal como previsto na própria Constituição.

MILITARES CUMPREM PROMESSAS

Os militares do MFA assumiram assim, através do pacto, parte das responsabilidades políticas de condução da vida pública portuguesa em troca da promessa de que. findo o chamado período de transição, se efectuaria, sem mais, a devolução completa do poder à sociedade civil politicamente organizada. O modelo de intervenção militar na vida política portuguesa foi, como se sabe, institucionalizado através de um Conselho da Revolução, com missões constitucionais claramente definidas. E, também, como é sabido, o CR extinguir-se-ia com a primeira revisão constitucional, consagrando-se assim o primado da legitimidade democrática e a normalização do princípio da dependência das Forças Armadas do poder político legitimado pelo voto popular.
Independentemente dos acidentes de percurso que foram muitos e de grande complexidade, apesar da forma pouco honrosa como o processo de transferência de poderes do CR foi previsto na Lei da Revisão Constitucional, podemos hoje afirmar, sem margem para quaisquer ambiguidades, que o essencial do mecanismo previsto na Constituição de 1976 quanto à organização do poder político e ao modo do seu exercício foi inteiramente cumprido pelo CR. Ou, dito de outro modo, cumpriram-se integralmente as promessas feitas pelos militares e, em particular, pelo MFA, quanto à renúncia voluntária do poder político e a sua integral transmissão nas condições estabelecidas pela Constituição revista.

DESCALABRO DA ECONOMIA

Queremos com isto significar que é com inteira tranquilidade de espírito que vemos chegado o momento em que se esgotam as nossas responsabilidades constitucionais e que assistimos à entrada em funcionamento de um outro modelo jurídico-constitucional de exercício do poder político?
O CR, reunido para a sua última sessão plenária, não pode infelizmente responder positivamente a esta questão.
São muitas e dolorosamente inquietantes as dúvidas que nos assaltam quanto ao futuro de Portugal e dos portugueses.
Vemos crescerem no horizonte próximo ameaças sombrias quanto ao funcionamento do sistema económico. A crise económico-financeira que hoje é já indisfarçável, mau grado os esforços feitos para a apresentar com razoável optimismo, parece atingir uma profundidade e

proporções tais que poderão arrastar em breve o conjunto da sociedade portuguesa para uma situação de gravidade sem precedentes em termos económicos, sociais e políticos. Não obstante se ter consciência das implicações da crise económica internacional sobre a economia, sobretudo quando nos colocamos numa perspectiva de transformação estrutural da economia, o que implica uma visão de mudanças sociais na linha dos ideais da Revolução de Abril.

DESIGUALDADES SOCIAIS GRITANTES

De qualquer modo, as declarações de responsáveis pela área económica, os relatórios conhecidos, os indicadores vindos a público, tudo se conjuga para um aumento da inquietação e do mau estar no seio de uma população já demasiado habituada a que lhe peçam sacrifícios e austeridade sem contrapartidas sociais e, sobretudo, sem uma perspectiva realista de mudanças que, a médio prazo, introduzam factores estruturais de construção progressiva de uma sociedade mais equilibrada e mais justa. Neste plano, assiste-se, pelo contrário, à crescente recuperação de antigos privilégios, à persistente acção de grupos de influência político-económicos no sentido de restaurar a antiga ordem económico-social e, consequentemente, o antigo domínio político sobre o conjunto da sociedade.

E tudo isto embebido numa atmosfera que tem propiciado a proliferação de formas diversas de corrupção e a degenerescência do sistema económico em formas de organização que deram lugar ao aparecimento e crescimento de uma economia subterrânea que tem vindo a introduzir novos factores de desequilíbrio no conjunto do sistema e, mais gravemente ainda, novos factores de tensão social e de desigualdades sociais gritantes.

Desigualdades que se tornam intoleráveis quando se verifica que, a par de uma certa euforia de acumulação em sectores sociais que pouco ou nada têm a ver com o sistema produtivo em si, cada vez mais largas camadas de trabalhadores vêem recusada a satisfação de necessidades básicas, nomeadamente quanto aos problemas da habitação, do ensino, da saúde, dos transportes, que continuam sem solução satisfatória para uma grande parte dos portugueses, quando a política de baixos salários reduz o nível de vida dos sectores mais activos da população aos níveis de antes da revolução, podendo falar-se em muitos casos de níveis de miséria, quando as distorções e assimetrias regionais e sectoriais tendem a consolidar-se, contribuindo para divisões e instabilidades estruturais de muito difícil recuperação.

FOSSO ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A PRÁTICA DOS GOVERNANTES

Não se trata aqui, como é óbvio, de fazer uma análise da situação económica e social portuguesa e muito menos de apontar medidas salvadoras.

O que importa, do ponto de vista de um órgão de soberania que, entre outras, recebeu a missão de garante do cumprimento da Constituição, é pôr em evidência o fosso que cada vez mais se abre entre o projecto constitucional em matéria de organização económico-social e a

Pedro Pina, Lusa

História de que os militares de Abril continuam a sentir-se orgulhosos, ainda que desgostosos por não verem a classe política civil aproveitar devidamente, em prol do bem dos cidadãos portugueses, o poder que lhes foi entregue pelos Capitães de Abril

prática política que tende para a reconstituição de um modelo economicamente inadequado e ultrapassado, socialmente injusto e que exigirá, como corolário, um suporte político autoritário e antidemocrático, suporte que começa a desenhar-se na violência repressiva a que por vezes se tem recorrido para enfrentar determinados fenómenos de natureza social.

Quadro este preocupante na medida em que, por carência de diálogo fecundo e pela incapacidade de se gerarem consensos. a correlação das forças sociais e políticas em presença determinará situações de instabilidade fortemente perturbadoras da ordem democrática.

AUTORITARISMO POLÍTICO COM A REVISÃO?

Uma outra preocupação dominante é, neste momento, a que resulta das soluções adaptadas na Lei de Revisão Constitucional quanto à forma de organização do poder político, bem como as soluções para que se aponta nas leis complementares da revisão, ou seja, a Lei de Defesa Nacional e a do Tribunal Constitucional.

Se é certo que muitas das disposições constitucionais relativas ao sistema dos direitos, liberdades e garantias saem ampliadas e até reforçadas com a revisão, se não é menos certo que a chamada «Constituição económica» conserva o essencial do carácter avançado que a Constituição de 1976 havia fixado. A verdade é que, quanto ao modelo político de organização do Estado, e aparte a confirmação da autonomia das regiões insulares como conquista de grande alcance, bem fundados receios quanto ao futuro da democracia assaltam hoje muitos portugueses que legitimamente se interrogam sobre a natureza das leis que a complementam. Não se trata aqui tanto de tomar partido na querela político-jurídica que dividiu partidários da parlamentarização ou governamentalização e adeptos do semipresidencialismo com pendor mais ou menos presidencialista. Trata-se sim, para quem

se coloca fundamentalmente numa perspectiva de Abril, de saber se, com esta revisão, não estão lançados os germes de um qualquer modelo de autoritarismo político que reduza a democracia a simples caricatura ou a mero ritual sem expressão a nível económico, social, cultural e humano.

LEI DA DEFESA REFORÇA GRUPOS RETRÓGRADOS

Receios que se aprofundam quando se assiste já a uma certa prática do poder político, quer em palavras quer em actos anunciados ou realizados, prática essa denunciadora de uma filosofia de acção política que pode vir a comprometer seriamente o funcionamento da democracia a nível da própria sociedade civil.

Receios que se avolumam ainda quando, face às chamadas Leis Complementares da Revisão, se assiste, quanto à Lei da Defesa, à tentativa de imposição do que chamaríamos um «complexo político-militar» que poderá vir a resultar da aliança entre sectores militaristas das Forças Armadas que aguardam a oportunidade de se manifestar e os grupos mais retrógrados da sociedade política, com vista à implantação de um bloco social hegemónico com força real armada bastante para fazer prevalecer as suas concepções de poder e de mando, e quanto à Lei do Tribunal Constitucional, acaba por se impor uma solução que, não tendo em conta a necessidade de fazer reflectir na sua composição o princípio do equilíbrio de poderes, abre a porta à politização e partidarização do órgão encarregado da fiscalização da constitucionalidade das leis e, o que é talvez mais grave ainda, abre caminho também à politização e partidarização da magistratura, pese embora a nossa convicção na independência da grande maioria dos juízes portugueses.

FORÇAS POLÍTICAS RESPONSÁVEIS PELA DESCRENÇA DA POPULAÇÃO

As preocupações e receios que o CR manifesta no último dia da sua existência vão ao encontro do clima social de frustração, de desencanto e até de desânimo que pouco a pouco se tem vindo a instalar na sociedade portuguesa e se traduz, muitas vezes, numa descrença perigosa no funcionamento das instituições democráticas. É um vírus que urge combater. Mas há que reconhecer que o mal não está no povo. O mal provém da incapacidade revelada pelas forças políticas para encontrarem as respostas adequadas às aspirações populares de mais progresso e bem-estar, de maior igualdade e de mais justiça.

O mal provém da aparente inexistência de alternativa política que permitam uma efectiva alternância democrática e conduzam ao desbloqueio da actual situação de crise do sistema.

O mal reside na falta de participação efectiva de todos na determinação dos destinos colectivos, conduzindo à atrofia e descaracterização da democracia representativa.

O mal está na continuada insistência num discurso político que já pouco tem a ver com a realidade social, na prática declamatória e na retórica aniquiladora ou deformadora do real, no manobrismo intriguista, no cinismo e na hipocrisia erigidos frequentemente em métodos de acção política, na falta de coerência ético-política que adultera

e perverte a própria prática democrática, pondo em causa gravemente a transparência e a seriedade que devem presidir às relações institucionais e afectando a solidez e os fundamentos do próprio Estado de direito democrático.
O mal consiste na persistente utilização de métodos de luta partidária que, ao fim e ao cabo, desacreditam os partidos e os agentes políticos responsáveis que cada vez mais frequentemente são olhados com desconfiança por largos sectores da população.

MANIPULAÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL FALSEIA A DEMOCRACIA

E. a este respeito, uma palavra tem de ser dita quanto aos meios de Comunicação Social, em especial os estatizados. A liberdade e a democracia são inseparáveis de uma Imprensa livre e responsável, de uma informação isenta e independente. E a honra e consequente credibilidade do Estado democrático está em grande medida ligada à forma de relacionamento do poder político com os meios de comunicação social. Quando estes, em particular os dependentes directa ou indirectamente do Estado, servem objectivos claros de propaganda e contra-informação organizada e sistemática, ou se prestam a mais ou menos hábeis manobras de manipulação e intoxicação da opinião pública, estamos perante uma situação em que a liberdade está em perigo e a democracia começa a ser um logro. Temos de reconhecer, com verdadeira mágoa, que a situação existente no nosso país, nesta matéria, é verdadeiramente inquietante. E. sem deixar de reconhecer a honestidade e capacidade de grande parte dos homens e mulheres que trabalham na Informação e aspiram a condições sérias e dignas de trabalho, não podemos deixar de denunciar vigorosamente uma situação que tende a deteriorar-se e poderá ser responsável em primeira linha do enfraquecimento e decomposição dos ideais democráticos. Abrindo assim caminho às falsificações da própria democracia.

SUPREMACIA DA «CULTURA ANTIGA»

Temos de reconhecer, por outro lado, que o problema da comunicação não se esgota nas suas implicações, sociais e económicas. Noutra perspectiva. Ele é parte de uma questão cultural que o 25 de Abril não resolveu, não obstante terem sido desde logo visíveis as intenções reformadoras da mentalidade portuguesa, na esteira, aliás, do pensamento e acção de uns quantos intelectuais e homens de cultura, políticos e, pedagogos, escritores e artistas que, no último século e meio, lutaram pela transformação das condições em que o homem português se deve relacionar culturalmente com a sociedade a que pertence. Condições particularmente agudas em que se desenvolveu o processo revolucionário impediram, talvez, que as forças sociais emergentes na sociedade portuguesa tivessem sabido criar as condições propícias a uma «Revolução Cultural» capaz de produzir novos valores e estímulos culturais identificados com uma dinâmica de mudança e transformação. Em vez disso, e após um curto período de hesitação e recuo, são os quadros culturais do passado que, retomando os seus direitos históricos (ou tomados como tais), se voltam a instalar quase sem contes-

tação ou crítica, acentuando-se por esta via a tendência à reprodução dos comportamentos mentais e morais do passado, à repetição de fórmulas caducas de pensamento e a uma certa anestesia do poder de criação e inovação, tanto ao nível literário, artístico e doutrinário, como ao nível cientifico e tecnológico. E não será indiferente, para a análise da estrutura actual da sociedade política portuguesa, o reconhecimento da supremacia da «cultura antiga» - e, portanto, dos grupos sociais que a veiculam e a reproduzem - sobre os valores culturais novos, próprios de uma sociedade que se transforma e se organiza segundo modelos que correspondem às aspirações, aos interesses, às categorias de pensamento e acção dos sectores da sociedade protagonista da mudança.

DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO ARRANCOU COM ABRIL

Com a extinção do Conselho da Revolução, símbolo do compromisso básico voluntariamente assumido pelos militares responsáveis pelo movimento libertador de Abril e por estes integralmente cumprido, um ciclo da História contemporânea portuguesa se encerra.

Ciclo histórico não significa o fim da História. Somos um povo muito antigo que já viveu, ao longo dos séculos, incontáveis momentos de grandeza e venceu não poucas crises, que atravessou muitos momentos de miséria e mergulhou em conflitos sem conta. Por isso, os sobressaltos da história dos anos recentes, as perspectivas, ainda que sombrias, do presente, não podem impedir-nos de ter uma confiança serena no futuro. Confiança que se robustece com a convicção de que o 25 de Abril foi, historicamente, o momento de libertação de energias morais, materiais, políticas e humanas que estando longe de atingirem a sua maturação, se articulam lentamente num processo dinâmico, e por isso mesmo contraditório, que aponta irresistivelmente para a organização de uma sociedade livre, justa e fraterna, e para a construção de um pais verdadeiramente independente. O 25 de Abril tem, de facto, este significado fundamental: é que ele não se esgota como símbolo de libertação; ele é o momento do arranque de uma dinâmica de transformação da sociedade.

A vida vai, pois, continuar. Os portugueses, confrontados com desafios que porão rudemente à prova as suas capacidades, saberão ultrapassar, passo a passo, as crises e as dificuldades, saberão vencer os obstáculos que se levantam na sua caminhada para um mundo melhor.

A nossa última palavra é de confiança nos destinos da Pátria. Os portugueses hão-de saber, defendendo a democracia e a liberdade, construir um país onde todos possam viver com dignidade uma vida verdadeiramente humana. Estes os nossos votos. Esta a nossa esperança.

EDITORIAL DO *EXPRESSO*

Expresso, dia 17 de Julho de 1982, director Augusto de Carvalho

Editorial

O Conselho da Revolução

«Já foi decretada a morte do Conselho da Revolução. Estava prevista desde o início, embora o dia exacto do passamento houvesse sido come-

tido à Assembleia da República e esta decidiu-o finalmente.

No decurso da sua existência, foi louvado por uns, criticado por outros e vilipendiado por alguns. Ainda agora, títulos aparecem em caixa alta, sugerindo o apego dos conselheiros ao lugar e sugerindo que tiveram de ser despejados para largarem o cargo.

Impõe-se, a nosso ver, uma palavra de justiça, atendendo à situação real em que se desenvolveu a sua vida. Concorde-se ou não com todas e cada uma das decisões deste órgão de soberania — e não é isto que está em causa — o certo é que o Conselho da Revolução nasceu do conjunto de circunstâncias sobejamente conhecidas em que intervieram, em consenso alargado, os partidos e o MFA. Deste facto já muita gente se esqueceu, inclusive partidos que concordaram com a sua própria instituição e votaram depois a lei fundamental que agora, chegado o tempo oportuno, está a ser revista. O Conselho da Revolução nasceu por conseguinte de um acto democrático relativamente aos condicionalismos do tempo (não há democracia em termos absolutos) e logo lhe foi marcado um determinado período de vida.

O Conselho da Revolução é descendente em linha directa do 25 de Abril, cujos desvios foram depois corrigidos em 25 de Novembro. Quem hoje, na direita, se lembra que, mesmo em termos pessoais, a maioria dos actuais conselheiros pertenceu ao célebre Grupo dos Nove?

Gostaríamos de recordar este episódio sobretudo àqueles que agora respiram democracia por todos os poros mas, na altura, se preparavam para abandonar o país ou já o tinham mesmo abandonado.

Como gostaríamos também de recordar a data do 25 de Abril àqueles que não se cansam de vitoriar a democracia mas, há oito anos, eram serventuários fiéis do regime de Caetano.

O Conselho da Revolução, emanação das forças militares de Abril, cumpriu o que os próprios militares prometeram ao povo português. E cumpriu integralmente, devendo acabar como na altura foi dito. Merecem, por isso, a nossa homenagem e o nosso respeito.

E merecem também o nosso agradecimento, porque foram os militares de Abril, com armas na mão, que derrubaram o fascismo e abriram o caminho à democracia em que hoje vivemos. Sem eles, sem o violento pontapé que deram ao anterior regime, não viriam tão cedo os partidos, a liberdade de Imprensa e afinal as demais instituições resultantes do clima de liberdade instaurado.

Para que não haja equívocos, o *Expresso* não lamenta a extinção do Conselho da Revolução. Regozija-se com a medida, tanto mais quanto é certo que o facto é sintoma do aprofundamento da nossa democracia. Porém, importa dizer bem alto que os conselheiros não são postos na rua contra a sua vontade. Foi o próprio Conselho da Revolução a determiná-lo: logo que terminado o período considerado suficiente (pelo CR e pelos partidos) todo o poder voltaria à sociedade civil. Afinal, os conselheiros sabiam que dirigir um país com a espingarda na mão e sob a tutela das metralhadoras significa não reconhecer a maioridade das instituições democráticas. Por conseguinte, saudamos a extinção do CR e a dignidade com que cumpriu as suas funções. Sinal de progresso democrático!

O *Expresso* criticou com frequência o Conselho da Revolução e por ele fomos criticados. É normal: um órgão de soberania e um jornal livre desenvolvem dinâmicas diversas no processo político democrático e chocam-se com frequência. Resulta das suas naturezas diferentes. Mas nunca poderemos esquecer o 25 de Abril de 1974 e aqueles que, nessa madrugada, ao encontrarem os nossos repórteres no Terreiro do Paço lhes disseram: "Vocês são do *Expresso*? Então venham para aqui. Estamos a fazer isto para que se possa escrever e viver livremente em Portugal". E estas palavras simples pronunciadas por um dos muitos oficiais que estavam a jogar tudo por tudo, inclusive, vidas e famílias, nunca foram traídas. Mais tarde, em épocas difíceis, já muito perto do 25 de Novembro, voltaríamos a encontrar outros militares, alguns deles agora membros do CR, a combaterem pela liberdade em ambiente de semi-clandestinidade. Vinham até ao *Expresso* para lhes ouvirmos as suas posições: poucos jornais seriam então capazes de as publicar. De resto, veja-se a Imprensa do tempo e repare-se como muitos deles foram vilipendiados.

É por isso que em nome da liberdade de informação e da fidelidade à palavra dada — os conselheiros da Revolução partem conforme o estabelecido previamente quando poderiam ter constrangido os civis a actuarem de outra maneira —, o *Expresso* lhes presta hoje homenagem, convencido também como está que, mondadas com o tempo as paixões mesquinhas, o CR ficará na História como uma das instituições que contribuiu positivamente para a democracia em Portugal.

TRANSMISSÃO DO PODER ERA FEITA UM POUCO MAIS TARDE DO QUE O PREVISTO PELOS PRÓPRIOS MILITARES, EM FUNÇÃO DA DIFICULDADE DE OS PARTIDOS POLÍTICOS SE ENTENDEREM

Sob o ponto de vista formal, entraremos assim, daqui a poucos meses, em democracia plena. O Conselho da Revolução deixará pois de aparecer como bode expiatório de certas situações, inabilidades ou incompetências.

Desaparecerá inclusivamente da cena nacional uma desculpa que, com frequência, descarrega para cima do CR — justa ou injustamente não é esse o caso — as responsabilidades pelo bloqueio de determinadas decisões políticas. Maior responsabilidade passa a impender sobre a classe política civil que, com a revisão constitucional ora em curso, se prepara para corrigir alguns desvios, cujo novo enquadramento legal o tempo veio a justificar. Uma revisão que todos os partidos afirmam não ser aquela que desejariam. Anormal seria o contrário. É que, não vivendo nós em regime de partido único, os consensos obtidos resultam sempre de negociações em que as partes devem ceder alguma coisa. É isto a democracia: aprofundar o que nos une para caminhar em frente, esbatendo as divergências na medida do possível. Esbatendo-as, mas tendo consciência delas.»

*Presidente da Associação 25 de Abril

Miranda Castela, Arquivo Fotográfico da Assembleia da República

Eleições para a Assembleia Constituinte, 25 de Abril de 1975, Sala de Time-Sharing na Fundação Calouste Gulbenkian

O MEU 25 DE ABRIL

Finalmente vimos o povo unido, feliz e contente, aclamando os militares, sonhando com uma vida melhor. Recordo como conseguimos organizar as primeiras eleições livres, com números e episódios muito caricatos

EDORINDO FERREIRA*

HOJE VEM-ME À MEMÓRIA o meu 25 de Abril de 1974.

Era alferes-aluno do 6º e último ano da Academia Militar, e nos últimos tempos andava no ar a possibilidade de ocorrer um pronunciamento militar, sem sabermos quando. As suspeitas da proximidade da intervenção adensaram-se uns dias antes quando o tenente-coronel Garcia dos Santos, catedrático da cadeira de Tática de Transmissões, pretendeu antecipar o teste anteriormente marcado para o fim de abril.

Na altura, já estava casado há seis meses, morava na Amadora, e ia todas as manhãs para a rua Gomes Freire, de comboio até ao Rossio e depois de elétrico. Tinha o hábito diário de ligar o rádio enquanto fazia a barba, mas nesse dia tal não sucedeu sem que saiba a razão.

Por volta das 7 horas fui para a estação da Ama-

dora, envergando o uniforme n.º 2, sem nada saber do que já estava a acontecer nas ruas de Lisboa e noutros locais do país.
Por casualidade, entrei na carruagem onde vinha a minha prima Adelaide, que achou estranho eu estar ali, fardado. Em voz baixa, perguntou-me se sabia da presença de militares nas ruas de Lisboa.
Chegado à Praça do Rossio, um carro parou ao meu lado, ocupado por dois ou três camaradas, também fardados, que vinham de casa e se dirigiam igualmente à Academia Militar. Entrei na viatura e tentámos seguir pela Rua do Ouro, mas tal não foi possível porque estava bloqueada por viaturas militares. Voltámos para trás, demos algumas voltas e depois rumámos à rua Gomes Freire. O portão estava fechado, na parada viam-se grupos em conversas de ocasião e ninguém tinha ido para as aulas. Juntei-me aos camaradas do curso e por ali andámos a tentar saber o que se passava e o que fazer. Às tantas, o comandante da formação, capitão Freitas, do QEO (Quadro Especial de Oficiais), recebeu ordem para sair com a sua companhia para fazer frente aos revoltosos. Em apoio dele, que não queria acatar a ordem, os alunos bloquearam a porta de armas. O ambiente era algo tenso, mas controlado, com alguns (poucos) preocupados com o rumo dos acontecimentos, de que íamos sabendo pela rádio.
Na parte da tarde ouvimos tiros na zona da Baixa, que logo suspeitámos serem das tropas que cercavam o quartel do Carmo.
Por lá ficámos confinados, com algumas aulas, até ao dia 1 de maio, data em que o tenente-coronel Garcia dos Santos voltou para nos levar às sedes da Legião e da PIDE para vermos os respetivos sistemas de comunicações.

AMBIENTE ERA ALGO TENSO, MAS CONTROLADO, COM ALGUNS (POUCOS) PREOCUPADOS COM O RUMO DOS ACONTECIMENTOS

E o tal teste, que era para ser antecipado, não mais se realizou. O tenente-coronel Garcia dos Santos não voltou a dar aulas e no fim do ano letivo informou-nos que tinha decidido uma forma democrática de dar as notas. Cada um de nós (éramos cinco) escrevia num papel as classificações dos outros quatro e a média seria a classificação individual. Com uma particularidade: não dava mais de 16! E assim foi: um dezasseis, três quinze e um catorze. A democracia estava bem viva!

UMA TARDE MEMORÁVEL

Depois de uma semana confinados na Academia Militar, os cinco alferes-alunos finalistas do curso de Transmissões tiveram direito a uma "visita turística" por Lisboa no dia 1 de maio de 1974. Após a segunda refeição, o diretor do curso aguardava-nos numa viatura TP-9 estacionada junto à porta de armas.
E lá fomos os cinco respirar o ar da liberdade, em duplo sentido, pelas ruas de uma cidade que adivinhávamos diferente.
Objetivo: conhecer as transmissões da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa.
Primeira paragem: sede da já extinta Legião

Miranda Castela, Arquivo Fotográfico da Assembleia da República

Eleições para a Assembleia Constituinte, 25 de Abril de 1975, Gabinete de Ligação com a Comunicação Social. À esquerda, o tenente de Transmissões, Edorindo Ferreira.

Portuguesa, na Penha de França.
Lembro-me de uma sala grande com vários rádios, especialmente de um que serviria para ligação ao alto da serra da Estrela onde haveria uma potente antena. Seria assim?
No pátio exterior, onde havia um poço (que acederia a um túnel até ao castelo de S. Jorge?), várias motoretas com um pequeno atrelado com bilhas de gás. Serviriam para, de forma dissimulada, obterem informações pela cidade.

Na fase seguinte, descemos a colina em direção à Praça do Chile. Uma multidão cantando e dando VIVAS ao MFA e gritando VITÓRIA, com os dedos levantados a condizer, a perder de vista para baixo e para cima na avenida Almirante Reis. Todos a caminho do hoje Estádio 1º de Maio, na avenida Rio de Janeiro. A TP 9 foi cercada pelo "povo unido", quase que erguida no ar, os vivas ao MFA intensificaram-se, e só a muito custo conseguimos seguir viagem.

Direitos reservados

Foi necessário planear e montar "a máquina eleitoral" a partir do nada, pois nada havia para assegurar o voto livre a toda a população. Na foto, Otelo Saraiva de Carvalho, cumprindo o dever de votar

Segunda paragem: sede da ex-PIDE, na rua António Maria Cardoso.
Só me lembro dos fuzileiros armados, que tinham ocupado o edifício, e do chão dos corredores e salas forrados de pequenos cartões das célebres fichas da PIDE, que todos pisavam alegremente. Ainda andei à procura da minha ficha, mas não a encontrei! Julgo que a teria, como quase todos nós. De equipamentos de comunicações nada me recordo.
Ao fim da tarde, voltámos à rua Gomes Freire onde continuámos de prevenção. Agradecemos ao tenente-coronel Garcia dos Santos por nos ter possibilitado esta visita guiada, em que, pela primeira, vez saboreámos a Liberdade, desejámos-lhe sucesso na vida político-militar que se adivinhava e despedimo-nos até à próxima. Que seria um período de apenas dois meses, pois voltaria para atribuir as notas finais da 32ª cadeira, cuja história já contei. Entretanto, ficámos "ao cuidado" do tenente-coronel Tinoco Barradas e do capitão Silva Louro.
Foi uma tarde memorável. Finalmente vimos o povo unido, feliz e contente, aclamando os militares, sonhando com uma vida melhor. Infelizmente nem sempre os sonhos se cumprem todos.

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES

Da minha janela da memória recordo hoje os 45 anos da realização das primeiras eleições pós-25 de Abril, em que a Assembleia Nacional Constituinte foi eleita por sufrágio universal, direto e secreto, dando cumprimento ao compromisso expresso no Programa do MFA.

Guilherme Venâncio, Lusa

O papel utilizado (90 toneladas) nas primeiras eleições livres foi oferecido pelo governo da Suécia (o primeiro-ministro era Olof Palme, na foto), tendo sido transportado num navio desde a Alemanha até Portugal

No início de 1975, o Ministério da Administração Interna (MAI) solicitou ao Exército a nomeação de especialistas de telecomunicações para apoiar o Secretariado Técnico para os Assuntos Políticos (STAP) no planeamento e execução do sistema de transmissão e de escrutínio dos resultados eleitorais. De imediato, o diretor da Divisão de Armas de Transmissões (DAT) nomeou o major José Maria Marques, que contou com a colaboração dos quatro tenentes tirocinantes de Transmissões: Edorindo Ferreira, Paulo Melo Azevedo, João Oliveira Ferreira e António Sousa Maia, então colocados na Escola Prática de Transmissões (Sapadores).

Repartimos o tempo entre a DAT e o MAI, na Rua do Ouro e, em conjunto com meia dúzia de técnicos (doutores) do STAP, em três meses, com uma pequena interrupção devido aos acontecimentos do 11 de Março, foi montada "a máquina eleitoral". O centro de escrutínio foi instalado na Fundação Calouste Gulbenkian, onde até ao meio da tarde do dia 26 foram recebidos 4027 telegramas, um por cada freguesia do país, através das redes dos CTT/TLP, tendo o apuramento dos resultados sido feito por um computador da empresa Time-Sharing, instalado algures em Lisboa.

Relevo a complexidade do planeamento deste centro, assim como a coordenação do seu funcionamento, que envolveu a participação de diversas entidades e onde trabalharam centenas de pessoas, para além de cerca de mil jornalistas, grande parte deles estrangeiros.

Durante todo o processo de escrutínio coube-

-me a missão de assegurar a ligação com a comunicação social (televisões, rádios, jornais e revistas, nacionais e estrangeiros). Todos os documentos, de cada telegrama das 4027 freguesias até aos resultados e mapas parciais e totais que iam sendo apurados pelo computador, eram registados e fotocopiados num gabinete guarnecido por vários militares da DAT e entregues cópias (muitos milhares), devidamente validadas, aos jornalistas acreditados ou seus representantes.

Depois de várias lutas e de muitas noitadas, e de alguns casos caricatos, a missão foi um sucesso, com reconhecimentos vários e, nos primeiros dias de maio, culminou com um almoço de confraternização num restaurante no Guincho. Pouco depois, os tenentes foram concluir o tirocínio no Regimento de Transmissões (Porto), o chefe da equipa militar foi promovido a tenente-coronel e, nas horas vagas, continuou a pintar.

AINDA AS ELEIÇÕES DE 1975: NÚMEROS E CURIOSIDADES

Foi necessário planear e montar "a máquina eleitoral" a partir do nada, pois nada havia para assegurar o voto livre a toda a população e para a célere transmissão dos resultados para Lisboa, bem como o respetivo escrutínio distrital e nacional.

ALGUNS NÚMEROS

1 - Custo total do processo: 23 300 contos, equivalentes a 3,3 milhões de euros a preços correntes. Para comparação, os partidos gastaram 31 mil contos na campanha eleitoral!

CUSTO TOTAL DAS ELEIÇÕES FOI DE 23 300 CONTOS, EQUIVALENTES A 3,3 MILHÕES DE EUROS A PREÇOS CORRENTES

2 - Discriminação dos custos mais relevantes:

a - Recenseamento e elaboração da documentação respetiva: 9 700 contos.

b – 13 800 urnas, com o peso total de 55 toneladas: 2 260 contos.

c – 13 136 câmaras de voto, com 394 toneladas: 1 200 contos.

d – 8 657 700 boletins de voto, com 35 toneladas: 415 contos.

e - Escrutínio (Time-Sharing): 1 300 contos.

f - Transmissão dos resultados (CTT/TLP): 1 400 contos.

ALGUMAS CURIOSIDADES

1 - Os custos foram quase totalmente suportados com dinheiro encontrado no cofre do gabinete do ex-diretor da PIDE/DGS.

2 - Logo no início do planeamento foi decidido que os resultados seriam transmitidos por telefone, de cada uma das 4027 freguesias, para o Governo Civil do respetivo distrito. Mas muitas freguesias não dispunham de telefone e os CTT/TLP informaram-nos que em muitos locais (cerca de 20%) não tinham vagas nas centrais para poder instalá-los. A solução, por sugestão nossa, foi desligar temporariamente

alguns assinantes, simulando avarias.
3 - O papel utilizado (90 toneladas) foi oferecido pelo governo da Suécia (o primeiro-ministro era Olof Palme), tendo sido transportado num navio da Alemanha, de Gotemburgo para Lisboa (cais de Xabregas), ficando armazenado na Manutenção Militar, ali próximo. Embora oferecido, as Direções Gerais de Impostos e das Alfândegas exigiram o pagamento dos impostos de transações e alfandegário. Só com a intervenção de dois ministros foi autorizada a descarga do papel, obviamente sem impostos.
4.- O computador que fez o escrutínio era constituído por dois processadores de 16 K, interligados por controladores, com uma unidade de disco de 18 MB!
5 - Apesar de várias vezes instruídos sobre o modo de enviar os resultados de cada freguesia, nem todos os presidentes de Junta de Freguesia agiram como era devido. O ineditismo do ato, as celebrações que se seguiram ("o vinho escorreu pelas gargantas e a festa durou até às tantas") e também razões pessoais (o partido não ganhou), muito contribuíram para os atrasos na conclusão do escrutínio.

COMPUTADOR QUE FEZ O ESCRUTÍNIO ERA CONSTITUÍDO POR DOIS PROCESSADORES DE 16 K COM UMA UNIDADE DE DISCO DE 18 MB

6 - Um dos casos caricatos passou-se no distrito de Santarém. Na tarde do dia 26 faltava apenas uma freguesia para concluir o escrutínio desse distrito e ninguém sabia do presidente da junta, que não respondeu aos sucessivos telefonemas. Por fim, apareceu no Governo Civil, a cavalo, e entregou o impresso com os resultados, que devia ter transmitido na noite anterior por telefone. Desculpou-se dizendo que tinha ido celebrar e depois... adormeceu!

Sobral da Lagoa, 25 de Abril de 2020

EDORINDO FERREIRA

Edorindo Ferreira é major-general oriundo da Arma de Transmissões, na situação de reforma, licenciado em Engenharia Eletrotécnica (Telecomunicações e Eletrónica) pela Academia Militar e Instituto Superior Técnico. Natural de Pombal, é membro da Comissão da História das Transmissões. Integrou a equipa que representou o Exército na preparação das eleições de 1975 e 1976.

REVOLUÇÃO DE ABRIL COM UM OLHAR DA GUINÉ

Miguel Figueiredo Lopes, Presidência da República

Condecoração de Mateus da Silva com a Ordem da Liberdade, em 26 de fevereiro de 2021.

Os Homens permanecem eternos nas obras que criam. António Eduardo Mateus da Silva, o primeiro governador da Guiné na era democrática, partiu recentemente deste mundo (ver página151), mas o seu pensamento permanece entre nós e pode ajudar-nos a celebrar mais eloquentemente o cinquentenário do 25 de Abril. Os textos que se seguem, da sua autoria, dividido em dois capítulos, chegou-nos através de Jorge Golias, seu amigo e adjunto na Guiné. Neles, o tenente-general propõe um olhar sobre a Revolução dos Cravos a partir da Guiné, com o seu contexto social e político, ajudando-nos a perceber como a independência daquele país condicionou posteriormente todo o processo de descolonização. Num segundo capítulo, dá a conhecer a importância do Agrupamento de Transmissões da Guiné para o êxito da madrugada libertadora de Abril em Portugal continental. Termina com um poema da sua autoria intitulado "Ser soldado hoje", para que "amanhã possa ser futuro...". A chamada de nota a terminar o segundo capítulo é da autoria de Jorge Golias, elaborada como comentário ao texto que recebera do tenente–general para apreciação. (*Nota da redacção*)

ANTÓNIO EDUARDO MATEUS DA SILVA

1 – GUINÉ NA GÉNESE DO 25 DE ABRIL

O que estava em jogo em Angola e em Moçambique era incomparavelmente mais importante, mas foi na Guiné que tudo começou e se decidiu.

Marcelo Caetano estava mesmo disposto a aceitar um colapso militar na Guiné, para não perder a face na sua lógica de que todos os territórios coloniais eram igualmente parcelas de Portugal e assim poder concentrar todos os esforços nas duas "Províncias" mais vastas e mais ricas. Mas foi talvez esta lógica de político sem visão que despertou a consciência dos militares. Para os militares, a quem já uma vez os políticos tinham apresentado ao país como culpados pela perda de Goa, Damão e Diu, era inaceitável suportarem o vexame de serem novamente responsabilizados por um colapso na Guiné. Na Guiné, onde a guerra era total, onde o conflito militar era mais duro e violento e, também, onde era mais agressiva a luta pela conquista e a adesão das populações às ideias ao espírito anticolonialista.

Ao contrário do que se passava em Angola e em Moçambique, onde longe do teatro de operações a vida decorria com normalidade, na Guiné ninguém podia ficar indiferente. A guerra ouvia-se, sentia-se, vivia-se com intensidade e com dramatismo.

Na Guiné defrontámos um adversário superior que agiu com determinação e com inteligência. Que não forçou uma vitória militar porque precisava de tempo para criar uma consciência e uma identidade nacionais, num mosaico de culturas e raças, mas que soube jogar com o apoio internacional, com uma máquina de propaganda eficaz e com o aumento progressivo da pressão militar.

Na Guiné onde os interesses económicos em jogo cedo perderam expressão e por isso ape-

nas sobrava o confronto sem sentido entre povos e raças.
Na Guiné, onde tarde de mais se tentou tudo generosamente para recuperar o atraso da injustiça de séculos.
Na Guiné que exigia os melhores e depois os devorava. Uns tombaram outros foram irreversivelmente transformados.
Para servir na Guiné eram escolhidos e convidados pelo então governador e comandante-chefe, general Spínola, aqueles que ele considerava os melhores oficiais, principalmente com provas dadas na área operacional e que mais tarde foram preponderantes na eclosão do 25 de Abril.
Na Guiné, atendendo à dimensão do território, todos se conheciam, se encontravam e conviviam e o ambiente de guerra a todos envolvia. A orientação política do próprio governador ia no sentido de desenvolver o território e preparar as populações para um processo de autonomia ligado a Portugal, que contrariava a política do regime em Lisboa. Na entourage do próprio governador criticava-se abertamente o regime.

CONSCIENCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Se a contestação dos militares se iniciou com reivindicações corporativas e só mais tarde evoluiu para a contestação ao regime, foi na Guiné que essa consciencialização política mais cedo veio ao de cima.
São prova disso a revista ZOE, do Agrupamento de Transmissões, que desde Agosto de 1972 circulava em todas as unidades do território, com uma linha editorial que veladamente criticava a política do regime. E também as reuniões realizadas na messe de oficiais de Bissau e no Agrupamento de Transmissões, em Agosto/Setembro de 1973, onde se falava já, abertamente, na necessidade de derrubar o governo.
Foi na Guiné que nasceu a contestação ao Congresso dos Combatentes. O livro Portugal e o Futuro foi escrito na Guiné com a colaboração de oficiais que lá se encontravam em serviço.
Pela Guiné passou grande parte, talvez a maior parte, dos militares que mais tarde participaram na revolução do 25 de Abril.
A Guiné era a única ex-colónia onde o MFA estava organizado antes do 25 de Abril. Por duas vezes, antes do 25 de Abril, se encarou a hipótese de iniciar a revolução na Guiné.
A Guiné foi o único território onde o MFA tomou a iniciativa de acompanhar o 25 de Abril com um golpe que por sua iniciativa destituiu o poder constituído, substituindo-o por elementos do MFA.
Depois do 25 de Abril, a Guiné foi o primeiro território a aceder à independência, confirmando assim a declaração unilateral de independência assumida pelo PAIGC em 24 de Setembro de 1973, sendo a Guiné-Bissau reconhecida por 86 países, mais do que aqueles que mantinham relações diplomáticas com Portugal.
A independência da Guiné condicionou posteriormente todo o processo de descolonização, em especial de Cabo Verde.
Pensamos ter chamado a atenção para o facto de a Guiné ter estado na génese do 25 de Abril, mais do que qualquer outra parcela do Portugal de então.

Direitos reservados

Visita do general António de Spínola ao Centro Emissor do Serviço de Telecomunicações Militares de Antula, em Bissau. Na foto, o ajudante de campo, capitão Ayala Botto, e o tenente-coronel Mateus da Silva, entre outros

2 – AGRUPAMENTO DE TRANSMISSÕES DA GUINÉ E O 25 DE ABRIL

O Agrupamento de Transmissões da Guiné era uma unidade com características muito especiais no teatro de operações, pelas seguintes razões:

- Embora houvesse Comandos Territoriais, tudo se encontrava centralizado em Bissau (centralização e exploração das informações, unidades de intervenção, logística, gestão do pessoal) e por isso a utilização e a exploração das comunicações assumiam um papel crucial;
- Todo o pessoal radiotelegrafista que chegava com as suas unidades à Guiné era colocado no Agrupamento de Transmissões que depois geria a sua colocação em órgãos de transmissões territoriais, ou seja, o agrupamento tinha pessoal espalhado por todo o território;
- Sendo as comunicações essenciais, as unidades procuravam-nos com frequência para as ajudarmos a resolver os seus problemas de transmissões ao nível local, o que fazia com que os nossos oficiais e sargentos circulassem pelas unidades;
- Neste cenário, a revista ZOE era enviada a todas as unidades da província e ao nosso pessoal, funcionando como elemento de ligação e difusor da mensagem que queríamos transmitir;
- Um outro aspecto interessante era a existência do Centro de Escuta dentro da unidade, operado por pessoal do agrupamento

e da CHERET (Chefia do Reconhecimento das Transmissões), sempre sem qualquer atrito e com uma colaboração estupenda. Isto permitia que os oficiais e sargentos do agrupamento tivessem acesso a informação oportuna e privilegiada (teleimpressores permanentemente ligados às grandes agências noticiosas mundiais - Reuters e France Press -; escuta da Rádio Moscovo e da rádio do PAIGC, escuta e interpretação das comunicações do PAIGC);

- As instalações da unidade eram boas e a nossa messe, onde se salientava um painel mural do António Carmo, era frequentemente solicitada para reuniões e festas de militares de outras unidades;
- Em resumo, a unidade tinha prestígio no meio militar.

UM COMANDANTE

Acresce que por circunstâncias do acaso e por falta de pessoal civil qualificado na província, além de comandante do Agrupamento de Transmissões desempenhava outras funções:

- Comandante das transmissões do CTIG (Comando Territorial Independente da Guiné);
- Chefe da Secção de Comunicações e Electrónica do Comando-Chefe;
- Presidente da Companhia de Coordenação de Telecomunicações da Guiné;
- Chefe da Repartição Provincial de Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- Chefe da Brigada de Estudos e Construção de Estradas;

OS MILITARES DO QUADRO PERMANENTE POSSUÍAM UMA FORMAÇÃO CONTÍNUA AO LONGO DA CARREIRA

- Presidente da Junta de Construção de Casas Para Funcionários;
- Vogal da Junta Central de Portos;
- Vogal do Conselho de Câmbios;
- Presidente da Comissão Instaladora da Televisão na Guiné.

É evidente que a minha situação, que foi uma das razões pelas quais o MFA da Guiné me escolheu para substituir o governador, também contribuía para o prestígio do agrupamento.
Quando em Junho de 1972 assumi o comando do Agrupamento de Transmissões encontrei uma unidade profundamente dividida entre a maior parte dos oficiais e sargentos e o comando anterior. Contudo, rapidamente constatei uma identidade de ideias e de pensamento com os capitães e oficiais milicianos, a qual se reforçou com a chegada do capitão Golias, que se tornou o elemento aglutinador desse pensamento.
Por isso o nomeei meu adjunto e, a pouco e pouco, informalmente, estabelecemos uma estratégia de actuação:

- O capitão Golias, juntamente com outros oficiais do Agrupamento de Transmissões, foram tecendo contactos conspiratórios ao seu nível hierárquico com camaradas dos três ramos das Forças Armadas. Foram eles que

organizaram, em Agosto de 1973, com ampla participação de oficiais dos três ramos do mesmo nível hierárquico, uma reunião conspiratória realizada no Agrupamento de Transmissões, com o meu conhecimento;

- A mim cabia-me aliciar os comandos das principais unidades operacionais de Bissau (Regimento de Comandos, Regimento de Paraquedistas, Agrupamento de Engenharia, PSP de Bissau, Companhia de Polícia Militar) que no dia 26 de Abril nos apoiaram na destituição do governador, sem qualquer quebra de hierarquia;
- Periodicamente realizávamos reuniões conspiratórias com participação restrita, onde nem sempre participava porque se achou conveniente que não me devia expor;
- Decidimos aproveitar a revista ZOE do Agrupamento de Transmissões para a tornar um veículo de divulgação das nossas ideias humanistas e democráticas, não de uma forma ostensiva, mas com conteúdo cultural que permitia alguma ambiguidade na interpretação. A revista era distribuída a todas as unidades da Guiné. Perante o atrás exposto, nomeei naturalmente o capitão Golias para dirigir a Revista;
- Estabelecemos também ligação com o MFA na metrópole por intermédio de elementos nossos que regressavam ou que se deslocavam em férias e que nos mantinham informados da evolução do MFA.

INCAPACIDADE DE OS QUADROS SUPERIORES LIDERAREM A TRANSFORMAÇÃO DO REGIME ACABOU POR LEVAR OS CAPITÃES A AGIR

Depois de 16 de Março recebemos uma carta[1] do Otelo Saraiva de Carvalho a pedir para iniciarmos a revolução na Guiné e, embora ainda tenhamos esboçado um pré-plano para o fazer, considerámos que a dependência logística de Lisboa e a situação em que iríamos pôr as nossas famílias não nos permitiam liberdade de acção.

DIA DAS TRANSMISSÕES

Para dar uma ideia do ambiente que então se vivia na Guiné aproveitei a comemoração do dia das Transmissões, em 24 de Março de 1974, para incluir no discurso que proferi diante do governador e comandante-chefe e dos comandantes militares a seguinte frase: Há sociedades fechadas que limitam a informação,

1 Não há carta. O que houve foi um pedido ao major Aragão, em Lisboa, para que nós estivéssemos preparados para actuar se o movimento em Lisboa não tivesse sucesso. Mas, antes disto, em Janeiro de 1974, surgiu o tenente-coronel Luís Ataíde Banazol com uma mensagem do Otelo para me contactar. Eu levei o Matos Gomes e também o José Manuel Barroso e encontrámo-nos em Nhacra. Ele propôs-nos a tomada do poder em Bissau aquando da passagem do Batalhão dele para a IAO (Instrução de Aperfeiçoamento Operacional) em Bambadinca. Pedi 48 horas para pensar e depois disso voltámos lá e dissemos que não. Ele ameaçou que iria actuar por conta própria e assim fez.

O nascimento de um bebé é um momento especial.

Queremos estar presentes
nos momentos mais importantes,
até mesmo no início de vida.
Marque este momento único,
com a Série Anual Bebé.

Descubra estas e outras
moedas comemorativas
numa das nossas lojas.

LISBOA R. Escola Politécnica, 137 • R. D. Filipa de Vilhena, 12
COIMBRA Rua Visconde da Luz 94, 96 e 98
PORTO R. Cândido dos Reis, 97
WWW.INCM.PT moeda.apoiocliente@incm.pt

CASA DA MOEDA
INCM

Deslocação de helicóptero a Cufar (sul da Guiné) para apoio a uma operação conjunta páras-comandos. Na foto: capitão Jorge Golias, tenente-coronel Mateus da Silva, tenente-coronel Araújo e Sá e o major José Calheiros

Direitos reservados

apenas transmitindo uma perspectiva parcial e limitada dos acontecimentos e coartando aos seus membros a possibilidade de evolução pelo conhecimento de novas ideias e diferentes perspectivas. São sociedades fechadas condenadas ao imobilismo. Este é um problema essencial da nossa época. Mais importante ainda do que a liberdade individual é a liberdade dos meios de informação.

Apenas o comandante militar me disse, meio a sério meio a brincar, que qualquer dia tinha de ler os meus discursos antes de eu os proferir. Mais tarde, este texto foi publicado no jornal local e no Diário de Notícias, em Lisboa.

Em conclusão, posso afirmar que o Agrupamento de Transmissões da Guiné e os seus oficiais tiveram um papel significativo na constituição de um núcleo conspiratório na Guiné, que contribuiu para a criação do MFA, ao qual desde o início se ligou.

SER SOLDADO HOJE...

Poema de António Eduardo Mateus da Silva escrito em 1989

Ser soldado hoje.
É não ter medo por si, mas recear pelos outros.
Aceitar a crítica, mesmo quando se julga ter razão.
É ser forte, para não ter a tentação de usar a força.

Ser soldado hoje.
É não estar ao serviço de ninguém, para estar ao serviço de todos.
Buscar o máximo da capacidade, para não ter necessidade de a usar.
Aceitar o risco e o sacrifício para a vida dos outros ser mais cómoda e mais segura.

Ser soldado hoje.
É acreditar no futuro, quando os outros duvidam do presente.
Ser um referencial de estabilidade, num mundo em mudança.
E mostrar pelo exemplo, não ser movido pelo lucro ou ambição.

Direitos reservados

Ser soldado hoje.
É ser jovem do seu tempo e respeitar o passado.
Ser exteriormente civil e fardado no seu íntimo.
Sendo militar por inteiro, quando tal for necessário.

Porque ser soldado.
É ser igual e diferente dos outros.
Igual porque cidadão sem privilégios.
Diferente porque dá mais que recebe.
Diferente porque firme quando outros vacilam.
Orgulhando-se da diferença e aceitando a igualdade.

Não ao poder, do poder, pelo poder.
Sim ao poder, de poder deixar fazer.
Não a desistir, de se defender.
Sim a estar preparado para combater.
Para poder dizer não à glória da vitória.
E sim à vitória de não haver guerra.

Ser soldado hoje.
Para que ontem possa ser amanhã.
Para que amanhã possa ser futuro.

Os almoços-debate com militares de Abril voltam a acontecer no restaurante Revolução na sede da A25A. A 17 de Novembro, o convidado especial foi o Capitão de Abril Carlos de Matos Gomes que neste texto resume tudo o que partilhou naquele dia estando a sala esgotada

REVOLUÇÃO EM AMBIENTE DE SOBERANIA LIMITADA

Carlos Pereira Martins

Capitão de Abril Carlos de Matos Gomes inaugurou o regresso dos almoços debate com militares de Abril

A liberdade, que é a base de todos os direitos, continua a ser possível. O 25 de Abril valeu a pena e valerá a pena lutar por ele e pela liberdade. É o que fazemos

CARLOS DE MATOS GOMES*

TODOS OS ESTADOS, ATÉ MESMO os impérios, têm uma soberania limitada pela dos seus competidores. Contudo, a limitação da soberania do Estado Português tem características próprias, devido, por um lado, à sua pequena dimensão (um território de 89 mil km2), à diminuta população e à escassez de recursos e, por outro, a uma situação geográfica na fachada atlântica da Península Ibérica e da Europa continental, logo, possuidor de uma localização estrategicamente importante para as grandes potências europeias, como ligação do Atlântico Norte ao Mediterrâneo e à costa africana. Este quadro foi praticamente constante ao longo da história.

O Estado Português, dados os condicionalismos, foi desde a fundação o que podemos designar como um estado vassalo da potência marítima, a Inglaterra, e todos os momentos-chave da sua história foram determinados por ela, desde logo a independência contra outros estados ibéricos e contra a tentativa de unificação peninsular. Os cruzados ingleses estiveram com Afonso Henriques na fundação do Reino, serão tropas inglesas que decidirão Aljubarrota, e é a uma inglesa, Filipa de Lencastre, que se deve a estratégia expansionista da ínclita geração. Será ainda a Inglaterra que viabilizará a restauração da soberania no processo iniciado em 1640 e que assegurará a independência do país na Guerra Peninsular, com Wellington a defender Portugal das tropas invasoras de Napoleão. Também serão os ingleses que introduzirão o liberalismo e a modernidade europeia em Portugal, que, a partir de 1822, conduzirão o processo de independência do Brasil, e que, na Conferência de Berlim, atribuirão as colónias a Portugal, complementares das suas. O colonialismo português começa pela mão dos ingleses. A instauração da República deve-se, em parte e ironicamente, aos ingleses, que tinham desencadeado fervores patrióticos com o Ultimato.

O Estado Novo não alterou a submissão inevitável do Estado português ao Reino Unido. Salazar, apesar das simpatias pelo nazismo e da admiração por Mussolini, era, antes de tudo, um pragmático, obcecado pelo poder, um manhoso cura de aldeia que sabia depender de quem tinha poder. E quem mandava era a Inglaterra, por isso cortou os fornecimentos de volfrâmio à Alemanha e cedeu a base dos Açores aos ingleses.

A questão colonial e o movimento descoloni-

zador após a Segunda Guerra Mundial não alteraram no essencial o relacionamento de subordinação de Portugal à potência marítima. A política colonial portuguesa de Salazar e de Caetano foi, em resumo, a que estava prevista na Aliança tripartida Portugal, África do Sul e Rodésia, conhecida pelo nome de código de Exercício Alcora, de constituir um bastião branco na África Austral, e que obtivera o agrément tácito da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Alemanha e da França.

O COLAPSO

O 25 de Abril de 1974 ocorreu neste contexto de manutenção do statuo quo colonial português, apoiado pela Europa e pelos EUA. O colonialismo português articulava-se coerentemente com o neocolonialismo ocidental, no sentido de colocar no poder dos novos estados pós-coloniais elites europeizadas, que transfeririam as riquezas dos seus países para os países industrializados e enriqueceriam com as comissões da corrupção.

O colapso da política do regime do Estado Novo a 25 de Abril de 1974 deveu-se a um fator historicamente conhecido, mas também historicamente repetido: o cansaço das legiões, o desgaste das populações, o mal das guerras prolongadas, de que falava Sun Tzu em A Arte da Guerra. Os quadros intermédios das forças armadas portuguesas recusaram o sacrifício que lhes era imposto e aos seus soldados para obterem uma mais do que duvidosa vitória, de ainda mais duvidosa legitimidade política e moral.

OS CRUZADOS INGLESES ESTIVERAM COM AFONSO HENRIQUES NA FUNDAÇÃO DO REINO

Para o cansaço dos centuriões, nas palavras do historiador René Pélissier, concorriam vários fatores: uma política anacrónica de censura e de subdesenvolvimento, em contracorrente com o que se passava no seu espaço civilizacional, do desenvolvimento e das liberdades do pós Segunda Guerra Mundial, da alegria de viver da geração do baby boom, do Maio de 68, do Flower power, do Make love not war.

A ânsia de liberdade de uma juventude espartilhada e sem futuro, assim como uma guerra omnipresente, criaram um caldo de cultura propício à rejeição do regime pelos capitães. Os Capitães de Abril emergem desse caldo, são o braço armado da geração charneira que vivia o dilema de ir para a guerra ou ter de optar pela emigração ou pelo exílio.

Tendo sido a condução da política portuguesa durante todos os seus grandes episódios determinada pelas potências europeias, em particular pela Inglaterra, estranho seria que o fim do Estado Novo português (uma das três ditaduras que existiam na Europa - Portugal, Grécia e Espanha -, e último regime colonial europeu) tivesse ocorrido à margem dessas forças de secular domínio. Mas foi o que aconteceu.

O 25 de Abril de 1974 foi uma ação conduzida por atores nacionais, representada numa peça original e para os nacionais. Terá sido mesmo o único grande ato político português

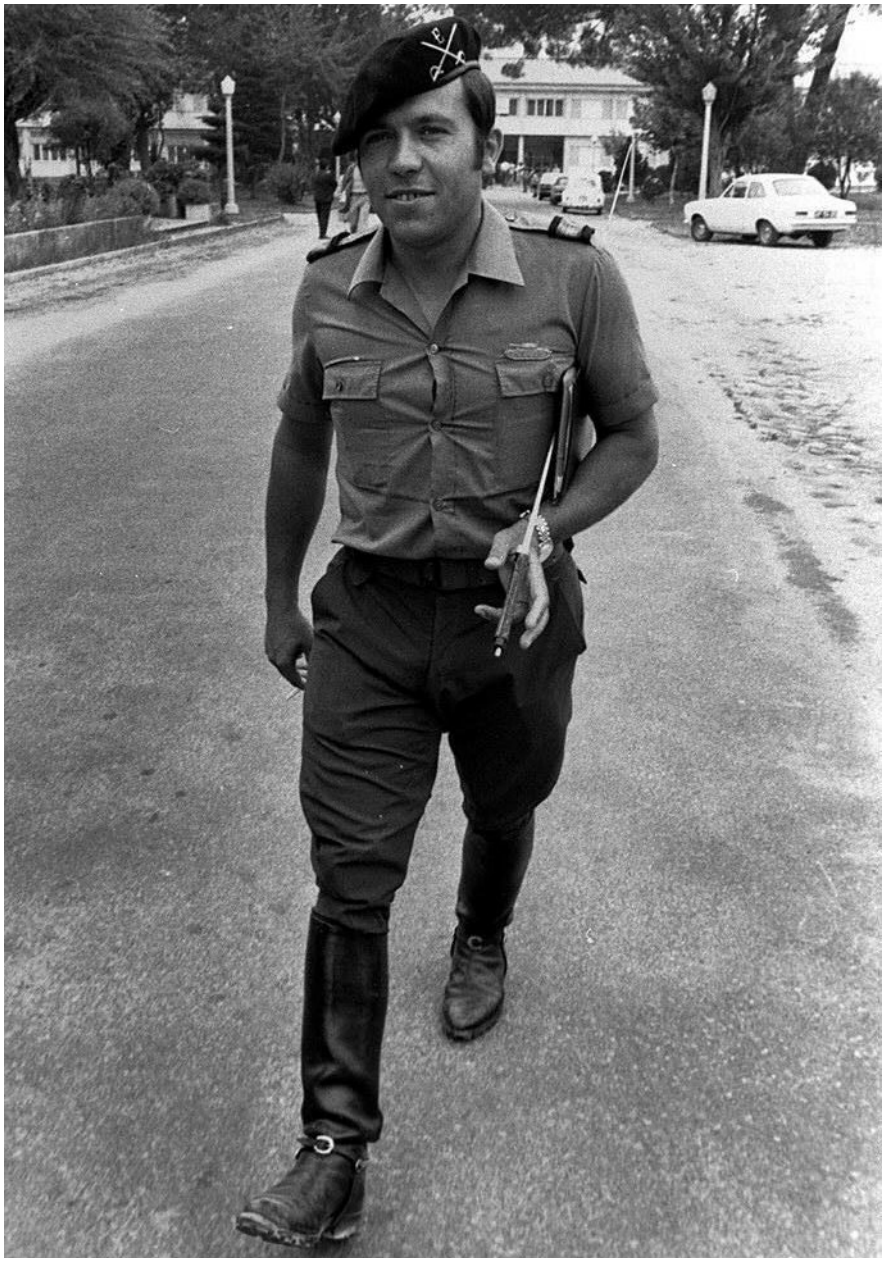
Direitos reservados

Julgo que a personagem que conduziu o processo de aquisição de um fato democrático pronto-a-vestir para Portugal foi o general Costa Gomes, no lado esquerdo da foto com Marcelo Rebelo de Sousa

genuinamente nacional, tendo sido decidido, planeado e executado sem interferências externas e sem obediência a "patrões estratégicos". Dessa autonomia são provas o facto de o embaixador americano em Lisboa se encontrar de visita aos Açores, de o governo branco da África do Sul ter acordado estupefacto, de países como a França, Suíça, Alemanha, URSS e outros (e logo dos respetivos serviços de informações desses estados), desconhecerem qual a natureza do golpe e daí as hesitações na atitude a tomar.

A surpresa nas chancelarias da comunidade internacional pelo desencadear da ação foi seguida pela desorientação dos analistas e politólogos que "leram" os acontecimentos seguindo as alíneas dos manuais. Para eles, o golpe fora levado a cabo por militares que tinham um chefe a quem obedeciam e integrava-se na lógica da partilha do mundo. Foi esta, curiosamente, a leitura dos grupos maoistas, que se vangloriavam de anti-imperialistas e anti-social-imperialistas e acabaram, na sua maioria, como instrumentos da política dos Estados Unidos!

CARLOS DE MATOS GOMES



Arquivo, Lusa

Salgueiro Maia teria de ser afastado como prova de controlo do novo poder sobre as forças armadas

O 25 DE ABRIL DE 1974 FOI UMA AÇÃO CONDUZIDA POR ATORES NACIONAIS, REPRESENTADA NUMA PEÇA ORIGINAL E PARA OS NACIONAIS

EFEITO SURPRESA

Ninguém fora do círculo do governo português e dos estados-maiores militares sabia do mal-estar dos jovens quadros, nem das suas más relações com os seus generais e políticos (revelador deste desinteresse em estudar quem foram os capitães de Abril é que o trabalho de Aniceto Afonso e Braz da Costa, com apoio nos estudos de Maria Carrilho, se mantenha ainda hoje como quase único contributo). Na realidade, os capitães de Abril eram um mosaico que representava a sociedade portuguesa, com todas as suas contradições, e não acéfalos militantes de um regime. Os militares portugueses decidiram por si, e pela sociedade que integravam, derrubar um regime anacrónico e opressor.

A surpresa da sociedade nacional e da comunidade internacional perante a ação dos militares portugueses e a sua autonomia teve a boa consequência de evitar qualquer intervenção externa na preparação e desenrolar do golpe e permitiu que o processo político português gozasse de um curto estado de graça devido ao aturdimento dos Estados suseranos. Nenhum dos decisores dos Estados ocidentais e de Leste foi além da leitura de um clássico putch militar chefiado por um general com a tropa atrás, o que conferiu ao MFA algum tempo e espaço de manobra para atuar sem ser minado a partir de fora, como viria a ser.

Os analistas e os políticos não prestaram atenção à rebelião da Guiné, onde o MFA local colidiu frontalmente com Spínola, nomeando um dos seus como encarregado do governo, destituindo o comandante-chefe, declarando um cessar-fogo tácito, estabelecendo ligações com o PAIGC, reconhecendo-o de facto como interlocutor, extinguindo a PIDE/DGS, recusando a solução de eleições.

A Guiné não valia uma guerra, mas determinou os princípios a que devia obedecer a descolonização, impondo que os interlocutores de Portugal fossem os movimentos armados e não partidos criados à pressa para o efeito.

Limitou assim o poder de Spínola e criou condições para o movimento popular em Portugal, que dispôs de um tempo de liberdade fora das peias criadas pelas classes dominantes nacionais, das imposições das velhas alianças e das condicionantes da guerra fria.

A demissão de Spínola representou a derrota do golpe militar como havia sido lido e interpretado pela comunidade internacional: um general conservador assegurando a ordem e a continuação das relações sociais anteriores e transmitindo confiança à burguesia espanhola, em transição do franquismo para a integração europeia, o que exigia um regime de rosto democrático e a abdicação de alguns privilégios e folclores falangistas.

O MFA, e deve-se em boa parte a Otelo essa opor-

tunidade, aproveitou o tempo de surpresa para abrir o golpe militar ao povo. Foi essa entrada que transformou o golpe militar numa revolução. Uma revolução em termos de comportamentos: o povo ganhou o direito da palavra, da organização nos locais de habitação e de trabalho; as mulheres ganharam direito pleno de cidadania, as relações laborais foram alteradas. As forças armadas deixaram de ser o esteio das classes possidentes. A descolonização foi realizada com a passagem do poder para aqueles que haviam lutado por ele e conduzido a guerra que levara à rotura do regime português.

MILITARES PORTUGUESES DECIDIRAM POR SI, E PELA SOCIEDADE QUE INTEGRAVAM, DERRUBAR UM REGIME ANACRÓNICO E OPRESSOR

MOVIMENTOS DE REACÇÃO

Esta revolução motivou o aparecimento de agressivos movimentos de reação. O ELP, logo em dezembro de 1974, o movimento Maria da Fonte, o MDLP, que reagiram quer à alteração das relações de poder económico e social, quer à descolonização, apoiados pela mais poderosa e experiente organização de manipulação de massas: a Igreja Católica.

A reação conspirativa conduziu ao 11 de Março de 1975. Um momento decisivo que constituiu a primeira grande ação das forças externas no processo político português! Mas também revelador de que as grandes potências ainda não tinham aliciado agentes credíveis e competentes, quer políticos, quer militares. O 11 de Março, do ponto de vista dos atores externos, correspondeu ao falhanço do ataque de cubanos pró-americanos na Baía dos Porcos, em Cuba. Uma aventura de ressabiados incompetentes, conduzida pela CIA.

Esta tentativa de reversão do processo político sofreu um radical contragolpe, na assembleia do MFA de 11/12 de Março (que os setores golpistas logo batizaram de "selvagem"), em que foram assumidas duas medidas heréticas: a nacionalização da banca e a reforma agrária! A nacionalização da banca atingiu o coração do sistema da criação e distribuição do dinheiro e da especulação, e a reforma agrária deu base a um processo de alteração de um bem emblemático: a posse da terra.

A partir do 11 de Março e dessa assembleia, todo o processo político, o dito PREC, foi uma pista de combate, um percurso armadilhado de traições, que os movimentos sociais procuraram percorrer por vários caminhos, mais do que alterar um regime político ou questionar alianças e pertenças estratégicas. Fizeram-no até à exaustão e à derrota em 25 de Novembro.

O MFA e a sociedade portuguesa dividiram-se entre os utopistas, que entendiam ser possível alterar relações de forças na sociedade, e os realistas, que analisaram as correlações de

forças e entenderam que não se podia alterar o mundo. Aos realistas, ou pragmáticos, ou moderados, aliaram-se os que pretendiam reverter a situação para um antes do 25 de Abril, aqui em Portugal, e que em África pretendiam criar condições para independências brancas.

A luta política e social entre os dois campos foi travada, curiosamente, através de vários documentos, sendo o mais importante e decisivo o Documento dos Nove, que aglutinou as forças realistas, ou pragmáticas, para impor em Portugal um regime não exótico, convencional e conservador e, mais uma vez, não assustador para a Espanha franquista.

Julgo que a personagem que conduziu o processo de aquisição de um fato democrático pronto-a-vestir para Portugal foi o general Costa Gomes. Ele sabia desde o início que o resultado do PREC seria o de um regime aceitável pelo Ocidente, pela potência dominante, pelo império: um regime domesticado. Por isso, foi parecendo que dizia que sim a tudo e ao seu contrário. Ele sabia que o rio correria sempre na mesma direção e desaguaria onde estava previsto desaguar e que apenas na Bíblia o pequeno David derrotou o gigante Golias. No mundo real, David é sempre derrotado.

RESULTADO DO PREC

A Conferência de Helsínquia, no Verão de 1975, definiu o resultado do PREC, que teve o seu desenlace em 25 de Novembro de 1975, resolvido por duas companhias de militares contratados dos Comandos e tendo como justificação uma saída de paraquedistas desarmados, depois de terem sido provocados por quem estava no papel de chefe de estado-maior da Força Aérea. Alguém que agiu em obediência (até hoje ainda ninguém perguntou a quem) para passar os paraquedistas para o Exército, que lhes cortou a alimentação e que alterou o dispositivo militar com a transferência dos meios aéreos para uma base da Nato, em Cortegaça, sem que até hoje se saiba se teve autorização e de quem. Estava iniciada a construção de um pretexto para a ação militar, a *casus belli*.

O 25 de Novembro, ao contrário do 25 de Abril, foi uma ação acompanhada do exterior, em que a linha vencedora foi apoiada pelo grupo de políticos europeus constituído em Helsínquia, chefiado pelo antigo primeiro-ministro inglês (claro) James Callaghan, que incluía Willy Brandt e Giscard d' Estaing, e que recebeu autorização de Kissinger para uma experiência que demonstrasse a viabilidade de uma alteração política com violência limitada, na ideia de que esta opção poderia ser mais eficaz do que um "golpe à chilena". Assim foi.

A data de 25 de Novembro escolhida para a ação servia os interesses da comunidade internacional. Seria após a independência de Angola (11 de Novembro), de modo a retirar ao novo poder português o ónus de uma situação que se adivinhava conflitual, libertando-o de responsabilidades, tanto em relação ao retorno de colonos que antecedera a independência, como de um eventual conflito que pudesse seguir-se. No quadro da intervenção externa no processo político e no seu desenlace, os esquerdistas, em especial os que se encontravam sem patro-

Direitos reservados

O 25 de Novembro foi uma acção acompanhada do exterior autorizada pelo secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger

cínio exterior, serviram de cordeiros sacrificiais, para que ao mundo pudesse ser dito que as forças democráticas haviam vencido, que os agitadores tinham sido derrotados e que o PCP, os amigos do outro lado da Guerra Fria, continuava a ter existência legal.

Otelo, ao recusar envolver as tropas ainda sob o seu comando (Copcon) na disputa entre cães grandes (os EUA e a URSS) que não se mordem, teve uma atitude de grande senso e sentido da realidade. Os portugueses devem-lhe o final não sangrento da revolução. O sangue em quantidade teria sido conveniente para algumas das fações vencedoras, que queriam mais do que o dos dois militares dos Comandos e um de Cavalaria 7, mortos no ainda inexplicado assalto ao quartel da Ajuda da Polícia Militar.

As forças armadas foram expurgadas de todos os quadros e tropas que pudessem ter sido contagiados pelo 25 de Abril popular e desordeiro, muito para além dos vencidos do 25 de Novembro. O caso mais gritante será o de Salgueiro Maia, enviado para os Açores porque, sendo

emblemático do 25 de Abril, não podia manter-se na Escola Prática de Cavalaria. Interna e externamente, Salgueiro Maia teria de ser afastado como prova de controlo do novo poder sobre as forças armadas. O 25 de Novembro não fora feito para manter em Santarém um dos símbolos da revolução do 25 de Abril!

Em resumo, os atores nacionais desempenharam a contento os seus papéis e Portugal é hoje um membro respeitado, bem integrado, bem acomodado na ordem mundial.

MOMENTOS MARCANTES

O processo de normalização pós 25 de Novembro teve, em minha opinião, os seguintes momentos marcantes: a lei de delimitação dos setores, lei 46/77 de 8 de Julho, que abriu a porta às desnacionalizações; a lei da Contra-Reforma Agrária, Lei Barreto de 1977; a extinção do Conselho da Revolução em 1982 (em especial, a forma que assumiu); as leis de autorização de abertura de instituições financeiras privadas, em 1986, que abriu a porta à banca privada que hoje temos, curiosamente toda na mão de capitais espanhóis; e a alteração constitucional de 1989. Por fim, a adesão de Portugal à CEE, a 1 de janeiro de 1986.

A política é a arte do possível e temos hoje a situação que foi possível aos portugueses construírem em liberdade. Entendo que foi para isto que se fez o 25 de Abril, para termos a oportunidade de sermos responsáveis pela sociedade em que vivemos.

A sociedade portuguesa pode exprimir-se e pode informar-se. É a sociedade mais instruída e informada de sempre, dizem-nos. Escolhe e opta. Obedecemos a quem escolhemos, interna e externamente.

A liberdade, que é a base de todos os direitos, continua a ser possível. O 25 de Abril valeu a pena e valerá a pena lutar por ele e pela Liberdade. É o que fazemos.

CARLOS DE MATOS GOMES

Carlos de Matos Gomes é coronel do Exército na situação de reforma, natural de Vila Nova da Barquinha. Cumpriu três comissões na guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné, nas tropas especiais «Comandos». É autor e coautor de várias obras de História, para além de escritor com o pseudónimo de Carlos Vale Ferraz.

José Sena Goulão, Lusa

A história tem roturas, soluções de continuidade, e o 25 de Abril foi o seu mais importante exemplo na história recente de Portugal

COMEMORAR
O PASSADO E O FUTURO

OPINIÃO

O período seguinte ao 25 de Abril merece uma reflexão ainda não terminada, nem intelectiva nem emocionalmente, em especial à volta da circunstância de o 25 de Abril ter aberto uma aceleração política no progresso social

MANUEL PEDROSO MARQUES *

O TÉRMINO DE UMA DAS mais duradouras ditaduras da Europa, de uma guerra ofensiva de direitos humanos de povos colonizados, das artes, artifícios e malefícios próprios dos fascismos merecem ser lembrados. Lembrados num modo de revisitação e avaliação que os 50 anos passados permitem fazer, naturalmente com a perspetiva que o tempo fez e faz evoluir.

Sobre a realidade que oficialmente acabou em 25 de Abril de 74 já há historiografia efetuada por profissionais competentes. Mas sobre o que se fez com a liberdade conquistada naquela data falta muito o que à História compete, sobre a profunda alteração social e política verificada.

O período que se segue ao 25 de Abril merece uma reflexão ainda não terminada, nem intelectiva nem emocionalmente, em especial à volta da circunstância de o 25 de Abril ter aberto uma aceleração política no progresso social, difícil de digerir por um país que não deixaria de ser conservador de um dia para o outro.

Além disso, a memória da ditadura, cujo poder político-administrativo se concentrava autoritariamente, interferiu no desenho do esquema constitucional construído depois do 25 de Abril e ainda hoje interfere na orientação legislativa em geral.

Confundindo poder com ditadura ou duvidando da solidez do poder democrático estabelecido, as opções institucionais têm determinado a dispersão do poder e da autoridade e, consequentemente, incrementado a sua fraqueza – que se traduz numa morosa multiplicidade de autorizações e pareceres para ações que exigem rapidez. Associa-se inconscientemente o poder democrático à sua fragmentação por vários órgãos, pelo medo da memória da ditadura que, por definição, o exerceu concentradamente. E sem razão. O 25 de Abril pôs fim à ditadura, ponto. Lá que a Democracia constitui um processo inacabado, porque em permanente evolução, que nunca se sente à altura da ideia que ela tem de si própria – isso vem da Grécia Antiga. Mas é isso que faz com que a Democracia tenha melhorado e se afirmado, embora não seja uma situação eternamente adquirida. A Democracia é um entendimento de objetivos sociais e políticos e um sentimento existencial que determina uma adesão pessoal e comunitária.

O CINQUENTENÁRIO

Por tudo isto e muito mais, de consequências no relacionamento a nível pessoal, partidário e institucional, as comemorações do cinquente-

nário constituem uma oportunidade de se fazer a história dos efeitos vários, ocorridos nos primeiros tempos tumultuados pelas profundas mudanças que a liberdade desabrochou de formas diversas e conflituantes, como seria de perspetivar.

Recordo que este mesmo tipo de reflexões se verificou com as comemorações dos cem anos da implantação da República, assinalada pela publicação de trabalhos em livros, jornais e revistas, com novas interpretações que o distanciamento faculta. O mesmo se pode dizer com os 200 anos da Revolução Liberal de 1820, sem a mesma relevância memorialística, em razão das coisas, mas também por causa da Covid. Todavia, ainda se promoveram colóquios digitais.

Só quem defender que as coisas se façam à trouxe-mouxe, pode considerar que este período de pouco mais de dois anos é demasiado tempo para preparar as comemorações. Como é óbvio, despertar interesses para realizar estudos, pesquisas, publicações, conferências, documentários fílmicos, etc. exige tempo.

Sobre as comemorações dos 50 anos podem identificar-se vários tipos de reações. Uma, a dos que o 25 de Abril ainda não passou pela goela abaixo: engasgam-se com a democracia, acham que não há nada a comemorar, antes há a esquecer – são os "saudosistas". Outra, a dos que viveram factos que assinalaram as suas vidas, antes, durante e depois de Abril, que consideram ser merecedores de conhecimento e, em alguns casos, do reconhecimento públicos. Tal é responsável pelo caráter memorialista da maioria dos trabalhos publicados sobre o que cada um viveu, relacionado com o 25 de Abril e a instauração da democracia.

MEMÓRIA DA DITADURA INTERFERIU NO ESQUEMA CONSTITUCIONAL CONSTRUÍDO DEPOIS DO 25 DE ABRIL E AINDA HOJE INTERFERE NA ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA

Porém, as memórias pessoais, mesmo historicamente relevantes, não fazem História. São contributos mais ou menos importantes, verídicos, fidedignos, exagerados ou não, mal ou bem enquadrados no ambiente em que aconteceram.

Da minha parte, pouco poderei opinar sobre o que os participantes no 25 de Abril possam dizer. E também não quero meter a foice em seara alheia, pondo-me a determinar o que é importante memorizar e cabe historiografar.

AS MEMÓRIAS

Hobesbawm, ao refletir sobre o seu *métier*, considera o passado como o "teatro da História" que, por sua vez, representa a "consciência humana". Assim visto, a consciência humana será uma das formas mais coletivas da consciência. Por outras palavras, ao historiador in-

teressam as memórias individuais na medida em que contribuam para a coletiva.
Todavia, não se considera provado que apenas o passado, as memórias e a história sobre ele, sejam suficientes para definir futuros. A história tem roturas, soluções de continuidade, e o 25 de Abril foi o seu mais importante exemplo na história recente de Portugal. Os futuros abriram-se com a liberdade conquistada, e abrem-se com conhecimentos e descobertas, não com unipessoais certezas do passado. O passado, para a Estratégia, faz parte das capacidades e vulnerabilidades condicionantes e não das prospetivas de futuro com que ela trabalha.
Que o que se tem feito com a liberdade em Portugal seja o que de melhor se poderia ter alcançado em termos de desenvolvimento e igualdade social e económica, não!
Que a liberdade permite apontar o que se fez de mal e acusar "o mal português", responsável por muitas fragilidades que urge superar, sim!

DEMOCRACIA É UM ENTENDIMENTO DE OBJETIVOS SOCIAIS E POLÍTICOS E UM SENTIMENTO EXISTENCIAL QUE DETERMINA UMA ADESÃO PESSOAL E COMUNITÁRIA

Este "sim" positivo e este "não" negativo estão nos antípodas de uma tese e de uma antítese. Constituem a mesma avaliação, de efeitos opostos, mas sobre a mesma realidade, com um só passado e vários futuros: Portugal.

Novembro de 2021

MANUEL PEDROSO MARQUES

Manuel Pedroso Marques nasceu em Lisboa e é coronel do Exército na situação de reforma. Foi presidente da RTP, da empresa do Diário Notícias e da Capital, administrador da Bertrand e da Difel, de empresas de publicidade e da Agência Lusa de Notícias. Foi assessor militar do primeiro-ministro Mário Soares e publicou vários livros, entre os quais *Os Exilados* não esquecem nada mas falam pouco (2015).

IMPORTÂNCIA DO AFEGANISTÃO
PARA OS EUA

Direitos reservados

OPINIÃO

A explicação da importância do Afeganistão para os EUA foi fundamentalmente de natureza geoestratégica durante a Guerra Fria, tendo-se alargado no pós-Guerra Fria a domínios onde prevalecem interesses de natureza geoeconómica, ligados ao petróleo e ao gás natural, não desligados do racional geoestratégico que prevaleceu durante a Guerra Fria, ambos cruciais para a concretização do projeto norte-americano de supremacia global

CARLOS BRANCO*

SERIA SIMPLISTA EXPLICAR a intervenção militar dos EUA no Afeganistão, ocorrida na sequência dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 (9/11), apenas na perspetiva do combate ao terrorismo, da neutralização dos talibãs e do combate ao fundamentalismo islâmico na região. A explicação é mais complexa e terá de considerar outros aspetos, nomeadamente os de natureza geostratégica, porventura mais importantes e mais esclarecedores. É uma abordagem que merece ser considerada, dadas as dinâmicas geoestratégicas e geopolíticas criadas pelo 9/11.

O interesse dos EUA pelo Afeganistão remonta à década de cinquenta do século XX, tendo-se manifestado de modos diferentes ao longo do tempo. Perceber a natureza desse envolvimento ajuda a entender a reação norte-americana aos acontecimentos de 2001, e o seu empenho nos 20 anos de guerra que se seguiram, a guerra mais longa da sua história, para lá do combate ao extremismo religioso islâmico. Dois tipos de argumentos, que se reforçam mutuamente, ajudam a explicar o interesse de longa data dos EUA pelo Afeganistão, um mais abrangente e profundo do que o outro. Ambos ajudam a compreender porque é que o Afeganistão reúne características para se constituir um centro de gravidade da política internacional e regional.

O primeiro argumento decorre do pensamento geoestratégico clássico marcado pelos trabalhos de Halford Mackinder, revisitados por Zbigniew Brzezinski durante e após a Guerra Fria, que influenciou as políticas norte-americanas no confronto com o seu arqui-inimigo soviético; e o segundo prende-se com considerações geoeconómicas relacionadas com a competição pelos recursos minerais da Ásia Central e da bacia do Mar Cáspio, e com o controlo das rotas dos oleodutos e gasodutos com origem naquelas regiões.

De acordo com o postulado central da geoestratégia clássica, só é possível obter a supremacia global quem controlar a Eurásia. Uma grande potência com pretensões hegemónicas globais tem de controlar o território da Eurásia onde reside e se faz o combate pela supremacia global. Quem controlar o Cáucaso, a Ásia Central

e partes da Rússia domina o heartland[1]. Quem dominar o heartland domina a "Ilha-Mundo", e quem dominar a "Ilha Mundo"[2] domina o mundo. Não será, portanto, de estranhar que o significado geoestratégico da Ásia Central vá para além das imensas reservas de petróleo e de gás natural, que alberga no seu subsolo.

CONTROLO DO AFEGANISTÃO É CRUCIAL PARA QUALQUER POTÊNCIA QUE QUEIRA CONTROLAR A ÁSIA CENTRAL

HEARTLAND

A teoria do heartland influenciou a política externa norte-americana durante a Guerra Fria, e continuou a influenciar após a implosão da União Soviética.[3] Segundo Brzezinski, para negar o domínio mundial à União Soviética, os EUA tinham de controlar os designados geopolitical linchpin states (Brzezinski, 1986, p. 220), "a Alemanha e a Polónia, a Oeste; a Coreia do Sul e as Filipinas, a Leste; e no Sul (o mais importante, funcionando como um baixo-ventre macio) o Irão e o Paquistão-Afeganistão", cujo controlo permitia assegurar o acesso ao interior da zona pivô.[4] O controlo destas regiões pelos EUA possibilitava-lhes conter a União Soviética, proteger a Europa e o Japão e, no caso da Coreia do Sul e das Filipinas, cercar a China. Por serem a chave de garantia da supremacia global, os EUA deviam controlar estas regiões e aí colocar bases militares.

A importância geoestratégica do Afeganistão deriva do facto de ocupar um espaço adjacente à Ásia Central, e que a conecta com o Médio Oriente e o subcontinente indiano, sendo uma peça chave na competição entre as grandes potências, permitindo a quem o controle projetar poder naquelas regiões. O controlo do Afeganistão é crucial para qualquer potência que queira controlar a Ásia Central. Este facto tenta

1 Segundo Mackinder, o *heartland* é o centro da Ilha-Mundo, englobando as regiões compreendidas entre o Volga e o Yangtze, e entre os Himalaias e o Ártico.

2 A "Ilha-Mundo" é um conceito desenvolvido por Halford Mackinder (1904), no seu artigo "the geographical pivot of history", e compreende a Europa, Ásia e África (Afro-Eurásia).

3 A política de contenção da União Soviética, pelos EUA, baseou-se nas teorias de Mackinder. Por exemplo, o conceito de rimland proposto por Nicholas Spykman foi desenvolvido a partir do conceito do heartland. "Em contraposição à ênfase dado por Mackinder ao heartland euroasiático, Spykman propunha os rimlands da Eurásia" (Iseri, 2009, p. 33). Segundo Spykman (1942, p. 150) "quem controlar o rimland governa a Eurásia. Quem governar a Eurásia controla os destinos do mundo". Com base neste argumento, a União Soviética deveria ser contida nos flancos. A política da contenção da União Soviética, desenvolvida por George Kennan, foi fortemente influenciada pelos trabalhos de Spykman.

4 O conceito de *geopolitical linchpin state* aproxima-se da formulação de *geopolitical pivot*, desenvolvida também por Brzezinski em 1997. Estes conceitos foram desenvolvidos em contextos geoestratégicos distintos. O primeiro durante a Guerra Fria e o segundo já depois de esta ter terminado.

Paulo Cunha, Lusa

A importância geoestratégica do Afeganistão deriva do facto de ocupar um espaço adjacente à Ásia Central

as potências com aspirações hegemónicas globais a dominar o Afeganistão, expondo-o aos seus apetites predatórios.

Embora não pensada exatamente nos mesmos termos, a invasão soviética do Afeganistão, em 1979, teve por base um racional parecido, mas de natureza defensiva. O apoio soviético a um governo pró-Moscovo na sua vizinhança imediata contestado através da resistência armada, visava proteger o seu flanco sul. A invasão foi motivada fundamentalmente pelo receio do Afeganistão vir a ficar sob a alçada de Washington. Esse sentimento agravou-se com o derrube do regime iraniano pró-americano de Reza Pahlavi, em fevereiro de 1979. Moscovo assumiu que Washington procurava uma alternativa para projetar os seus interesses no flanco sul da União Soviética.

Refletindo sobre este pensamento, Brzezinski (1986, pp. 64-65) alertava para o perigo de:

"(...) uma reorientação [geoestratégica] do Irão ou do Paquistão, colocando um ou mesmo ambos na órbita de Moscovo, representaria mais do que um sucesso soviético regional, seria

um avanço na terceira frente estratégica [Irão e Afeganistão-Paquistão] (...) cujos efeitos de longo prazo (...) irradiariam para além do Golfo Pérsico (...) com um potencial catalítico muito para além do seu raio geopolítico regional".

Isso explica a presença norte-americana no Afeganistão após a II Guerra Mundial, que se prolongou por quase toda a Guerra Fria. Como a geografia não muda e os territórios não se movem do local onde se encontram, este pensamento teve uma trajetória de continuidade no pós-Guerra Fria.

A presença continuada dos EUA no Afeganistão remonta aos anos 50 e 60 do século XX, quando financiaram um ambicioso projeto de desenvolvimento agroindustrial na província de Helmand destinado a transformar o vale do rio Helmand no celeiro do Afeganistão. Esse projeto incluiu a construção de uma barragem[5] para produzir a eletricidade que iria alimentar fábricas de processamento dos produtos agrícolas cultivados na região. Vários aglomerados urbanos nasceram desta iniciativa, ficando conhecidos por Little America[6].

Subjacente a este projeto de natureza económica encontrava-se outro igualmente ambicioso de engenharia social, que procurava transformar um país atrasado numa sociedade moderna. Isso permitiu que muitos jovens afegãos tivessem a oportunidade de estudar em universidades americanas. A concretização dos muitos projetos em que os EUA se envolveram, deveu-se ao incontornável papel da USAID, responsável pelo financiamento e acompanhamento de programas na área agrícola e de saúde pública nas zonas rurais. A USAID também se ocupou de uma vasta gama de programas educacionais – nos domínios científico, tecnológico, vocacional e da língua inglesa, entre outros – em vários níveis de ensino e de formação profissional, para além de ajuda financeira proporcionada aos agricultores.[7] Também estiveram presentes no Afeganistão os voluntários do Peace Corps, quase todos em Cabul, com uma intervenção de menor importância.

A POLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA O AFEGANISTÃO NÃO FUNCIONAVA DO MODO CASUÍSTICO

Enquanto os americanos orientaram os seus esforços principalmente para o Sul do país, os soviéticos concentraram as suas atividades

5 Foi construída em 1953 no rio Helmand, e ficou conhecida por *Kajaki Dam*. Fornece eletricidade às províncias de Kandahar e Helmand. Para mais informação sobre este projeto ver Moore (2015).

6 As iniciativas americanas de apoio ao desenvolvimento do Afeganistão não se esgotaram nestes projetos. Entre outros, salientamos a construção da estrada entre Cabul e Kandahar, conhecida como *Eisenhower road*, que teve um tremendo impacto na economia do país, ao longo de várias décadas.

7 Para informação mais detalhada sobre o papel desempenhado pela USAID em projetos de educação no Afeganistão, ver Hugerth (1968) e Zierler e Howard (2018).

em Cabul e no Norte, tendo construído, entre outros projetos: unidades de exploração dos campos de gás de Shibergan; uma fábrica de fertilizantes em Balkh; e entre 1958 e 1963, o importante túnel de Salang (Salang Pass) sob o Hindu Kush, ligando Cabul às planícies do Norte do país (Steele, 2011, p. 64). Assim como os norte-americanos, também os soviéticos pagaram os estudos a centenas de afegãos em universidades soviéticas. Era clara a disputa entre a União Soviética e os EUA pela conquista das almas e dos corações dos afegãos, por enquanto de forma pacífica.

GOLPES DE ESTADO

Estes projetos modernizadores foram abençoados pelo rei Mohammed Zahir Shah, que procurou manter uma posição equilibrada entre norte-americanos e soviéticos de modo a colher benefícios dos dois lados. Esta situação alterou-se quando o rei foi deposto por um golpe de Estado em julho de 1973, e o país se transformou numa república. Embora fosse oficialmente um país não-alinhado, a verdade é que a União Soviética foi o primeiro Estado a reconhecer o novo poder. A influência norte-americana no país, afetada com o afastamento de Mohammed Zahir Shah, sofreu um rude golpe quando, em 1978, o Partido Democrático Popular do Afeganistão (PDPA), pró-Moscovo, conquistou o poder através de um novo golpe de Estado. Nesse momento terminaram os esforços norte-americanos de desenvolvimento e modernização do país, iniciados em 1945, esvanecendo-se a sua influência[8]. Cerca de um ano mais tarde, em 24 de dezembro de 1979, a União Soviética invadiu o Afeganistão.

EUA NÃO ABANDONARAM O AFEGANISTÃO APÓS A RETIRADA DAS FORÇAS SOVIÉTICAS

A resposta norte-americana à invasão soviética não se fez esperar. Brzezinski, então conselheiro de segurança nacional durante a presidência de Jimmy Carter, dois dias depois da invasão soviética, enviou ao presidente um memorando onde delineava o que deveria ser a reação dos EUA. Além de explicar o racional geostratégico que lhe estava subjacente, o documento apontava uma série de medidas a serem seguidas.

Segundo Brzezinski (1979) era necessário, entre outros aspetos, manter a resistência afegã, dando-lhe dinheiro e armas, assim como aconselhamento técnico; assegurar o apoio do Paquistão aos rebeldes, dando-lhes mais garantias e maior apoio militar; e desenvolver, em concertação com os países islâmicos, campanhas de propaganda e de apoio secreto. Tudo isto com a finalidade de desestabilizar a União

8 Os projetos norte-americanos no Afeganistão iniciaram-se durante o mandato do presidente Truman e terminaram com Jimmy Carter.

Direitos reservados

Rei Mohammed Zahir Shah procurou manter uma posição equilibrada entre norte-americanos e soviéticos

Soviética, envolvendo-a num conflito interminável. Embora o apoio norte-americano aos mujahidins tenha começado antes da invasão soviética, com a CIA na linha da frente, assumiu contornos mais elaborados com a "Operação Ciclone", uma das mais longas (1979-1989) e caras operações secretas da CIA. Concebida por Brzezinski, prolongou-se por toda a vigência de Ronald Reagan na Casa Branca.

A política norte-americana para o Afeganistão não funcionava do modo casuístico romanceado no filme Charlie Wilson's War, nem era o resultado do lobbying persuasivo suscitado pelo "empenho cívico" de uma socialite. Pelo contrário, foi o resultado de uma estratégia coerente, gizada ao mais alto nível. A Administração Reagan continuou a política de apoio declarado os mujahidins do seu ante-

EUA NÃO TINHAM NADA A OBJETAR AO TIPO DE LEI ISLÂMICA QUE OS TALIBÃS IMPUSERAM NAS REGIÕES SOBRE O SEU CONTROLO

cessor, recebendo alguns dos seus líderes na Casa Branca[9].

No seguimento da retirada soviética, iniciada em 15 de maio de 1988 e terminada em 15 de fevereiro de 1989, a Administração Reagan abandonou progressivamente o compromisso assumido nos Acordos de Genebra[10] de não interferir nos destinos do país fornecendo armamento aos mujahidins, apoiando incondicionalmente o Paquistão e os talibãs na conquista do poder. Como frisou Steele, ao contrário daquilo que prevaleceu mediaticamente, os EUA não abandonaram o Afeganistão após a retirada das forças soviéticas. "Mantiveram-se em jogo, mas com a estratégia errada, bloqueando cinicamente todas as tentativas de um fim negociado para a guerra civil afegã" (Steele, 2011, p. 395).

As tentativas de Gorbatchov e de Najibullah para se encontrar uma solução negociada, recorrendo a uma fórmula de partilha de poder, foram rechaçadas, devido, em grande parte, à pressão exercida pelos EUA para que os acontecimentos seguissem a confrontação militar. "Os EUA carregam o pesado fardo da culpa dessa política, tendo sofrido muito por terem apoiado os fundamentalistas que se tornaram a Al-Qaeda, e os mujahidins que se tornaram talibãs" (Steele, 2011, p. 385).

A política da Administração Reagan teve seguimento nas Administrações de George H. W. Bush e de Clinton, este último apoiando a caminhada triunfal dos talibãs desde o seu surgimento até à conquista do poder, em 1996. Como referiu Ahmed Rashid (2001, p. 46), "a Administração Clinton era claramente favorável aos talibãs, dado o seu alinhamento com a política anti Irão de Washington, importante para o sucesso de qualquer oleoduto no sul da Ásia Central que evitasse o Irão". Segundo Glyn Davies, um porta-voz do departamento de Estado, os EUA não tinham nada a objetar ao tipo de lei islâmica que os talibãs impuseram nas regiões sobre o controlo deles.

---

9 A resposta norte-americana inseria-se na designada doutrina Reagan, que entre outros aspetos apoiava abertamente os movimentos de resistência anticomunista.

10 Os "Acordos de Genebra", assinados em 14 de abril de 1988, no quartel-general das Nações Unidas em Genebra, visavam regular a situação no país após a retirada soviética. Incluíam, entre outras medidas: um acordo bilateral entre o Paquistão e o Afeganistão sobre relações mútuas, em particular sobre a não ingerência e a não intervenção; uma declaração sobre garantias internacionais, assinada pela URSS e pelos EUA; um acordo bilateral entre o Paquistão e o Afeganistão sobre o retorno voluntário de refugiados afegãos. Incluíam ainda o cronograma de retirada das tropas soviéticas do país.

A Administração Clinton ajudou a consolidar o regime talibã, pensando que com isso iria conseguir criar condições de segurança necessárias para aceder às reservas de petróleo e de gás da Ásia Central. Segundo Olivier Roy (1997), "a tomada de poder no Afeganistão [em 1996] pelos talibãs foi em grande parte orquestrada pelos serviços secretos paquistaneses [ISI] e a Unocal11, com o seu aliado saudita Delta". Ainda segundo Olivier Roy (1997), "as incursões americanas na Ásia Central, foram motivadas principalmente pelos interesses associados ao petróleo e ao gás. Chevron e Unocal eram atores políticos que falavam de igual para igual com os Estados (isto é, com os presidentes)".

Explorando o descalabro soviético e a consequente derrocada das economias das ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, as companhias petrolíferas norte-americanas avançaram para a Ásia Central logo em 1991. A situação económica desesperada em que se encontravam, levou os seus presidentes "a entabular negociações com as companhias petrolíferas ocidentais, no seguimento das negociações em curso entre o Cazaquistão e a empresa norte-americana Chevron" (Rashid, 2001, p. 145). "A partir de 1991, instalaram-se no Cazaquistão, Turquemenistão e Quirguistão várias companhias petrolíferas americanas, incluindo a Chevron" (Brisard e Dasquié, 2002, p. 15). Estima-se, que em 1992,[11] companhias petrolíferas ocidentais controlavam cerca de 50% do total dos investimentos na bacia do Mar Cáspio.

DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO

A Ásia Central e o Mar Cáspio surgiram como alternativas à dependência norte-americana do petróleo do Golfo Pérsico. Os negócios prosseguiam independentemente da natureza autocrática dos regimes em causa. "Enquanto uma Rússia falida e enfraquecida tentava manter o controlo sobre aquilo que ainda via como as suas fronteiras na Ásia Central, assim como sobre o fluxo de petróleo do Mar Cáspio através dos oleodutos que a atravessavam, os EUA deslocavam-se para a região propondo oleodutos que não passassem pela Rússia" (Rashid, 2001, p. 146). A par dos contratos das companhias petrolíferas norte-americanas, as tropas americanas foram ganhando terreno e alugando bases militares nos países da Ásia Central. Em 1997, as Forças Especiais dos EUA iniciaram exercícios conjuntos com o Cazaquistão, e um ano mais tarde com o Uzbequistão.

A Administração Clinton apoiava abertamente os planos de exploração dos recursos da bacia do Mar Cáspio pelas companhias petrolíferas americanas, na altura estimados como "as

11 A Unocal foi uma companhia petrolífera americana. Inicialmente extratora e refinadora de petróleo, alargou a sua atividade dedicando-se também à construção de oleodutos e petroleiros, e à comercialização de produtos não apenas nos EUA, mas também na Europa, América do Sul e Ásia. No portfolio das suas atividades incluem-se a exploração, produção, transporte e comercialização mundial de petróleo bruto e gás natural, a fabricação e venda de produtos de petróleo, produtos químicos e fertilizantes.

EUA ENVOLVERAM-SE EM DISCUSSÕES PRIVADAS E ARRISCADAS COM OS TALIBÃS, ENTRE OUTRAS COISAS, SOBRE OS SEUS INTERESSES GEOESTRATÉGICOS RELACIONADOS COM O PETRÓLEO

maiores reservas de hidrocarbonetos conhecidas e não exploradas do planeta" (Griffin, 2001, p. 115), e a construção de uma rede de oleodutos e gasodutos que pudesse trazer esse petróleo e gás para o Ocidente, curto circuitando Moscovo. Mas a concretização desse projeto chocou com vários obstáculos, um deles a Bridas, uma companhia petrolífera argentina, a primeira companhia ocidental a explorar os campos petrolíferos do Turquemenistão e a ter a ideia de construir um oleoduto através do Afeganistão.

A Bridas tinha celebrado em 1995 acordos com o Turquemenistão e o Paquistão, adquirindo os direitos de construção de um oleoduto através do Afeganistão, dependendo a sua concretização dos desenvolvimentos securitários no país. Mas enquanto para a Bridas, a construção do oleoduto era apenas um negócio altamente lucrativo, para a Unocal tinha um significado muito diferente. Além do negócio, inseria-se na agenda geoestratégica norte-americana de controlar económica, militar e culturalmente a Ásia Central.

Desde a sua emergência em 1994, os EUA tiveram uma posição complacente com os talibãs. Com a sua chegada ao poder, os EUA envolveram-se numa intensa atividade diplomática com Cabul, procurando assegurar o seu apoio para a construção do gasoduto da Unocal. Em novembro de 1997, a Unocal convidou uma delegação talibã para visitar Houston, onde se reuniu com funcionários do departamento de Estado. Mas perante a insegurança vivida no país, em dezembro de 1998, a Unocal reconheceu a evidente impossibilidade de prosseguir com o projeto do oleoduto, pelo menos no curto prazo.[12]

Foi ainda no final desse ano que as relações entre Cabul e Washington sofreram uma volte-face. O catalisador específico dessa mudança de posição foram os ataques da Al-Qaeda às embaixadas americanas no Quénia e na Tanzânia, em agosto de 1998. A Administração Clinton responsabilizou Bin Laden pelos ataques, e retaliou atacando com mísseis cruzeiro os campos de treino da Al-Qaeda no Afeganistão, exigindo em simultâneo a sua deportação. Perante a intransigência dos talibãs relativamente à entrega de Bin Laden, Bill Clinton impôs-lhes

12 A redução do preço do petróleo, no final de 1998, pesou igualmente na decisão da Unocal considerar o projeto economicamente inviável, pelo menos nos tempos que se avizinhavam.

Direitos reservados

As exigências da Administração Clinton, na foto, relativamente aos talibãs continuaram durante a Administração George W. Bush

sanções e cortou os contactos comerciais com o regime em julho de 1999.

Não obstante estes desenlaces, continuaram as negociações entre Washington e o regime talibã. Desde o início de 1999 até agosto de 2001, houve um esforço concertado para resolver a questão afegã (Brisard e Dasquié, 2002, p. 7). Além da diplomacia norte-americana, tanto no quadro bilateral como unilateral, estiveram igualmente envolvidos o "Grupo seis mais dois" e as Nações Unidas[13].

EUA E OS TALIBÃS

As exigências da Administração Clinton relativamente aos talibãs continuaram durante a Administração George W. Bush, embora com

13 Para informação detalhada sobre as negociações ocorridas durante 2000, ver o Capítulo 5, de Brisard e Dasquié (2002).

menos ênfase em Bin Laden, "minimizando a proeminência do milionário saudita" (Cloud e King Jr., 2001). A Administração de George W. Bush iniciou negociações com os talibãs imediatamente à sua tomada de posse. O ano de 2001 foi de intensa atividade diplomática com reuniões em Washington, Berlim e Islamabad envolvendo altos quadros da Administração Bush e representantes dos talibãs, insistindo os norte-americanos na partilha de poder, e num governo alargado que incluísse as várias tendências afegãs, de modo a criar um ambiente de segurança na região.[14] Segundo Brisard e Dasquié (2002, p. XXXIV), "os EUA envolveram-se em discussões privadas e arriscadas com os talibãs, entre outras coisas, sobre os seus interesses geoestratégicos relacionados com o petróleo".

As últimas negociações tiveram lugar em Berlim, em julho, sem a comparência dos talibãs. Brisard e Dasquié (2002, pp. 44-45) contam o relato feito por Naiz Naik, o representante paquistanês presente na última reunião, sobre o que aí foi dito. Se os talibãs não alterassem a sua posição, especialmente no que respeita a Osama Bin Laden, o caminho seria a solução militar.[15] Numa derradeira tentativa de convencer os talibãs, Christina Rocca, a secretária de Estado adjunta para os assuntos da Ásia Central e do Sul, teve um encontro no dia 2 de agosto em Islamabad com Abdul Salam Zaeef, o embaixador talibã no Paquistão, na qual exigiu a extradição de Bin Laden (UAE, 2001), tendo este pedido novamente ao governo dos EUA que fornecesse provas do envolvimento de Bin Laden nos atos terroristas de que era acusado. "No início de agosto de 2001, os talibãs sabiam que tinham os dias contados" (Brisard e Dasquié, 2002, p. 46). O exposto sugere que a decisão de invadir o Afeganistão terá sido tomada antes de os ataques terroristas de 9/11 terem proporcionado o pretexto.

A exigência da Administração Bush para que os talibãs entregassem Bin Laden continuaram após o 9/11, mas os talibãs continuaram a rejeitar essa possibilidade, sem a apresentação de provas da sua responsabilidade. Perante tal "inflexibilidade", os EUA iniciaram no dia 7 de outubro a invasão do Afeganistão a partir das bases americanas no Tadjiquistão, abrindo caminho para o que viria a ser uma guerra de 20 anos, que além do combate ao terrorismo, neutralização dos talibãs e luta contra o fundamentalismo islâmico na região, se tornou uma oportunidade geostratégica para os EUA alargarem a sua presença militar na Ásia Central, e aumentarem a sua influência económica, militar e cultural na região, o que não podia deixar de ser visto pela Rússia e pela China com enorme preocupação.

"A presença dos EUA e da NATO em território afegão iria, no longo prazo, criar condições

14 Para um relato detalhado dos diferentes encontros, ver Capítulo 6, de Brisard e Dasquié (2002).

15 Tom Simons, o representante norte-americano na reunião teria feito um ultimato: "ou aceitam a nossa oferta de um tapete de ouro, ou enterramos-vos debaixo de um tapete de bombas". Simons nega ter feito tal afirmação.

para impedir o renascimento da Rússia como uma grande potência regional e conter o crescimento do gigante chinês" (Rizk e Olomi, 2010, p. 16). Enquanto os EUA prosseguiam os seus objetivos estratégicos de modo unilateral, a China e a Rússia utilizaram os quadros bilaterais e multilaterais para lhe fazer frente, unindo esforços através da Organização de Cooperação de Shanghai.

O primeiro sinal de desinvestimento estratégico de Washington no Afeganistão veio no dia 1 de dezembro de 2009, num discurso do presidente Obama em West Point, quando anunciou que as forças americanas iniciariam a retirada do país em julho de 2011. A partir dessa data a "missão da América no Afeganistão não se expandiria, apenas se contrairia" (Koprowski, 2011). Na cimeira da OTAN em Lisboa (novembro de 2010), Washington anunciou que as forças de segurança afegãs assumiriam total responsabilidade pela segurança do país a partir de 2014. "Se julho de 2011 marcava o início da retirada, o final de 2014 marcará a sua conclusão" (Koprowski, 2011).

Conforme assinalado no exercício prospetivo efetuado neste trabalho, esse anúncio não teve em conta a preparação do país para enfrentar os desafios que lhe iam ser exigidos a partir de 2014. Era evidente que o Afeganistão não se encontraria nessa data apetrechado institucionalmente, para não referir outros domínios, nomeadamente o económico, para caminhar pelo seu próprio pé. Como salientou Hamdani (2014), era um exercício fútil focarmo-nos exaustivamente naquela data. Importava, antes de mais, perceber que transformações qualitativas se tinham operado na sociedade afegã, nos anos da intervenção internacional, que a dotassem da autonomia de que iria necessitar.

OUTRAS PRIORIDADES

Com a chegada de Donald Trump à presidência dos EUA, em 2017, verifica-se uma aceleração do desinvestimento norte-americano no país. Não era difícil perceber que a situação se encontrava num impasse. Verificou-se, simultaneamente, uma alteração nas prioridades estratégicas dos EUA, perdendo o combate ao terrorismo a importância que lhe tinha sido atribuída quase uma década antes pela Administração George W. Bush. O terrorismo tinha sido destronado na lista das ameaças pela China, Rússia, Irão e Coreia do Norte. O Afeganistão tinha-se tornado uma liability geoestratégica. Era agora mais importante concentrar esforços para os potenciais confrontos com a China e a Rússia. Isso levou Donald Trump a negociar com os talibãs os termos da retirada das forças norte-americanas do país.

Passados 20 anos, não existe ainda consenso entre os analistas sobre os reais motivos que levaram os EUA a invadir o Afeganistão em 2001. É difícil sustentar a invasão de um país para capturar um indivíduo e destruir uma organização clandestina. Havia formas mais expeditas e eficazes de o fazer. A ter sido essa a razão, foi um rotundo fracasso, uma vez que Bin Laden foi capturado 10 anos mais tarde, no Paquistão, através de uma ação das forças especiais americanas. A hipótese da mudança

de regime parece ser a mais plausível, visando colocar no poder alguém capaz de garantir um ambiente securitário favorável à consecução dos interesses geostratégicos e geoeconómicos dos EUA, ou antes, de alguns setores da elite política e económica americana. Por um lado, assegurar uma presença na Ásia Central, colocando forças militares na proximidade das fronteiras da China e da Rússia, e assim consolidar o seu projeto de supremacia global; por outro, controlar as rotas dos gasodutos e oleodutos com origem na Ásia Central, garroteando estrategicamente os seus opositores. A explicação da importância do Afeganistão para os EUA foi fundamentalmente de natureza geoestratégica durante a Guerra Fria, tendo-se alargado no pós-Guerra Fria a domínios onde prevalecem interesses de natureza geoeconómica, ligados ao petróleo e ao gás natural,[16] não desligados do racional geoestratégico que prevaleceu durante a Guerra Fria, ambos cruciais para a concretização do projeto norte-americano de supremacia global.

16 Para além de George W. Bush, a sua Administração era composta por pessoas com ligações poderosas aos interesses do petróleo. Destacam-se o vice-presidente Dick Cheney e a secretária de Estado e Conselheira Nacional de Segurança Condoleezza Rice. Acrescentam-se ainda outras figuras gradas, de uma ou de outra forma próximas da Administração, relacionadas simultaneamente com o petróleo e com o Afeganistão, como Zalmay Khalilzad (assessor) e Hamid Karzai (consultor especial) da Unocal.

CARLOS BRANCO

Carlos Branco é major-general do Exército na situação de reserva. Foi porta-voz do comandante das forças da NATO no Afeganistão. É investigador do IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais, e investigador associado do Instituto de Defesa Nacional (IDN). Escreveu mais de quatro dezenas de artigos e ensaios sobre os problemas da subversão e do combate contra-subversivo aplicado ao caso do Afeganistão. É autor do livro Afeganistão. *Episódios de uma Guerra Perdida*, publicado sob a chancela do IDN.

UM ABRAÇO DOS RIJOS

Direitos reservados

Livro foi apresentado pela escritora Lídia Jorge no dia 2 de Novembro na A25A, acompanhada, na foto, pelo escritor Carlos Pereira Martins, pelo marido Carlos Albino e pelo presidente da A25A, Vasco Lourenço

LIVROS

Obra apresentada pela escritora Lídia Jorge na A25A

O LIVRO "UM ABRAÇO dos Rijos", do autor Carlos Pereira Martins, Editorial Futura, foi apresentado pela escritora Lídia Jorge no dia 2 de Novembro na A25A. A fazer as honras da casa esteve o presidente da instituição, coronel Vasco Lourenço, que aproveitou o momento para convidar Lídia Jorge e o marido, o jornalista Carlos Albino, para se inscreverem como sócios da associação enquanto "civis de Abril". Convite que ambos acolheram considerando-o "honroso".

António Batista Lopes, da Editora Futura, agradeceu a Vasco Lourenço e à A25A a oportunidade de ali ser apresentado aquele livro, e tantos outros, que ou são de autores com ligações ao mundo castrense ou sobre temáticas relacionadas com a revolução de Abril. Agradeceu também a Lídia Jorge, "figura cimeira das letras", a disponibilidade para apresentar "Um abraço dos rijos".

Para Lídia Jorge, a obra de Carlos Pereira Martins "é uma espécie de livro para memória futura". Mas, ao mesmo tempo, explicou, é um olhar que "transforma a memória em homenagem à sua terra natal" cujas tradições e muitas histórias descreve como "visita guiada ao tempo governado por Salazar". Segundo as suas palavras, é "como um museu etnográfico, antropológico". A obra não tem pretensões literárias. Mas, é um escrito "absolutamente honesto, limpo, claro", disse. "Memórias com ternura e bondade". O autor "fala como uma criança que não quer ver a maldade das coisas", acrescentou.

Carlos Pereira Martins, nascido em 1951, agradeceu à escritora e frisou que "os textos apresentados são ficcionais, não reflectindo situações vividas" directamente por ele próprio.

"O objectivo da publicação foi deixar, como se tornou moda dizer, para memória futura alguns episódios, tradições vividas nos anos em que o personagem em volta do qual toda a história gira, faziam parte da vida difícil, sobretudo das regiões interiores, como é o caso da Beira Alta. As vindimas, a matança do porco, o ambiente típico dos finais de tarde nas tabernas, a educação das crianças sempre quase inacessível para os mais desfavorecidos e muito dispendiosa, a dependência do clero local quase doentia mas imposta pelos costumes, do pároco, e dos pequenos poderes instalados, como o regedor", explicou.

Segundo Carlos Pereira Martins, "são textos, contos, memórias, hábitos e costumes beirões, para que não se percam no dissolver das espumas em que acabam por se transformar os nossos saberes, culturas, tradições e recordações mas fazem parte integrante do nosso património genético".

Direitos reservados

Dicionário Toponímico Ilustrado do Porto foi escrito por Rosalvo de Almeida, ao lado do vice-presidente da A25A, Aprígio Ramalho, e de Alexandre Quintanilha, deputado pelo círculo da capital do Norte

RUAS DO PORTO EM LISBOA

"DICIONÁRIO TOPONÍMICO Ilustrado do Porto", da autoria de Rosalvo de Almeida, associado da A25A, foi apresentado aos lisboetas no dia 10 de Novembro nas instalações da associação, com introdução do professor Alexandre Quintanilha, deputado do PS pelo círculo da capital do Norte.

A fazer as honras da casa esteve o vice-presidente da A25A, coronel Aprígio Ramalho, que deu as boas-vindas e desejou os melhores êxitos para a obra literária e para o seu autor que é de Braga, mas viveu no Porto a maior parte da vida.

Aos 74 anos, Rosalvo Almeida, neurologista aposentado e membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, publicou o seu Dicionário Toponímico Ilustrado do Porto, um projeto com décadas, pensado para todos os que gostam da cidade e querem saber mais sobre as suas ruas, monumentos e pontes.

O volume, com 432 páginas, dá acesso a uma versão digital, podendo ser consultado no computador ou no telemóvel. O produto da venda reverte integralmente para a UNICEPE - Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto, de que o autor é associado há mais de 50 anos.

NACIONAL-SALAZARISMO E ESTADO NOVO

"QUEM VIVE? PORTUGAL, PORTUGAL, Portugal . Quem manda? Salazar, Salazar, Salazar!"

Nos anos áureos do Estado Novo este grito ecoou pelas ruas e praças do país sintetizando a doutrina que então se impusera, designada pelo autor de nacional-salazarismo, e que foi o cimento de um regime que duraria dezenas de anos. Detestando as encenações do poder que envolvessem multidões, orador cerebral e estilista apurado que nada tinha de um tribuno, Salazar foi o chefe que marcou e personalizou toda uma época.

Qual o seu projecto de sociedade? Que sistema político construiu para garantir tal inusitada concentração de poder? Qual foi o papel das Forças Armadas e da Igreja? Como conseguiu Salazar sobreviver a alterações drásticas da situação internacional e às mais diversas crises internas?

Este livro, de Fernando Pereira Marques, publicado pela Gradiva, com dois volumes, contribui para responder a estas e a outras questões que não só motivam o trabalho de investigadores como também interpelam os portugueses.

Direitos reservados

Diálogos Improváveis de Manuel Pedroso Marques, terceiro a contar da esquerda, foi apresentado na A25A

TESTEMUNHO DE UMA LEITURA

A obra foi lançada na Associação 25 de Abril, no dia 12 de Outubro. A apresentação esteve a cargo de Hélder de Oliveira, Henrique Cayatte, Maria Flor Pedroso e Pedro Pedroso.

LIVROS

HÉLDER DE OLIVEIRA*

EM SETEMBRO FOI PUBLICADA a nova obra literária de Manuel Pedroso Marques, *Diálogos Improváveis*, com o subtítulo identificando os participantes nos diálogos. E cito: *O Populista, a Democracia, o Radical e a Opinião Pública*.

No caso, a improbabilidade inicia-se no título que o autor explica de maneira sucinta mas convincente, recorrendo à história da escrita cuja formulação tem a sua marca de água, designadamente, nos *Diálogos* de Platão, que nos trazem à memória o fabuloso século V, antes de Cristo, também conhecido por século de Péricles, com epicentro na Cidade Estado de Atenas. Cita várias outras obras para buscar exemplo, não podendo eu escapar à citação que também o autor faz das *Cartas a Lucílius* de Séneca, e da influência que este terá tido sobre Montaigne, tendo vivido com muitos séculos de diferença.

Manuel Pedroso Marques é um lutador pela liberdade que, também no exílio com que essa luta o castigou, para além de ter exercido cargos em atividades que o colocaram no caminho esplendoroso da cultura geral e específica que ressuma da sua escrita, lhe permitiram, suportado pelo espírito inquieto que é o seu, adquirir, pelo estudo e pela vivência, um fundo cultural invejável, quer pela sua dimensão, quer por igual solidez. Isso mesmo fica expresso na forma como, a partir das personagens, de sua natureza propensas à controvérsia, que elegeu para suportar os diálogos, particularmente bem conseguidos, foi enriquecendo cada uma dessas personagens com opiniões, diria mais, convicções, sempre sujeitas a um intenso e esclarecedor escrutínio que o confronto dessas opiniões suscita de modo muito claro e apelativo para o leitor. As notas de pé de página que entendeu fixar ao longo do texto produzido emprestam ao trabalho executado, ao ofício de escritor que o autor ostenta, uma dimensão, digamos, pedagógica e, simultaneamente, uma base de natureza científica onde podemos ir buscar as raízes mais profundas da controvérsia e ir mais longe no alargamento do nosso horizonte cultural.

É altura de dizer que o autor produz este trabalho na sequência de outros igualmente reveladores da sua personalidade onde a inquietude e o rigor ocupam um lugar de permanente busca, análise e produção de resultados. Vale a pena lembrar aqui algumas dessas obras, para além de outros títulos expressos em textos de menor extensão, mas

sempre dotadas do mesmo rigor e autenticidade com que recorreu à escrita mais extensa e de mais profunda reflexão: *Liberdade é também vontade*, em coautoria; *Relações de Poder na Empresa*; *O Jogo da Estratégia na Gestão; Tempos Difíceis, Decisões Urgentes; Os Exilados não esquecem nada mas falam pouco; Populismo - Todo o poder vem do povo! Mas para onde vai?*.

OS TEMAS

Voltando à obra de que testemunhamos uma leitura, inculca-se e permanece no nosso espírito a impressão duradoura dos temas que o autor entendeu trazer para a controvérsia, em que lançou as personagens que perfilhou e, diria, criou e recriou. Anoto, por facilidade e disciplina expositiva, os próprios títulos dos capítulos escolhidos pelo autor, cujo sentido último e mais profundo tentamos desvendar, procurando, simultaneamente, caminhos comuns e diversos:

- Mudanças e mitos, crises e divisões na esfera social;
- A crise da democracia, do passado à incerteza do futuro;
- A esquerda e a direita, a voz e as vontades;
- A globalização e os seus problemas;
- Sobre o *brexit* e os referendos;
- Laicismo, a revolução que se discute sempre;
- O nacionalismo, o supranacionalismo, o subnacionalismo e a Regionalização das pressões;
- Internacionalismo: de intenções, dissensões, da paz à guerra;
- As guerras e a possibilidade de in/existirem;
- Liberdade, tudo ou nada;
- Conspiração, da teoria à prática;
- Conclusões ou mais dúvidas e opiniões.

Para além da história curricular do autor que estará na génese do impulso, diria, vital, que o leva a interessar-se proactivamente por temas tão atuais, permanentes e relevantes como aqueles que estão enquadrados nos títulos dos capítulos que acabo de enumerar, a constância da sua atitude na defesa, sem transigências, dos ideais da democracia colocados na produção desta obra.

Seu admirador anónimo desde os tempos em que se envolveu, jovem, corajoso e idealista na tentativa, infelizmente frustrada, mas precursora, de derrube do regime injustamente opressor que governou o País num tempo de escuridão e desespero, tive a feliz oportunidade de conhecer e conviver com Manuel Pedroso Marques num tempo de incerteza, mas de convicção profunda na vitória gloriosa dos ideais democráticos.

Este novo livro, exercício de liberdade e de sabedoria, é testemunho e penhor das razões profundas e relevantes que, após a sua leitura, me levam a enraizar e a solidificar ainda mais a admiração e amizade que nutro por Manuel Pedroso Marques e pela forma como se empenhou na aventura, sempre incerta, que é o caminho por que tentamos optar na vida.

Dezembro de 2021

* Economista, ex-administrador da Carris

DANIEL SAMPAIO E O SENTIDO DA VIDA

Carlos Pereira Martins

Daniel Sampaio ladeado por António Colaço, lado esquerdo da foto, e por Vasco Lourenço

Regressaram os Animados Almoços no restaurante Revolução na sede da A25A, organizados por António Colaço, da Revista Ânimo. Depois do interregno devido à pandemia, a iniciativa voltou a ter uma grande adesão por parte dos associados da A25A

O PROFESSOR DANIEL SAMPAIO foi o primeiro convidado dos Animados Almoços nesta fase de recomeço desta iniciativa que apresenta sempre uma enorme adesão por parte dos associados da A25A. Insigne psiquiatra que, após ter enfrentado a doença covid-19, com longos dias de internamento nos cuidados intensivos do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, se revelou um apaixonado pela vida e um exemplo da confiança no Serviço Nacional de Saúde. Dezenas de associados marcaram presença junto de Daniel Sampaio para o homenagearem, pelo seu percurso profissional, académico e literário, e pelo seu perfil profundamente humanista, tendo também aproveitado para evocar e elogiar a memória do antigo Presidente da República, Jorge Sampaio, irmão dele, que pouco tempo antes partira deste mundo.

Carlos Pereira Martins

Pai e Filho, músicos, totalmente identificados com os valores de Abril

PAULO DE CARVALHO E AGIR

A VOZ DA CANÇÃO *E depois do adeus*, a primeira das senhas utilizadas pelo MFA na *Operação Viragem Histórica*, foi ouvida no dia 27 de Outubro nos Animados Almoços no restaurante Revolução, na sede da A25A. Paulo de Carvalho, tal como Zeca Afonso, com a *Grândola Vila Morena*, acabou por ficar indelevelmente ligado à madrugada libertadora do 25 de Abril de 1974. O cantautor esteve acompanhado pelo filho Bernardo, também músico, conhecido no meio artístico por Agir. Ambos importantes criadores e intérpretes da música portuguesa, foram desafiados para um diálogo de gerações em volta dos valores de Abril. E o almoço foi mesmo animado!

O EXEMPLO DO VICE-ALMIRANTE

Carlos Pereira Martins

Restaurante Revolução encheu para ver e ouvir Gouveia e Melo

O EX-COORDENADOR DA TASK FORCE para a vacinação contra a covid-19 foi o convidado de honra nos Animados Almoços que estão de regresso ao restaurante Revolução na sede da A25A. O vice-almirante Gouveia e Melo marcou presença no dia 11 de Novembro para partilhar com os associados da A25A os momentos mais marcantes da sua missão à frente do grupo de trabalho que pôs Portugal na linha da frente dos países com maior percentagem de população vacinada contra a covid -19. Missão que os portugueses reconheceram como totalmente prestigiante para o País e para as Forças Armadas. O vice-almirante Gouveia e Melo, durante a partilha de emoções e de convicções, homenageou também os Capitães de Abril que protagonizaram a Revolução de 1974. "Foi uma geração que deu liberdade a Portugal e que soube retirar-se depois de ter dado liberdade a Portugal. De alguma forma também me inspiram. Depois de ter cumprido a minha missão na task force, quero retirar-me e continuar a minha vida normal enquanto militar", disse. As inscrições para este almoço esgotaram rapidamente.

CARTAS DOS LEITORES

CARO E ESTIMADO presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço:

Não me conhece e, por isso, apresento-me: tenho 76 anos, sou médico pediatra e vivo em Almeirim; fui alferes médico miliciano, em Angola, entre agosto de 1974 e outubro de 1975; estive até janeiro de 1975 em Cabinda (Belize e Lândana) e, depois, em Nova Lisboa; aqui, fui responsável pela enfermaria de setor; andei duas vezes na ponte aérea; fui o último "soldado" português a sair da cidade de Nova Lisboa, Huambo; tenho um livro publicado em 2011, chamado Sal da Vida que, entre outras coisas, relata as minhas vivências de militar em Angola.
O 25 de abril foi o dia mais feliz da minha vida. Nesse dia, estava no Hospital da Estrela a obedecer ao comunicado do Movimento das Forças Armadas, coisa que ainda hoje me causa alguma tristeza, porque não consegui ultrapassar mentalmente o seu pedido para que os médicos estivessem a postos... Ou seja, a festa estava no Largo do Carmo e eu ali tão perto... Fui candidato da Oposição Democrática pelo Distrito de Santarém, em 1973, e, tendo em consideração os cadernos que a Pide tinha de mim, que se encontram na Torre do Tombo, agradeço a minha liberdade ao 25 de abril de 1974.
A minha gratidão não tem preço. Por todos os motivos pessoais, mas também pela liberdade que trouxe para o povo português.
Daí, a atitude de ser membro civil apoiante e associado da Associação 25 de abril. Desde o início que recebo a revista O Referencial. Nunca interromperam o seu envio, embora há meia dúzia de anos tenha suspendido o pagamento de débito direto bancário, porque passei por uma conjuntura financeira difícil e inesperada e tive de estabelecer prioridades. Agradeço-vos a continuidade do envio. Com satisfação, digo-vos que acabei de fazer o pagamento em dívida (26/11) e que desejo continuar a receber O Referencial até que a vida o permita.
Acrescento que está para sair em breve um livro meu, com referência ao 25 de abril, que terei todo o gosto em ofertar à Associação 25 de Abril.
Com respeitosos cumprimentos,

José Manuel Bento Sampaio

A RESPOSTA:

Caro José Manuel Bento Sampaio

São atitudes como a que consta da sua carta que nos dão a todos, a começar por mim, o ânimo e o alento com que continuamos a dirigir a Associação 25 de Abril, na procura da conservação e consolidação dos valores que há 48 anos nos levaram a arrancar para um projecto, que teria o seu apogeu na maravilhosa Madrugada libertadora, o Dia Inicial, Inteiro e Limpo, em 25 de Abril de 1974. E que se transformaria numa das mais extraordinárias epopeias colectivas da nossa História quase milenar.
Bem haja, pela suas palavras, bem haja pela sua continuação como nosso associado, bem haja pela sua vida!
Não nos conhecemos pessoalmente, mas terei todo o prazer em alterar essa situação, quem sabe quando do lançamento do seu livro - se o pretender poderá fazê-lo na sede da sua A25A - ou, se isso não acontecer, na altura em que oferecerá a esta sua A25A um exemplar do mesmo.
Um forte abraço de Abril

Vasco Lourenço

OFERTAS À A25A

LIVROS

Ofertas dos autores:

Fernando Mariano Cardeira, *Crónica de uma deserção, retrato de um país*;
Carlos Silva, *Os roncos de Farim*;
Manuel Alegre, *Tentação do Norte;*
Guadalupe Portelinha, *Um Louva-a-deus num campo de girassóis*;
Pedro Ferraz de Abreu, *e-Planeamento e Ubiquidade*;
Carlos Martins, *Um abraço dos rijos* (nove exemplares);
Fernando David e Silva, *Historia da Liga Naval Portuguesa (1900-2020*
Alberto Teixeira Ribeiro, *Mecânica Celeste e Economia Política Liberal, Aquecimento Global Como tudo Começou*;
Oferta da Associação GREI, *A Reforma da Estrutura Superior da Forças Armadas*;
Oferta da Associação GREI, *Seminário A Segurança, a Defesa Nacional e as Forças Armadas - Um debate indispensável*;
Oferta Editora Âncora, *Diálogos Improváveis, O Populista, a democracia, o radical e a opinião pública*.

NASCEU O PARQUE DA LIBERDADE

Homenagem em Alvite, Moimenta da Beira, ao coronel Diamantino Gertrudes da Silva

APRÍGIO RAMALHO*

O CORONEL DIAMANTINO Gertrudes da Silva foi homenageado no dia 29 de Agosto de 2021. A cerimónia decorreu na Vila de Alvite, por iniciativa da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, a qual integrou o descerramento de uma placa com a designação de "Parque da Liberdade Coronel Diamantino Gertrudes da Silva – Capitão de Abril", no parque que foi remodelado e onde foi colocado um busto evocativo da sua memória.

A Associação 25 de Abril (A25A) foi convidada pela presidência da Câmara Municipal de Moimenta da Beira para colaborar e participar na cerimónia de homenagem, tendo respondido positivamente. O autor deste texto, na qualidade de vice-presidente da A25A, representou a instituição por motivos de indisponibilidade do presidente Vasco Lourenço.

A cerimónia decorreu com grande dignidade e calor humano, com a presença de muito público, das entidades autárquicas locais, de várias instituições públicas, civis, religiosas e militares, destacando-se a presença de um destacamento de militares do Regimento de Infantaria 14, que prestou as honras militares na homenagem aos militares mortos ao serviço da Pátria.

No decurso da cerimónia, o vice-presidente da A25A proferiu um discurso que abaixo se transcreve.

UM AMIGO

Encontro-me aqui na dupla condição de representante da A25A, como vice-presidente da sua direcção, para homenagear o seu sócio fundador, coronel Diamantino Gertrudes da Silva e seu incansável defensor e colaborador nas diversas tarefas para que era solicitado.

A outra condição, é a de grande amigo e camarada de armas do Diamantino Silva, desde o nosso ingresso na Academia Militar, há 58 anos, percurso que fizemos com um progressivo crescimento e reforço de especiais laços de amizade, solidariedade e cumplicidade, que nos haviam de levar, juntamente com outros capitães, ao empenhamento desde a génese do Movimento dos Capitães, iniciativa conspirativa contra o regime ditatorial fascista que há 48 anos oprimia o povo português. Foram largos meses de sobressaltos, desgaste físico e psicológico, mas que permitiram, já com a designação de MFA – Movimento das Forças Armadas, que em 25 de Abril de 1974 pudés-

Direitos reservados

Inaugurado busto evocativo de Diamantino Silva em Alvito

semos derrubar esse nefasto regime e devolver aos portugueses, a liberdade, a cidadania, a dignidade e a paz.

É imperioso lembrar o importantíssimo papel que o Diamantino Silva desempenhou ao longo de todo o processo do 25 de Abril de 1974, desde a difícil fase da conspiração clandestina, passando pelo comando das forças do MFA que constituíram o Agrupamento November, saídas em 25 de Abril do Regimento de Infantaria 14, em Viseu, onde ambos prestávamos serviço e aí assumimos, juntamente com mais três capitães, o controlo desta unidade militar para integrar o MFA. Neste agrupamento integraram-se também forças do Regimento de Infantaria 10, de Aveiro, e duas unidades militares aquarteladas na Figueira da Foz (RAP 3 e CICA 2), que marcharam para Peniche com o objectivo de controlarem o seu forte (prisão política) onde se encontravam encarcerados vários portugueses opositores ao regime. Para a sua concretização tiveram de aí permanecer, empenhadas, algumas forças do agrupamento. Cumprida esta primeira parte da missão recebida do comando do MFA, continuando no comando das forças disponíveis deste agrupa-

mento, marcharam para Lisboa, onde vieram a colaborar nas acções do MFA, de controlo e consolidação de vários objectivos.
Regressado dias depois ao seu R I 14, em Viseu, começaria aí o seu novo e decisivo empenhamento nas múltiplas tarefas para que as Forças Armadas foram chamadas a desempenhar, ao longo do complexo processo de consolidação da Revolução dos Cravos e da democratização de Portugal.

É IMPERIOSO LEMBRAR O PAPEL QUE DIAMANTINO SILVA DESEMPENHOU AO LONGO DE TODO O PROCESSO DO 25 DE ABRIL

FIEL AOS VALORES

Neste processo, o capitão Diamantino Silva foi sempre um destacado interventor na defesa das liberdades, da justiça, dos direitos e da dignidade da pessoa humana, mantendo-se fiel aos valores e princípios que sempre defendeu.
Passados que são quase três anos da data em que o Diamantino Silva terminou a sua caminhada terrena, deixando aos seus familiares directos (a esposa Gina, os seus filhos Pedro e Rui e os seus netos), bem como aos restantes familiares e aos muitos amigos que fez nesta caminhada, uma tristeza difícil de apagar, mas também obra e recordações de grande riqueza e exemplos duradouros de enorme dignidade.
É certamente pelo extraordinário exemplo de vida e pelo conjunto de valores, que todos reconheciam ao Diamantino Silva, que os seus conterrâneos de Alvite, de que ele tanto se orgulhava, e a sua autarquia, Moimenta da Beira, decidiram prestar-lhe esta justíssima homenagem, que perpetuará a memória deste cidadão exemplar, a qual merece ser saudada e realçada pela inequívoca justiça que representa e à qual me associo com emoção e com os contraditórios sentimentos de tristeza e de satisfação, difíceis de conciliar.
Para terminar vou dizer algo com que o meu perene amigo do peito, Diamantino Silva, certamente concordaria.
Ambos tivemos o privilégio de pertencer ao colectivo de anónimos Capitães que Portugal e os portugueses tiveram a sorte de, na década de 70 do século passado, encontrar generosamente disponíveis, e social e civicamente preparados, para assumirem os riscos de lhes propiciar a realização dos anseios de Liberdade, Solidariedade e Paz.
Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

* Coronel do Exército na situação de reforma, vice-presidente da Associação 25 de Abril

ANTÓNIO EDUARDO MATEUS DA SILVA (1933-2021)

LIBERTADOR NA GUINÉ

O tenente-general Mateus da Silva destacou-se nos primórdios do Movimento dos Capitães na Guiné- Bissau e foi condecorado com a Ordem da Liberdade, Grau de Grande Oficial, em 26 de Fevereiro de 2021

Direitos reservados

António Eduardo Mateus da Silva numa sessão da EuroDefense-Portugal

JORGE GOLIAS*

António Eduardo Mateus da Silva, tenente-general, era oriundo da Arma de Engenharia, com carreira da Arma de Transmissões. Nasceu em Vila Real de Santo António em 08 de Outubro de 1933 e faleceu no dia 28 de Novembro de 2021.

O tenente-general fez comissões em Angola, Moçambique e na Guiné tendo nesta desempenhado um importante papel no Movimento dos Capitães. Era comandante do Agrupamento de Transmissões de Bissau quando o movimento começou a formar-se e se fizeram ali as suas primeiras reuniões, que culminaram na reunião de 24 de Agosto de 1973, onde se subscreveu a conhecida Carta de Bissau. Teve conhecimento de todas estas reuniões e manifestando vontade de nelas participar foi impedido pelo movimento, para o proteger e permitir que levasse a bom termo os contactos com os comandos ao seu nível para uma eventual tomada de posição na Guiné-Bissau. O que fez com total sucesso.

Assim, no dia 25 de Abril liderou as reuniões com os principais comandos operacionais, Comandos Africanos (Carlos de Matos Gomes, Raul Folques) e Paraquedistas (tenente-coronel Ruivinho, major Joaquim Mensurado), com outros comandantes de Bissau, sobretudo de Artilharia, Engenharia e Polícia Militar (major Faia Correia, tenente-coronel Maia e Costa e capitão Sousa Pinto), nas quais se decidiu a intervenção em Bissau no dia seguinte. No dia 26 de Abril, à frente destes e de outros oficiais, depuseram

o comandante-chefe, general Bettencourt Rodrigues, e assumiram os poderes militar, por intermédio do comandante naval, comodoro Almeida Brandão, e civil, com a nomeação pelo MFA do tenente-coronel Mateus da Silva nas funções de Encarregado de Governo.

Mas esta tomada de poder teve um momento difícil de gerir, que foi a atitude do segundo comandante brigadeiro Leitão Marques que, exaltado, se perfilou e disse: "fuzilem-me, fuzilem-me, estou com o nosso general". Ao mesmo tempo, incitava o general a pedir-nos as credenciais do MFA. O general Bettencourt Rodrigues, numa atitude de muita dignidade e lucidez, respondeu que não era preciso, pois estavam ali os comandantes das principais forças da Guiné. Dirigiu-se depois a estes manifestando tristeza por o terem servido tão bem e agora estarem em lado oposto ao dele.

Mateus da Silva, tranquilo e corajoso, respondeu-lhe que ele se pôs do lado errado da História ao não reconhecer a Junta de Salvação Nacional e, no dia anterior, ao ter dado ordem à PIDE para seguir os capitães nas ruas de Bissau. O prestígio deste oficial general levou o Movimento a não lhe dar voz de prisão, nem sequer de detenção, e tendo ele perguntado qual era a sua situação, Mateus da Silva, muito respeitosamente, respondeu que fosse para casa, fizesse as malas e partisse no avião desse dia para Lisboa.

Foi com algum espanto que se soube depois em Bissau que, a mando do general Spínola, tinha sido dada voz de prisão ao general Bettencourt Rodrigues quando se encontrava em trânsito em Cabo Verde.

FUNÇÕES DE GOVERNO

Mateus da Silva, no desempenho destas funções de governo até ao dia 7 de Maio, recebeu o primeiro embate com as manifestações em frente ao Palácio, com vivas à Junta de Salvação Nacional, ao PAIGC, pedidos de concessão da independência e de tomada de medidas imediatas como a libertação dos presos políticos e de prisão dos elementos da PIDE. Soube lidar com estes primeiros problemas de maneira que marcou logo ab initio o processo de descolonização. Tendo já havido a libertação dos presos políticos em Portugal, a decisão foi a mesma, ainda que sem aval da metrópole. Com a PIDE teve de se contrariar a ordem da Junta de Salvação Nacional de transformar esta polícia em Polícia de Informação Militar com vista ao apoio das operações. Em Bissau tinha começado a caça à PIDE (polícias e informadores) e teve de se tomar a decisão de os resguardar no Campo Militar do Cumeré, a uns 50 km de Bissau.

Mateus da Silva foi substituído em 7 de Maio pelo brigadeiro graduado Carlos Fabião, na presença do Delegado da Junta de Salvação Nacional, tenente-coronel Almeida Bruno, tendo-lhe transmitido toda a informação sobre a situação, que não era coincidente com a ideia do novo encarregado de governo. Este acabou o seu discurso dizendo: "por uma Guiné melhor num Portugal continuamente renovado". Mateus da Silva, apoiado pelos capitães do Movimento, foi tão convincente que Fabião disse que tinha entendido e que devia ter acabado assim: "por uma Guiné melhor e um Portugal continuamente renovado". Estava aceite a política desenvolvida pelo MFA até então.

Almeida Bruno deu posse aos membros do MFA da Guiné, tendo Mateus da Silva assumido um dos dois lugares na Comissão Central. Regressou a Portugal passados poucos dias para tomar parte nas negociações de Argel, mas logo depois, por incompatibilidade de visões sobre a descolonização, o general Spínola afastou-o do processo de negociações.

Terminada a sua comissão na Guiné viria mais tarde a fazer parte da Administração dos CTT/TLP com o pelouro do Pessoal. Aqui prestou um serviço de extrema dificuldade, dada a força dos sindicatos que representavam uma grande multiplicidade de carreiras, com inúmeras injustiças cometidas sobre os trabalhadores que, em certa altura, chegaram a ocupar as instalações da sede.

O acerto da sua gestão foi compreendido tendo sido convidado a continuar depois do 25 de Novembro.

PÓS-REFORMA

Já reformado, rendeu o Dr. António Vitorino na direcção da EuroDefense Portugal, onde fez um trabalho notável, dada a sua predisposição para assimilar novas tecnologias.

Em 13 de Maio de 2019, dia de Vila Real de Santo António, a sua cidade prestou-lhe uma marcante homenagem, tendo-lhe sido concedida a medalha da cidade, respondendo o homenageado com uma conferência sobre a História de Vila Real de Santo António – de cidade Iluminista a cidade Inteligente. Terminou esta conferência citando um poema seu, intitulado "Ser Soldado Hoje", escrito há 30 anos, a que se dá o devido destaque neste número de *O Referencial*.

Foi condecorado com a Ordem da Liberdade, Grau de Grande Oficial, em 26 de Fevereiro de 2021.

Na hora da despedida recebeu reconhecimento público da A25A e da Direcção da EuroDefense-Portugal, tendo esta última feito um comunicado onde ressalta:

"O general Mateus da Silva, para além da memória de uma carreira militar do maior prestígio, deixa o seu nome ligado à fundação do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal como um dos principais obreiros da sua criação, tendo participado na Comissão Organizadora desde maio de 1997 até à sua formalização em abril de 1998, desempenhando então o cargo de Presidente da Direção. Com a sua reconhecida competência, simpatia e boa disposição e o elevado sentido de trabalho em equipa, foi mentor de importantes iniciativas orientadas para a promoção da cultura de segurança e defesa merecendo-lhe especial atenção aos desafios da ciência e das novas tecnologias assim como o desenvolvimento da economia da defesa".

O tenente-general general Mateus da Silva será sempre recordado não só pelas suas ideias progressistas e prática coerente, mas também pela afabilidade de trato, simpatia, disponibilidade para ouvir e pelo seu permanente bom humor. Esta recordatória no Referencial visa dar-lhe a visibilidade geral que nem sempre foi apreendida e reconhecida, destacando-se como uma das raras participações de oficiais superiores logo nos primórdios do Movimento dos Capitães, que na Guiné se designou desta maneira e com a sigla de MOCAP, antes de assumir a designação oficial de MFA da Guiné-Bissau, do qual o tenente-general Mateus da Silva foi primeira figura.

*Coronel do Exército na situação de reforma

VICTORINO RAMALHO BAPTISTA (1937-2021)

DEFENSOR DA LIBERDADE

Por morrer um Militar de Abril, não morre o 25 de Abril

JOSÉ BAPTISTA*

COMEÇO POR RECORDAR que quando ocorreu o 25 de Abril de 1974 em Portugal o meu pai encontrava-se em Angola a cumprir a sua segunda comissão de serviço com o posto de sargento-ajudante do Exército Português. Desde o primeiro momento fez do 25 de Abril a sua principal causa política e social, empenhando-se profundamente na prossecução e afirmação dos ideais de Abril.

Em Agosto de 1974 regressou a Portugal e, na continuidade da sua carreira militar, em 1975 ingressou na Escola Central de Sargentos (ECS), posteriormente designada por Instituto Superior Militar (ISM), onde frequentou o curso para Oficiais do Exército Português. Tendo concluído a formação com aproveitamento, ascendeu à categoria de Oficial e termina a carreira militar com o posto de Major.

No entanto, não posso deixar de partilhar algo que repetidamente ouvi do meu pai: para ele o posto mais importante que atingiu na sua carreira militar foi o de capitão do Exército Português, por ser um posto de transição entre duas categorias de oficiais, o que de alguma forma faz do posto de capitão uma classe autónoma.

Ele dizia que ser capitão é pertencer a uma linha que se define quando a terra termina e o mar começa; uma linha que não é de separação, mas de união, um espaço de comando e operacionalidade fundamental na dinâmica militar.

Para mim, ser Capitão de Abril é também pertencer a esse espaço que existe quando a terra termina e o mar começa, muito mais do que um posto na hierarquia militar, significa principalmente ser um defensor de valores inerentes à condição humana, em primeiro lugar o valor da Liberdade, mas também valores como a Igualdade, a Solidariedade e a Fraternidade, valores intrínsecos à Revolução Francesa de 1789, e que ressurgem como fundamentais na Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal.

Por morrer um Militar de Abril, não morre o 25 de Abril.

Até sempre Pai!

*Filho do major Vitorino Ramalho Batista

RUI SANTOS SILVA (1945-2021)

PARTIU UM EXCELENTE CAMARADA!

Direitos reservados

Santos Silva foi um dos corajosos militares que lutaram para pôr fim a um regime político e a um governo de carácter ditatorial

CARLOS MAIA DE LOUREIRO*

É SEMPRE DIFÍCIL FALAR de uma pessoa que nos deixou, principalmente se for alguém por quem temos uma grande admiração, respeito e forte amizade.

Vou falar de um modo simples, mas com grande consideração, de um militar que foi um dos grandes obreiros e participantes do 25 de Abril, o Rui Santos Silva.

Santos Silva foi um dos corajosos militares que lutaram para pôr fim a um regime político e a um governo de carácter ditatorial, quando o povo vivia com as suas liberdades fundamentais extraordinariamente condicionadas, proibição de partidos políticos e, sobretudo, a guerra colonial, que marcou profundamente, de forma trágica, toda a nação portuguesa.

Quando regressei de uma comissão de serviço na então Província Ultramarina de Moçambique, onde primeiro como tenente miliciano, comandante de um pelotão, e, depois, capitão graduado, comandante do Esquadrão de Cavalaria 3 na ZA de Tete, apresentei-me na minha unidade - o Regimento de Cavalaria 7 - novamente como alferes miliciano. Nesse mesmo dia fui transferido por escolha para a Escola Prática de Cavalaria, Santarém.

Nesses fins de 1973 fui colocado no Esquadrão de Reconhecimento (viaturas blindadas) comandado pelo tenente de cavalaria Rui Santos Silva.

Ao apresentar-me, a primeira impressão que dele tive foi a de que seria um homem frio e pouco simpático! Mas, passado muito pouco tempo, o meu primeiro juízo alterou-se radicalmente!

Santos Silva era uma pessoa afável, generosa, grande militar, patriota, preocupado com os militares que comandava e um excelente camarada.

Relembro as nossas conversas, umas mais ligeiras e alegres, outras mais sérias como as relativas à guerra colonial, entre outras, a de uma ação na Guiné, na região de Bula onde estava colocado no Batalhão de Cavalaria 8320. Não entrando em pormenores, como é óbvio, refiro uma ação de combate em Maio de 1973 em que ele participou, ativamente e corajosamente, mesmo sendo oficial de operações, tendo o apoio da Companhia de Cavalaria 3420 (intervenção), comandada pelo capitão de cavalaria Salgueiro Maia e o Esquadrão AML/PANHARD, comandada pelo tenente de cavalaria Reis.

Ainda na Guiné integrou o Movimento dos Capitães.

PASSOU À RESERVA NO POSTO DE CORONEL, TENDO SIDO PROMOTOR, VOGAL E JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL MILITAR DE COIMBRA

SOB AMEAÇA DE DISPAROS

No 25 de Abril, no Terreiro do Paço, além de outras ações, colaborou na rendição do tenente-coronel Ferrand de Almeida e, além do capitão Salgueiro Maia e do tenente Assunção, também foi ameaçado de disparos por ordem do brigadeiro Junqueira dos Reis.

No Largo do Carmo recebeu de Salgueiro Maia ordem para disparar a peça de 75 mm de uma EBR, o que fez, mas nada aconteceu. O alferes que comandava a EBR, sabendo que as munições explosivas ao baterem no portão do quartel da GNR iriam provocar mais danos no

Largo onde se encontrava uma imensidão de civis, não disparou! Assim se evitou um banho de sangue.
À noite escoltou a Junta de Salvação Nacional até à RTP.
No dia 26 participou no cerco à sede da PIDE/DGS e, no dia seguinte, escoltou até Santarém o coronel Morais, novo comandante da Região Militar de Tomar.
Regressou à EPC, colaborando ativamente, defendendo a liberdade e a democracia, nos acontecimentos militares do PREC [Processo Revolucionário em Curso], sendo depois transferido para Coimbra, comandando a Unidade de Polícia Militar.
Passou à reserva no posto de coronel, tendo sido promotor, vogal e juiz presidente do Tribunal Militar de Coimbra.
Foi agraciado em 2006 pelo Presidente da República Jorge Sampaio com o grau de Grande Oficial da Ordem da Liberdade.
Foi sócio fundador e presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Salgueiro Maia.
Nasceu em 1945 em Lagares da Beira, vivia em Coimbra, era casado e tinha dois filhos e três netos.
Faleceu, vítima de doença súbita no dia 15 de Novembro de 2021.

Até sempre Rui

*Coronel de Cavalaria da GNR na situação de reforma

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

João Pedro Pulido Valente Monjardino - Sócio Efectivo
Sérgio Carvalhão Duarte - Sócio Efectivo
Edgar Simões Counhago - Sócio Efectivo
Luísa Irene Dias Amado - Sócio Efectivo
Carlos Baltazar de Jesus Franco - Sócio Efectivo
António Agostinho Mestre - Sócio Efectivo
Manuel Moreira do Carmo - Sócio Apoiante

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração . 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade |Presidente da direcção: Vasco Lourenço| Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima| Colaborador: José Armando Lopes| Conselho editorial: Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço| Fotografia: Agência Lusa| Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | https://a25abril.pt/ | https://guerracolonial.pt | delegação do norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: delnorte@a25bril.pt | delegação do centro Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA | delegação do Alentejo Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLA | delegação do Canadá - Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & EdiçõesAv. Infante Santo, 61 -4.º Esq. - 1350 - 177 Lisboa | impressão e acabamento: NORPRINT

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'*O Referencial*

E se vivêssemos mais devagar?

Na Delta repensamos tudo. Até o tempo.
Por isso, lançámos o conceito Slow Coffee.
Café para preparar e apreciar com todo o tempo
do mundo. Como antigamente.

Saiba mais sobre Delta Slow Coffee em **delta60anos.com**

DELTA CAFÉS

60 ANOS

DESPERTOS PARA O FUTURO

PUB

Desconto sobre desconto em combustível

O cartão que lhe permite poupar a dobrar ou a triplicar

Com o Cartão Associação Mutualista Montepio Repsol é certo que vai poupar mais. Porque além do habitual desconto de 6 cêntimos, este cartão permite acumular outras vantagens em vigor nas estações de serviço aderentes.

São descontos sobre descontos, no caminho de vantagens que é ser nosso Associado.

Informe-se já em
montepio.org

Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS. DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-062 Lisboa